UNIVERSIDADE TUIUTI DO PARANÁ

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

MESTRADO EM EDUCAÇÃO

MARCIA SALETE WISNIEWSKI SCHALY

ADOLESCÊNCIA E CULTURA DIGITAL: POLÍTICAS EDUCACIONAIS E SUBJETIVIDADE JUVENIL

CURITIBA

2022

MARCIA SALETE WISNIEWSKI SCHALY

ADOLESCÊNCIA E CULTURA DIGITAL: POLÍTICAS EDUCACIONAIS E SUBJETIVIDADE JUVENIL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação, Mestrado em Educação, Linha de "Políticas Públicas e Gestão da Educação" da Universidade Tuiuti do Paraná - UTP, como exigência parcial para a obtenção de Título de Mestre em Educação.

Orientadora: Drª. Anita Helena Schlesener

CURITIBA

2022

Dados Internacionais de Catalogação na fonte
Biblioteca "Sidnei Antonio Rangel Santos"
Universidade Tuiuti do Paraná

S297 Schaly, Marcia Salete Wisniewski.
Adolescência e cultura digital: políticas educacionais e subjetividade juvenil / Marcia Salete Wisniewski Schaly; orientadora Prof.ª Dr. ª Anita Helena Schlesener.
129f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2022

1. Políticas educacionais 2. Adolescência. 3. Subjetividade. 4. Cultura digital. 5. Neoliberalismo. I. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação / Mestrado em Educação. II. Título.

CDD - 379

Bibliotecária responsável: Heloisa Jacques da Silva – CRB 9/1212

TERMO DE APROVAÇÃO

MARCIA SALETE WISNIEWSKI SCHALY

ADOLESCÊNCIA E CULTURA DIGITAL: POLÍTICAS EDUCACIONAIS E SUBJETIVIDADE JUVENIL

Esta dissertação foi apresentada ao Programa de Pós-Graduação de Mestrado e Doutorado em Educação – Linha de Políticas Públicas e Gestão da Educação da Universidade Tuiuti do Paraná, para obtenção do título de Mestre em Educação. A dissertação foi avaliada e aprovada pela seguinte banca examinadora:

Curitiba, 16 de dezembro de 2022.

Professor Dr. Fausto dos Santos Amaral Filho
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Educação
Mestrado e Doutorado - Universidade Tuiuti do Paraná

Orientador:

Profa. Dra. Anita Helena Schlesener
Universidade Tuiuti do Paraná - UTP

Membros:

Prof. Dr. Pedro Leão da Costa Neto
Universidade Tuiuti do Paraná - UTP

Profa. Dra. Roselene Gurski
Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS

Dedico esse estudo aos jovens adolescentes que insistem em nos apontar: o real com que se veem confrontados, o mal-estar e as questões cruciais da cultura em nossa época, nos convocando para a reflexão crítica e subversiva sobre as problematizações do laço social, buscando abertura para o novo.

AGRADECIMENTOS

A infância que me forjou foi intensa em vivências que se constituíram em experiências. A que permanece viva em minhas lembranças foi o momento que me vi tomada pelo medo e curiosidade quando, em uma situação, ouvi da minha mãe a seguinte frase: “cuidado com aquela mulher, ela é louca”, ao se referir a uma vizinha que com frequência aparecia em nossa casa, dizendo coisas que não faziam o menor sentido.

A curiosidade foi lidando com o medo (ou a busca por amparo) e passei a observar e me aproximar das filhas dessa senhora, com as quais eu estudava na mesma escola, para saber mais sobre o que se passava com a mãe delas (e com a minha, em minhas fantasias). Tinha 8 anos e já me coloquei a escutar, pois em mim fez questão: o que é “uma mulher louca”?

Somente mais tarde, no ensino médio, vim a saber mais sobre a doença mental e o que era um quadro de esquizofrenia, pelos ensinamentos de uma professora e psicóloga, que me incentivou a cursar Psicologia. Eis aqui meus agradecimentos a essa intensa experiencia que despertou o meu desejo para os desafios da psique e confesso que até hoje estou com essa questão que já rendeu muitas outras em longos anos de minha análise.

O incentivo de minha mãe para estudar e buscar uma faculdade, foi a direção que eu precisava e cá estou, finalizando o mestrado, não sem antes me encontrar com a Psicanálise (ainda na universidade) e me colocar à trabalho na clínica psicanalítica. Agradecendo aqui a outros tantos mestres, no Hospital Pinel, onde trabalhei por 17 anos, e nas instituições de Psicanálise, em que me engajei em estudos como parte de minha formação continuada como psicanalista.

Submeter-se também a um processo analítico é trilhar um caminho de desalienação em relação ao gozo, ao sintoma e à ilusão de que existe um outro ao qual devemos devoção e mil explicações de nossas mazelas subjetivas. É aprender o que uma análise pode revelar e nos ensinar sobre nós mesmos, compreendendo que a liberdade e emancipação não se alcança tão fácil e que a ética e castração são fundamentais para se estruturar enquanto sujeito. Aqui o meu agradecimento aos meus analistas.

A gratidão que sinto me conduziria a colocar muitas pessoas nessa lista, entretanto acatando à linha de corte que se faz necessária, meu agradecimento

especial ao meu amor e companheiro Ivan que sempre me apoia nos caminhos que busco construir ou que buscamos construir e nesse fazer juntos as singularidades são sempre respeitadas. Agradeço aos meus filhos Bruno e Lucas que me enriqueceram e enriquecem, com o jeitinho de cada um, em sua amorosidade e modos de viver a vida em seus laços sociais. Agradeço aos meus pais que lutaram muito na vida para sustentar a família, transmitindo o desejo que me constituiu como sujeito desejante.

No percurso do mestrado, agradeço a minha orientadora Anita Helena Schlesener pelas conversas, questões, incentivo e atenta leitura aos textos que fui produzindo. Agradeço a todos os professores do mestrado e em especial aos que participaram mais de perto das minhas elaborações apresentadas no seminário I e II e banca: professora Josélia Schwanka Salomé, professor Fausto dos Santos Amaral Filho e professor Pedro Leão da Costa Neto. Agradeço aos meus colegas de turma pelos debates em aula e pelas contribuições na minha pesquisa.

Também agradeço muito a professora e psicanalista Rose Gurski pelas suas valiosas contribuições na banca de qualificação que mudaram o rumo de minhas articulações, dentro do que pude alcançar até aqui. E especial agradecimento aos colegas do NUPPEC eixo 3 – Núcleo de Pesquisa em Psicanálise, Educação e Cultura (UFRGS) – do qual me tornei membro participante associado.

Agradeço ainda aos colegas da Associação Psicanalítica de Curitiba e do Instituto Dominique pelos valiosos e animados enlaces de estudos e discussões.

E não poderia deixar de agradecer aos adolescentes com os quais tive e tenho oportunidade de conviver, seja em ambiente escolar, no movimento escoteiro ou na clínica. Destas experiências nasceu o desejo de conhecer mais sobre adolescência, em especial sobre o que acabou se constituindo o tema dessa pesquisa.

Estou satisfeita, porém não toda, com o percurso até aqui. Há ainda mais por vir.

Um mito inventado no começo do século XX, que vingou sobretudo depois da Segunda Guerra Mundial. A adolescência é o prisma pelo qual os adultos olham os adolescentes e pelo qual os próprios adolescentes se contemplam. Ela é uma das formulações culturais mais poderosas de nossa época. Objeto de inveja e de medo, ela dá forma aos sonhos de liberdade ou de evasão dos adultos e, ao mesmo tempo, a seus pesadelos de violência e desordem. (CALLIGARIS, 2000, p. 9).

RESUMO

A pesquisa buscou investigar a subjetividade dos adolescentes, na cultura digital e o modo como as políticas públicas educacionais neoliberais incidem sobre a subjetividade da juventude brasileira. Priorizou-se identificar se a Educação tem considerado as novas formas de subjetivação dos adolescentes ao elaborar as políticas públicas educacionais para eles, discutindo se isso inclui um projeto de sociedade emancipadora. O estudo retomou as contribuições de Theodor Adorno, sobre educação em seu sentido amplo, ou seja, uma educação para a vida como projeto para pensar uma sociedade emancipadora e democrática, bem como suas contribuições sobre a "Indústria cultural" e sua influência na formação da subjetividade, que são sustentadas principalmente na teoria psicanalítica Freudiana e nas contribuições Marxistas sobre o fetichismo da mercadoria, alienação e organização social do trabalho. Buscando entrelaçar educação, psicanálise, cultura e política percorremos o caminho da formação da subjetividade a partir das mudanças socioculturais advindas com o capitalismo, com as ideias neoliberais e com o avanço das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), mais especificamente a partir da Quarta Revolução Industrial. O estudo explorou ainda a construção social da adolescência, buscando compreender a constituição da subjetividade dos adolescentes, numa construção materialista histórica a partir de questões sobre: sociedade de massa; ideal individualista; cultura do narcisismo, do espetáculo e do corpo; sociedade de consumo e influência das mídias publicitárias, salientando características da indústria do imaginário na supermodernidade. Num segundo momento, a pesquisa trouxe conteúdos relevantes, demonstrados pela UNESCO, sobre a dimensão subjetiva do jovem e a relação desses com o sistema educativo no nível médio e evasão escolar, na América Latina. Os dados e conteúdo da UNESCO fazem parte de um propósito mais amplo, que é a coordenação da Agenda de Educação 2030. Também foi analisado a Lei nº 13.415/2017, promulgada no Brasil em 2017, e o cenário em torno das mudanças propostas para o novo ensino médio, a partir dela. A investigação demonstrou como as políticas públicas em relação ao ensino médio no Brasil têm considerado a subjetividade dos jovens adolescentes a partir da racionalidade neoliberal, ampliando as desigualdades sociais já existentes. Nesse sentido, vai na contramão do que poderíamos considerar um projeto de sociedade emancipadora, segundo as contribuições de Theodor Adorno. Diante desse contexto, a mudança discursiva nas políticas públicas neoliberais e o desamparo discursivo social produzem novas modalidades de laço social, marcando uma condição de incertezas e angústias que contribuem para o mal-estar e sofrimento psíquico dos adolescentes que se materializam nas manifestações sintomáticas diversas, seja no ambiente escolar ou em outros ambientes sociais, que buscamos analisar ao olhar da Psicanálise.

Palavras-chave: Políticas Educacionais, Adolescência, Subjetividade, Cultura Digital, Neoliberalismo.

ABSTRACT

The research sought to investigate the subjectivity of adolescents in digital culture and the way in which neoliberal educational public policies affect the subjectivity of Brazilian youth. Priority was given to identifying whether Education has considered the new forms of subjectivation of adolescents when developing public educational policies for them, discussing whether this includes a project of an emancipatory society. The study took up the contributions of Theodor Adorno, on education in its broad sense, that is, an education for life as a project to think about an emancipatory and democratic society, as well as his contributions on the "Cultural Industry" and its influence on the formation of subjectivity, which are sustained mainly in Freudian psychoanalytic theory and in Marxist contributions on commodity fetishism, alienation and the social organization of work. Seeking to intertwine education, psychoanalysis, culture and politics, we walk the path of subjectivity formation from the sociocultural changes arising from capitalism, neoliberal ideas and the advancement of information and communication technologies (ICTs), more specifically from the Fourth Industrial Revolution. The study also explored the social construction of adolescence, seeking to understand the constitution of adolescents' subjectivity, in a historical materialist construction based on questions about: mass society; individualistic ideal; culture of narcissism, spectacle and the body; consumer society and influence of advertising media, highlighting characteristics of the imaginary industry in super modernity. Secondly, the research brought relevant content, demonstrated by UNESCO, on the subjective dimension of young people and their relationship with the education system at high school and school dropout in Latin America. UNESCO's data and content are part of a broader purpose, which is the coordination of the 2030 Education Agenda. Law nº 13.415/2017, enacted in Brazil in 2017, and the scenario around the proposed changes for the new high school, based on it, were also analyzed. The investigation showed how public policies in relation to secondary education in Brazil have considered the subjectivity of young adolescents based on neoliberal rationality, expanding existing social inequalities. In this sense, it goes against what we could consider an emancipatory society project, according to the contributions of Theodor Adorno. In this context, the discursive change in neoliberal public policies and the social discursive helplessness produce new modalities of social bond, marking a condition of uncertainty and anguish that contribute to the discomfort and psychological suffering of adolescents that materialize in various symptomatic manifestations, whether in the school environment or in other social environments, which we seek to analyze from the point of view of Psychoanalysis.

Keywords: Educational Policies, Adolescence, Subjectivity, Digital Culture, Neoliberalism.

LISTA DE ABREVIAÇÕES E SIGLAS

ABEP	- Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa
ANDIFES	- Associação Nacional de Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior
ANFOPE	- Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação
ANPAE	- Associação Nacional de Política e Administração da Educação
ANPEd	- Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação
BNCC	- Base Nacional Comum Curricular
BNCCEM	- Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio
CEDES	- Centro de Estudos Educação e Sociedade
CETIC	- Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação
CNTE	- Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação
CONIF	- Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica
CONAPE	- Conferência Nacional Popular de Educação
COVID-19	- Corona Vírus Disease 2019
EAD	- Ensino à Distância
ECA	- Estatuto da Criança e do Adolescente
ENEM	- Exame Nacional do Ensino Médio
FORUMDIR	- Fórum Nacional de Diretores das Faculdades de Educação
IA	- Inteligência Artificial
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	- Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
INEP	- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacional Anísio Teixeira
LDB	- Lei de diretrizes e bases da educação nacional
MEC	- Ministério da Educação e Cultura

MP	- Medida Provisória
NIC	- Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR
NEM	- Novo Ensino Médio
ONG	- Organização não Governamental
ONU	- Organização das Nações Unidas
PCNs	- Parâmetros Curriculares Nacionais
PDE	- Plano de Desenvolvimento da Educação
PNADC	- Pesquisa Nacional por amostragem de Domicílio Contínua
PRONATEC	- Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
SAEB	- Sistema de Avaliação da Educação Básica
SBF	- Sociedade Brasileira de Física
TPE	- Movimento Todos pela Educação
TICs	- Tecnologias da Informação e Comunicação
TDICs	- Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação
UNESCO	- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 13
1 A SUBJETIVIDADE DOS JOVENS ADOLESCENTES SOB A LÓGICA DO CAPITAL, NA CULTURA DIGITAL 28
1.1 A SUBJETIVIDADE DOS JOVENS ADOLESCENTES NA CULTURA DIGITAL 28
1.1.1 A construção social da adolescência e início da escolarização sob ideais burgueses e ideais do imaginário social: a subjetividade em cada época 31
1.1.2 O jovem adolescente num mundo fabricado pelas mídias publicitárias e o sofrimento narcísico digital 37
1.1.3 A travessia adolescente: corporalidade e processo de subjetivação na relação com as imagens virtuais e comunidades na internet 43
2 INDÚSTRIA CULTURAL, SUBJETIVIDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS: A REVOLUÇÃO DIGITAL NO CONTEXTO NEOLIBERAL 53
2.1 INDÚSTRIA CULTURAL, SEMIFORMAÇÃO E SUBJETIVIDADE COISIFICADA: CONTRIBUIÇÕES DE THEODOR ADORNO 54
2.1.1 Indústria cultural a serviço do sistema totalitário: subjetividade coisificada e alienada numa cultura de massa 59
2.1.2 Educação e semiformação: modelação de indivíduos adaptados e conformados numa sociedade administrada articulada à ideologia da indústria cultural. 61
2.2 REVOLUÇÃO DIGITAL E EDUCAÇÃO SOB A LÓGICA DO CAPITAL E DISCURSO NEOLIBERAL 66
2.2.1 Juventude e políticas educacionais neoliberais: a capacitação para o mercado produtivo num processo de precarização da formação dos sujeitos 72
2.3 SUJEITO NEOLIBERAL, ALIENAÇÃO E EDUCAÇÃO REPRESSIVA 75
3 POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO SECUNDÁRIA E DIMENSÃO SUBJETIVA DOS JOVENS ADOLESCENTES: UNESCO E NOVO ENSINO MÉDIO NO BRASIL 85
3.1 A UNESCO: A DIMENSÃO SUBJETIVA E POLÍTICAS EDUCACIONAIS VOLTADAS AOS JOVENS ADOLESCENTES 87
3.2 O JOVEM ADOLESCENTE ANTE AS PROPOSTAS DO NOVO ENSINO MÉDIO (LEI Nº 13415/2017): A DIMENSÃO SUBJETIVA NEOLIBERAL 96

3.2.1 Breve contextualização das políticas educacionais neoliberais brasileiras e reformas para o ensino médio a partir da década de 1990 98
3.2.2 A Lei 13.415/17 e suas implicações no processo formativo educacional e na subjetividade dos jovens estudantes brasileiros..... 101
CONSIDERAÇÕES FINAIS 110
REFERÊNCIAS..... 119

INTRODUÇÃO

Subjetividade e mal-estar na adolescência são questões que me interrogam na clínica psicanalítica com adolescentes e, a partir desta experiência, nasce o desejo, também como pesquisadora e educadora, de enlaçar educação, subjetividade e cultura digital.

Movida por inquietações ante o mal-estar e novas patologias ou produções sintomáticas, apresentadas por jovens adolescentes, na clínica ou no ambiente escolar, configura-se a proposta de investigar tais questões, fazendo uma leitura do contexto brasileiro, marcadas por práticas sociais homogeneizantes, totalitárias e massificadoras em que vivemos, considerando o impacto das políticas públicas educacionais neoliberais na constituição da subjetividade dos jovens. Tal proposta buscará refletir sobre os desafios da subjetividade em nossa época: a da civilização supermoderna[1].

Tanto na clínica com adolescentes, como no contexto escolar nos deparamos com modos subjetivos de manifestação de sintomas. Alguns educadores nomeiam essas manifestações, no ambiente escolar, como: falta de limites dos alunos, agressividade, fracasso escolar, condutas antissociais, isolamento, mutismo, recusa em aprender, abandono escolar, “hiperatividade”, entre outras manifestações que despertam ainda mais angústia e preocupações, quando jovens apresentam ideias de suicídio, sintomas depressivos, automutilação (violência autoprovocada ou autolesão), crises de ansiedade, uso abusivo de substâncias como álcool e drogas, entre outros.

Os educadores, além de suas funções pedagógicas, também lidam com todo “um sistema de gestos, valores, proibições, pulsões e subversões que geram resistências” (PEREIRA, 2020, p. 50). Assim, o sintoma educativo pode ser entendido como um modo de resistência à ordem educativa instituída, sendo esse o caráter político do sintoma, uma vez que o sintoma a que nos referimos aqui é o sintoma social, que carrega em si um modo de resistência e de denúncia desse social, inscrito,

---

[1] Supermodernidade, segundo o antropólogo francês Marc Augé (1994), pode ser definida pelos excessos ou até mesmo pelas superabundâncias, que seriam: superabundância factual, fruto da aceleração da história; superabundância espacial, que se refere à globalização e ao fácil acesso de uma região para outra do planeta, pelos meios de transporte e a individualização das referências, numa contradição entre a fragmentação das referências ao mesmo tempo que fortalece a massificação, ou seja, vendas cada vez mais personalizadas aos clientes dentro de estilos e modos de vida criado como ideais (AUGÉ, 1994, apud BUCCI, 2021, p. 162-163).

portanto, numa época, num tempo e numa história: “O sintoma quer falar” (PEREIRA, 2020, p. 50). Portanto, a educação e a psicanálise são práticas marcadas pela abertura de um lugar para o sujeito do inconsciente e pela lógica do não todo, em que a escuta, como dispositivo de origem da clínica psicanalítica, pode também ser introduzida no cotidiano da instituição escolar. Nesse sentido, destacamos:

> (...) educar significa transmitir marcas simbólicas, visando inserir sujeitos no campo da fala e da linguagem, como também os inserir na tradição humana de conhecimentos acumulados. E não há como fazê-lo sem se requerer uma cota expressiva de interditos e renúncias por parte desses sujeitos. Ou seja: não se é educado sem que haja resistências, que muitas vezes se dão sob a forma de sintomas. (PEREIRA, 2020, p.50).

Assim, retomando Freud, entendemos que o exercício investigativo sobre a subjetividade do sujeito só pode se dar considerando que essa é inscrita na transversalidade das relações sociais:

> Na vida psíquica do indivíduo, o outro é, via de regra, considerado como modelo, como objeto, como auxiliar e como adversário, e por isso a psicologia individual é também de início, simultaneamente psicologia social, nesse sentido ampliado, mas inteiramente legítimo. A relação do indivíduo com seus pais e com seus irmãos e irmãs, com seu objeto de amor, com seu professor e com seu médico, logo, todas as relações que foram até agora objeto privilegiado da investigação psicanalítica, podem reivindicar ser consideradas fenômenos sociais [...] (FREUD, [1921]2020, p.137).

Desta forma, Freud ([1921]2020), em “Psicologia das massas e análise do eu”, considerava a incidência da pluralidade de questões e fatos sociais na constituição psíquica do sujeito desde o início da existência dele, já nas relações familiares. Tais relações ou laços constituem o que Freud chamou de Ideal do Eu, como uma instância da vida psíquica, onde se dariam internalizações simbólicas. O ideal demarca uma fronteira entre o individual e o grupo social, que permite ao sujeito se constituir, bem como se reconhecer no lugar que ocupa numa dada cultura. Dessa forma, o autor considerava que os fenômenos sociais incidiam na subjetividade, assim como se expressavam pela subjetividade do indivíduo. Alertava que não havia uma relação determinista da civilização em relação ao indivíduo, uma vez que o indivíduo exerce ação constitutiva e singular no social. Assim,

> Cada indivíduo é parte constitutiva de muitas massas, é ligado de maneira multilateral por identificação e construiu seu Ideal do Eu segundo diversos modelos. Assim, cada indivíduo é parte integrante da alma de muitas massas, a de sua raça, a de sua classe, a da comunidade de fé, a de seu Estado, etc., e pode, além disso, aceder a uma pequena parcela de autonomia e de originalidade. (FREUD, [1921] 2020, p. 207).

Nesse contexto, entendemos que o processo pelo qual passa o adolescente configura-se na passagem do eu ideal onipotente da infância, nas relações familiares, para o Ideal de Eu no laço social que vai estabelecendo com seus pares. Esses ideais são fundamentais na constituição da subjetividade dos sujeitos adolescentes e, nesse sentido, buscamos refletir sobre as condições que eles têm encontrado na sociedade supermoderna, ou seja, que ideais estão sendo apresentados e exigidos dos jovens na arquitetura social sob a lógica do capital e discurso neoliberal?

Além de uma arquitetura totalitária e autoritária, que ganha novos contornos pelos mecanismos da cultura digital, nos deparamos com um cenário competitivo que exige desempenho, produtividade, alta performance, sucesso (inalcançável) e ideais outros como de beleza, juventude, feminilidade, popularidade, masculinidade, virilidade, expertise e muito mais. Condições estas que vêm contribuindo para o adoecimento mental dos adolescentes e das pessoas em geral, despertando níveis intensos de ansiedade, sintomas depressivos, doenças psicossomáticas, lesões autoprovocadas, ideias e atos de suicídio, com índices elevados na população mais jovem no Brasil, segundo boletim epidemiológico do ministério da saúde (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2021). Na escuta, na clínica psicanalítica com adolescentes, os relatos são de sensação de desamparo, insuficiência, pressão para não errar nas escolhas, falta de perspectivas, sensações de vazio, e falta de sentido na vida.

A partir desse contexto delineado, foi se estruturando o tema de investigação para esse estudo: educação e subjetividade dos jovens adolescentes, na cultura digital, sob o efeito do discurso neoliberal, cujo problema de pesquisa vai se formulando em torno das seguintes questões: como as políticas educacionais neoliberais, na cultura digital, incidem na subjetividade da juventude brasileira? De que modo o mal-estar, sofrimento psíquico e produções sintomáticas, que observamos nos adolescentes, estão relacionados às condições da sociedade supermoderna, sob a lógica do capital e discurso neoliberal?

Para tal, pretendemos considerar o contexto delineado pelo *ethos* neoliberal e sua influência em nossa fragilidade constitutiva, uma vez que sustentamos a

hipótese de que a midiatização das relações sociais e as mudanças em nossa condição de vida, principalmente nos laços sociais, impostas pelo capitalismo financeiro e neoliberalismo, estão vinculadas ao mal-estar social e aumento das patologias do âmbito afetivo-emocional, influenciando nossa sensibilidade – emoções, sentimentos, empatia – bem como nossos processos cognitivos, relação com o saber e subjetividade.

Destacamos que o neoliberalismo[2] transformou profundamente o capitalismo e as sociedades, pois "o neoliberalismo é um sistema normativo que ampliou sua influência no mundo inteiro, estendendo a lógica do capital a todas as relações sociais e a todas as esferas da vida" (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 7). Desta forma, compreendê-lo politicamente exige apreender sua natureza enquanto projeto social e político que vem se estruturando desde sua origem, apoiado por forças e poderes que se apoiam entre si, sejam as oligarquias políticas e burocráticas, sejam os organismos econômicos e financeiros internacionais, entre outros.

O discurso neoliberal também vem avançando no campo da educação, retirando-a do campo político e social, colocando-a na lógica de mercado, via reformas administrativas-prescritivas, cujas estratégias se configuram em: vincular a educação escolar à preparação para o trabalho; associar a pesquisa científica ao *ethos* empresarial, converter a ciência em capital técnico-científico; submeter a escola à ideologia dominante; apropriar-se da escola para um mercado propício aos produtos da indústria cultural, da informática, entre outros (MARRACH, 1996; SILVA, 2018). Acrescentaríamos ainda que as mudanças discursivas na educação brasileira[3] possuem relação com o mal-estar na juventude, sendo este um aspecto a ser investigado nesta pesquisa.

Observamos, em relação ao que chamamos de *ethos* neoliberal, a racionalidade ou ideias neoliberais que vêm se impondo como uma nova razão do mundo, segundo Dardot e Laval (2016). Isso vem instituindo uma competição

---

[2] O neoliberalismo tem sua origem após a II Guerra Mundial, na Europa e na América do Norte, onde o capitalismo imperava. O texto originário é "O Caminho da Servidão" (1944), de Friedrich Hayek, que tratava de uma reação política e teórica contundente contra o Estado intervencionista e de bem-estar, assim como atacava qualquer limitação que o Estado pudesse impor aos mecanismos de mercado, à liberdade econômica e política. O objetivo era preparar as bases para um capitalismo que incorporasse uma outra face: mais duro e independente. As ideias neoliberais avançaram a partir de 1973, com a grande crise do modelo econômico vigente na época (ANDERSON, 1995, p. 9-23).

[3] No Brasil, o neoliberalismo, a abertura econômica e a globalização avançaram a partir dos anos 90, com o Governo Collor. Roberto de Oliveira Campos foi um grande divulgador das ideias neoliberais no Brasil, com sua publicação, em 1985, de "Além do Cotidiano" (GENNARI, 2001, p. 30-45).

mortífera entre os chamados “sujeitos de si mesmos” ou “empresa de si”, produzindo mudanças estruturais em todas as esferas sociais e, consequentemente, na subjetividade das pessoas, introduzindo uma concepção da “racionalização do desejo”. Essa racionalidade neoliberal destrói os laços sociais e incide na produção de sintomas sociais como a depressão e outras condições chamadas de patologia da insuficiência, nas quais o fracasso no desempenho individual passa a ser visto como uma patologia (DARDOT; LAVAL, 2016; KEHL, 2015; BERARDI, 2019). Tais situações já são passíveis de observação nos discursos e sintomas dos adolescentes, conforme supracitamos nesse texto, em meio às preocupações com as escolhas profissionais e aos questionamentos sobre o sentido da própria existência.

Nesse contexto, produzir conhecimentos sobre as subjetividades inseridas na cultura digital é uma necessidade em nosso tempo para compreender melhor as mudanças que a própria cultura digital promoveu e vem promovendo em vários âmbitos da vida, revolucionando conceitos de tempo e espaço (KEHL, 2015), produzindo novos modos de conexão com o outro e novos modos de aprender, pensar e conhecer (GURSKI, 2019). Assim, observamos que:

> A cultura digital imprime as suas marcas em todos os âmbitos da vida humana. Ela introduz uma nova lógica, horizontal, aberta e fluida, com impactos irreversíveis no campo social. Os imperativos de conexão e visibilidade engendrados pelos dispositivos tecnológicos móveis tem consequências sociais e subjetivas ainda desconhecidas. (DIAS; LIMA; TEIXEIRA, 2019, p. 37).

Assim, entendemos que a cultura digital é uma nova cultura complexa que inclui: costumes; comportamentos; conceitos e significados; maneiras de viver; produtos, ideologias e práticas de interação social que se dão pela implementação das tecnologias digitais (LIMA; BERNI; DIAS, 2019; LEMOS, 2021). Podemos considerar que o que hoje chamamos de cultura digital teve seu início com o surgimento da Indústria Cultural, descrita por Adorno e Horkheimer em torno de 1947, e que foi ganhando amplitude ao longo dos anos, de forma intensa, marcada pelo advento da internet, das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) e da globalização.

Pontuamos que as Tecnologias da Informação e Comunicação são compreendidas como um apanhado de recursos tecnológicos integrados que podem proporcionar automação e/ou comunicação de diversos tipos de processamento

como, por exemplo, no campo financeiro, educacional, científico e outros. Assim, essas tecnologias, além da função de vincular, distribuir e compartilhar informações, vêm alterando as formas de pensamento, os conteúdos e a lógica de produção de conhecimentos (LIMA; BERNI; DIAS, 2019).

Nessa perspectiva, observamos que as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) precisam ser compreendidas em seu potencial de utilização no campo educativo. Tal percurso precisa ser trilhado para que o próprio processo formativo não seja aprisionado pelo consumismo das tecnologias digitais sem que suas implicações sejam avaliadas, uma vez que as TICs não são neutras. Os ciberespaços, principalmente as mídias sociais, cada vez mais se constituem em espaços poderosos, influenciadores de opiniões e até mesmo de incitação ao ódio, preconceitos e violência. São espaços políticos de ativismo, luta, alianças, identificações, expressão, narrativas, relacionamentos, entre outros.

Observamos, a partir do exposto, que “a internet é tanto produto quanto produtora de uma nova cultura” (DIAS; LIMA; TEIXEIRA, 2019, p. 37) e, no contexto da globalização, além das mudanças sistêmicas no mundo todo, nutre a ação contínua de produção de bens e serviços, onde a educação também se tornou um produto:

> O capitalismo global e o grande investimento tecnológico proporcionado pelo mercado têm modificado a relação do sujeito com o saber. A realidade passa a ser medida pelos dispositivos de controle e informação. A informação generalizada substitui a aprendizagem construída através da transmissão presencial. A educação torna-se um produto a ser consumido, regido pelas leis do mercado. (DIAS; LIMA; TEIXEIRA, 2019, p. 37).

Nesse cenário, se consideramos que a cultura digital incide sobre os sujeitos adolescentes, influenciando o seu modo de estar no mundo, não podemos deixar de considerar que eles também incidem sobre ela, haja vista a capacidade criativa e subversiva dos adolescentes, em cada época.

Essas são as proposições que buscaremos explorar neste estudo, articulando educação e subjetividade, com algumas contribuições da teoria crítica, principalmente de Adorno, e da teoria psicanalítica, buscando pensar a subjetividade do jovem adolescente na supermodernidade. Entendemos que a Psicanálise pode contribuir com esse estudo como um discurso crítico e sistemático sobre a nossa cultura, corroborando com as ideias de Joel Birman – de que a Psicanálise ocupa um lugar subjetivo privilegiado na busca da reconexão do sujeito e, portanto, da sociedade, com

a verdade. Dessa forma, torna-se possível, para o sujeito, experienciar a realidade, incluindo suas dores e prazeres e, de forma revolucionária e radical, transformá-la. Assim, a Psicanálise pode ser entendida como um caminho de vida possível oposto ao sentido da barbárie (BIRMAN, 2019), preocupação essa também explanada por Adorno em seus estudos sobre educação.

Por se tratar de uma pesquisa em Educação, com ênfase nas políticas públicas educacionais, o método materialista histórico-dialético sustentará o percurso para o presente estudo. Tal método é pertinente uma vez que essa abordagem concebe a ciência como um produto da materialidade histórica, resultado da ação do próprio homem nas relações sociais que estão em constante movimento e construção, numa relação dialética do homem com seu meio social, em cada época (CUNHA; SOUZA; SILVA, 2014).

O objetivo geral configura-se em: compreender como as políticas públicas educacionais neoliberais incidem na subjetividade da juventude brasileira, na cultura digital.

Como objetivos específicos, definimos: explorar a subjetividade dos jovens adolescentes, na cultura digital, sob o discurso neoliberal; interrogar a influência do neoliberalismo nas políticas públicas educacionais voltadas à juventude brasileira, analisando algumas especificidades do novo Ensino Médio, sustentado pela Lei 13.415/2017; compreender como as mudanças discursivas na sociedade e no campo da educação brasileira estão relacionadas ao mal-estar da juventude.

Para dar conta desses objetivos, portanto, faz-se necessário compreender o que mudou na formação da subjetividade dos jovens e quais as influências que se fizeram ou se fazem marcantes nesse processo de subjetivação. Ainda, torna-se imprescindível refletir e avaliar se a educação tem levado em conta as novas formas de subjetivação dos jovens ao pensar e elaborar suas políticas públicas, ao mesmo tempo que exerce influência sobre a juventude a partir de tais políticas.

Sabemos que a formação da subjetividade se dá de forma diferente e de modos específicos, dependendo do contexto sociocultural, político e econômico em que um jovem adolescente está inserido. No Brasil, temos diversidade cultural e desigualdades sociais muito intensas, aspectos esses que nem sempre são considerados na elaboração de políticas públicas educacionais, caso essas tenham a intenção de promover uma educação pública, gratuita, de qualidade e de acesso a todos os estudantes. Dessa forma, neste estudo, vamos nos concentrar em uma

investigação teórica sobre possíveis efeitos na subjetividade de jovens adolescentes do ensino médio de escolas públicas – este que, sob o discurso de políticas educacionais neoliberais, coloca o jovem como protagonista e único responsável pelas suas escolhas.

Dentro das políticas educacionais vigentes, questionamos qual tem sido o projeto de sociedade almejado para a juventude brasileira e, para discorrer sobre o assunto, buscaremos avaliar a padronização do Novo Ensino Médio brasileiro, determinado pela Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2015), materializado na Lei 13.415 (BRASIL, 2017), a partir de pesquisas já desenvolvidas sobre a implementação dessa reforma nas escolas-pilotos.

O foco para análise é a bandeira defendida nos discursos da nova política do Ensino Médio de que haverá aumento do protagonismo e da participação do jovem adolescente, em especial através da escolha dos itinerários formativos propostos, onde os estudantes poderão escolher o percurso ante as possibilidades que serão ofertadas pelas escolas. Defendem, ainda, a garantia de que serão valorizadas as preferências dos jovens, sua vocação, bem como seu planejamento para o futuro profissional, na construção de um projeto de vida.

Nesse contexto, há que se considerar e interpretar o modo como cada jovem compreende o mundo, a educação e o ambiente escolar, uma vez que cada um ocupa diferentes lugares emocionais, sociais, políticos, econômicos, intelectuais, entre outros (FÁVERO *et al*., 2022). Nessa perspectiva, resta saber o que significa e o que tem sido considerado protagonismo juvenil e quais espaços políticos, de debate e escuta, têm sido ofertados nessa política educacional aos jovens estudantes.

Desta forma, esclarecemos que, para esse estudo, entendemos educação em seu sentido amplo: educação como um processo que se dá desde o nascimento e faz parte de toda a trajetória de um sujeito, constituindo-o, moldando-o nos laços familiares, sociais e, atualmente, também nos contatos e relacionamentos digitais.

> O conceito de educação que pressupomos aqui é o de que o nosso processo de socialização forma a nossa percepção e a nossa concepção de mundo, numa dinâmica que se estende do nascimento até a morte. Educar implica preparar para um projeto de civilização, o que revela o conteúdo político do processo educativo. Na sociedade capitalista, a educação se apresenta como um processo de adaptação dos indivíduos às necessidades e exigências do modo de produção, processo educativo que ocorre a partir das relações familiares e sociais e mais especificamente no sistema escolar. (SCHLESENER, 2021, p. 418).

Retomamos também o sentido de Educação em Adorno, que busca propiciar condições de uma autorreflexão crítica que leve o sujeito a trilhar o caminho de reconhecer-se em seu contexto social, refletindo sobre tal contexto e sobre si mesmo. Para o autor, a reflexão educacional constitui um enfoque político-social, ou seja, uma educação política. Adorno, em suas construções teóricas, revela a importância da dimensão emancipatória que precisa promover a educação, bem como a cultura e a ética, que são os fundamentos da formação de pessoas democráticas (ADORNO, [1971]2020).

Adorno e Horkheimer, em “Dialética do esclarecimento” ([1947]1985), descrevem questões fundamentais para pensar a educação, a subjetividade e as forças anônimas que a ameaçam: a “semiformação” e a “indústria cultural” que evidenciam a forma repressiva da formação da identidade ou subjetividade social na modernidade, uma vez que a dominação, no plano da subjetividade, encontra-se condicionada à estrutura social e reflete a irracionalidade ou a racionalidade da manipulação das massas no capitalismo tardio ou sociedade industrial.

> Recorrendo a Auschwitz, Adorno procura demonstrar a inviabilidade tendencial da formação pela socialização da semiformação; as dificuldades da formação da subjetividade autônoma pela via da educação e da cultura nos parâmetros da sociedade burguesa, sem o apoio de uma crítica da própria formação social. Não há sentido para a educação na sociedade burguesa senão o resultante da crítica e da resistência à sociedade vigente responsável pela desumanização. A educação crítica é tendencialmente subversiva. É preciso romper com a educação como mera apropriação de instrumental técnico e receituário para a eficiência, insistindo no aprendizado aberto à elaboração da história ao contato com o outro não idêntico, o diferenciado. (MAAR, 2020, p. 28).

Buscando ampliar a compreensão sobre o conceito de educação emancipadora e de educação repressiva em Adorno e em que contexto a mesma precisaria acontecer, também retomaremos, neste estudo, o conceito de educação repressiva. Além de educação repressiva, acrescentaria prescritiva, refletindo sobre as formas que tal educação toma na sociedade burguesa capitalista. Esta sociedade burguesa, para além da alienação e da violência explícita, também se revela em várias outras faces dentro de uma sociedade patriarcal autoritária, como a brasileira, principalmente durante o governo Bolsonaro (2019-2022), no qual presenciamos a ascensão de movimentos reacionários e conservadores: “o processo de formação da sociedade, processo que entendemos como educação em sentido amplo, tem como

base de sustentação as mais variadas formas de controle e repressão" (SCHLESENER, 2021, p. 418).

Consideramos relevante trabalhar a concepção de educação emancipadora ao pensar na educação de jovens adolescentes no Brasil, entendendo que isso implica pensar num outro projeto de sociedade: "Uma educação emancipadora supõe a tentativa de criar, no bojo da sociedade capitalista, um novo projeto social alternativo" (SCHLESENER, 2021, p. 418).

Para esta investigação teórica, cabe ainda esclarecer os conceitos sobre adolescência e juventude. O termo jovem adolescente que privilegiamos, nesta pesquisa, fundamenta-se por várias razões. Em primeiro lugar pela etimologia das palavras: adolescência, que tem dupla origem etimológica, vinda do latim *ad* (a, para) e *olescer* (crescer), significando o processo ou condição de crescimento. O termo também deriva de adolescer (origem da palavra adoecer), indicando uma aptidão para crescer e adoecer, relacionando tal termo às transformações e ao sofrimento. A palavra juventude, cujo sentido etimológico deriva da palavra "juvenis", indica época ou condição de ser jovem, ou ainda aquele que está em plena força (GUIMARÃES; GRINSPUN, 2008). Assim, o jovem adolescente pode ser considerado aquele que está em crescimento e em plena força e condição de ser jovem.

Em segundo lugar, adolescência inclui as mudanças pubertárias que marcam o encontro do adolescente com o real do corpo e o real do sexo – esse encontro acaba sendo considerado, de modo geral, pela psicologia e pela psicanálise, como o início da adolescência. Porém, o ponto principal não é exatamente quando começa a adolescência, mas como se dá essa passagem, de forma singular, e o que poderia ser considerada a saída da adolescência, lembrando que não há nem ao menos garantia de que o sujeito irá, eventualmente, sair da adolescência.

O termo juventude, por sua vez, apresenta-se na literatura como preferência das áreas da educação, sociologia, antropologia, comunicação e história, transitando por um percurso que também consideramos interessante para o propósito deste estudo. Assim, o termo descreve a figura do jovem dentro de um contexto que inclui os elementos culturais, temporais, espaciais, históricos, dentro de um certo período em que a juventude possa ser estudada (GUIMARÃES; GRINSPUN, 2008). A psicanálise considera tanto a importância do encontro do sujeito com as mudanças corporais e sexuais que convocam esse sujeito à (re) configuração de sua nova

imagem púbere e a um novo lugar enquanto sujeito, como também considera as questões da linguagem e da cultura em cada época.

Dessa forma, mesmo privilegiando o termo jovem adolescente, em alguns momentos poderemos usar, indiscriminadamente, tanto adolescente, quanto jovem, uma vez que não estaremos presos a uma faixa etária, mas a uma condição do sujeito em sua posição constitutiva e desejante[4]. Mesmo assim, citamos que para a organização Mundial da Saúde (OMS) a adolescência é compreendida entre a faixa etária de 10 a 19 anos, e a juventude consiste à faixa de 19 a 29 anos. O Estatuto da Criança e do adolescente (ECA – Lei n. 8.069/1990), por sua vez, considera a adolescência de 12 a 18 anos (BRASIL, 2007, p. 7). Tais dados são relevantes, uma vez que a área da educação e saúde pública levam em consideração essas faixas etárias para a elaboração de suas políticas.

Como fundamentação inicial para esta pesquisa, situamos o contexto social, no qual estamos inseridos na supermodernidade, para compreender especificidades da passagem adolescente e do processo de subjetivação, principalmente da atual geração.

Salientamos até o momento como a nossa sociedade é marcada pelas tecnociências, além de outras características como: difusão acelerada das informações, hegemonia do capitalismo global, imediatismo pela expansão das democracias de massa, consumismo e busca incessante de riquezas materiais, influências preocupantes do neoliberalismo na subjetividade das pessoas, entre outras. Tais condições vêm produzindo mudanças sociais importantes, além de uma crise cultural sem precedentes, abalando não só os referenciais simbólicos, mas também os grandes projetos de autonomia e de emancipação da modernidade, os laços sociais e a própria constituição do sujeito.

Em meio a esse contexto, situa-se a passagem intergeracional, bem como a passagem adolescente da atual geração. Assim, pensar a adolescência e seu processo de subjetivação, no século XXI, nos remete a considerar, segundo Coutinho (2009), as premissas de que a adolescência ainda representa um ideal social, assim

---

[4] O desejo, para Freud e Lacan, constitui-se um elemento primordial do ser humano. Freud utiliza a palavra *Wunsch*, cujo significado é aspiração, anelo para designar desejo: o desejo é inconsciente e seu movimento está em relação a uma inscrição mnêmica, uma marca psíquica a partir de uma vivência de satisfação que teria atendido uma necessidade (FREUD, [1900]1996). Desejo, em Lacan, vem pelo vocábulo *Begierde,* que significa anseio, cobiça, desejo intenso ou veemente, e está relacionado a outros significantes, como: gozo, demanda, alienação-separação, Outro, fantasia fundamental, objeto a, entre outros (LACAN, [1964]1985).

como ocupa o lugar de sintoma dessa crise cultural e social que instituiu o ideal individualista, a cultura do narcisismo e a sociedade do espetáculo, produzindo, portanto, novos modos de subjetivação do sujeito:

> A adolescência evoca, por definição, um sujeito em processo de subjetivação, processo este que se dá numa sociedade que também está em movimento. Não é possível concebê-la fora de um horizonte histórico, no interior do qual é forjada enquanto um conceito socialmente construído, do qual as ciências humanas se apropriam fornecendo-lhes suas próprias versões. (COUTINHO, 2009, p. 11).

Salientamos que o conceito de cultura do narcisismo que abordamos aqui foi desenvolvido por Watson Christopher Lasch, através do qual o autor traz uma severa crítica à sociedade moderna. Tal cultura se refere às mudanças sociais, em consequência do capitalismo, que promoveu o individualismo competitivo, a busca pela felicidade numa atitude narcisista de autopreservação e de sobrevivência, do homem do século XX em termos psicológicos, na substituição do homem econômico resultante do individualismo burguês. Dessa forma, o autor descreve a subjetividade a partir do conceito psicanalítico de narcisismo (LASCH, [1979]1983).

Já a origem da sociedade do espetáculo, como supracitamos, vem das ideias do marxista francês Guy Debord. Para o autor, o espetáculo se constitui quando a mercadoria passa a ocupar a vida social em sua totalidade e quando as indústrias, bem como os mercados, convergem para um mesmo ponto, que é a imagem. As imagens são fabricadas pelas indústrias e consumidas pelos mercados, onde toda e qualquer mercadoria passa a circular como imagem, em um aspecto que foi impulsionado ainda mais pela presença das mídias. Observamos que também se rendem ao espetáculo a política, a ciência e a religião (DEBORD, 1997). Tal concepção diz respeito à era da imagem que marca a obsessão pela juventude, pela busca da virilidade/feminilidade, pelas emoções primitivas e pelas sensações que refletem a busca pelo prazer no aqui e agora (BAUDRILLARD, 2008).

Nesse contexto, concebemos a adolescência como um fenômeno social, histórico e como produto da modernidade (ARIÈS, 1981; LE BRETON, 2017). Segundo conceitos psicanalíticos, ressaltamos que a adolescência pode ser entendida prioritariamente: “como o conjunto de determinados processos psíquicos fundamentais na elaboração da interdição e das instancias ideais que possam reassegurar cada sujeito de sua pertinência ao laço social” (COUTINHO, 2009, p. 13).

Observamos, então, que a adolescência se caracteriza por uma construção que envolve simultaneamente a cena fantasmática de um sujeito e a cena social no seio familiar, nas instituições, bem como nos espaços públicos de uma sociedade, agora globalizada. Justamente por tal complexidade que a adolescência não pode ser estudada a partir de um único campo teórico, pois ela é “atravessada por diversos registros, tais como: o psíquico, o familiar, o social e o político” (COUTINHO, 2009, p. 13). Portanto, investigar o sujeito adolescente e o processo de subjetivação, em educação e psicanálise, inclui, impreterivelmente, estudar todas as formas de laço social, mesmo que virtual – em sua pluralidade e como um fenômeno que se renova em cada época – nas quais esse sujeito se constitui.

Assim, investigar os modos de subjetivação desses sujeitos, na cultura digital, principalmente a partir da Quarta Revolução Industrial[5], requer compreender esse novo cenário que se constituiu pelo surgimento de um complexo de tecnologias que fundem os mundos biológico, físico e digital, produzindo impactos estruturais em toda sociedade, trazendo novos desafios, inclusive sobre a concepção de ser humano, remodelando a sociedade (SCHWAB, 2017), e incidindo na subjetividade das pessoas.

A justificativa para a proposta desta investigação é reforçada pela afirmação de que em cada época se faz necessário estudos e reflexões sobre educação e adolescência, uma vez que se trata de um assunto que não se esgota – muito pelo contrário, nos convoca e mobiliza o tempo todo, principalmente por se inserir em um campo social, cultural e histórico que requer reflexões filosóficas e psicanalíticas que visem a transformações da sociedade.

Este estudo também se aplica ao campo da saúde mental. Busca-se, com este estudo, promover a reflexão sobre a condição de trabalho dos profissionais da educação e da saúde na escuta de sujeitos adolescentes em suas demandas, de modo que seja possível ampliar a compreensão da subjetivação, dos estabelecimentos de laços sociais e dos modos de sofrer dessa época, articulando

[5] A primeira Revolução Industrial ocorreu entre os séculos XVIII e XIX, quando surgem inovações na produção industrial (NAVARRO, 2006). A segunda Revolução Industrial é o período que compreende as novas tecnologias de comunicação, como o telégrafo e o cabo submarino, além de outras tecnologias a partir do desenvolvimento da eletricidade. O marco da terceira Revolução Industrial, em meados do século XX, é considerado, por muitos autores, a invenção do chip e dos circuitos integrados, inaugurando a fase da tecnologia de ponta ou automação, num salto tecnológico que dá início à sociedade pós-industrial (RODRIGUES, 1997). A quarta Revolução Industrial teve início na virada do século XXI (SCHWAB, 2017).

com o contexto e com as exigências que a cultura vem impondo aos adolescentes. Destaca-se a importância do olhar para a saúde mental dos adolescentes, considerando que o mal-estar social está presente também dentro das escolas, podendo interferir diretamente no processo de aprendizagem.

Justificamos, também, a importância deste estudo no âmbito da linha de pesquisa em Educação – Políticas Públicas e Gestão da Educação –, visto que é relevante, constantemente, pensar as políticas educacionais e os caminhos da educação voltada aos jovens, bem como a autonomia da escola na criação de condições para o laço social e para a identificação com esses jovens, repensando a escola como uma referência para eles.

A partir desse contexto, salientamos, ainda, a importância da relação dialética do adolescente em seus dilemas frente à educação e, por sua vez, desta com os jovens adolescentes. O laço do adolescente com a escola e com as experiências vividas no ambiente escolar constitui parte relevante neste processo subjetivo que temos destacado, pois o material simbólico disponibilizado pelo social e pela cultura é transmitido, em parte, pela escola, sendo esse um ponto fundamental de encontro entre a subjetivação adolescente e a educação. Os laços com os pares, a busca pelos grupos de amigos e as experiências compartilhadas nesses grupos possibilitam as identificações e a sociabilidade entre os adolescentes e destes com os professores, pois o ambiente escolar pode oferecer um lugar de alteridade, de fala, de narrativas e de acolhimento para as questões que afligem os adolescentes, criando dispositivos para que possam produzir discursos singulares, próprios, para falar de si e de seu âmbito próprio.

A estrutura da dissertação se dará em forma de três capítulos, além da Introdução e das Considerações Finais. Os capítulos, em síntese, tratam de temas específicos e interligados que serão explicitados a seguir.

O Capítulo 1, “A subjetividade dos jovens adolescentes sob a lógica do capital, na cultura digital”, busca investigar a construção social da adolescência a partir dos ideais burgueses e ideais do imaginário social, para compreender as formas de subjetivação dos jovens adolescentes na cultura digital, articulando ainda com as influências publicitárias mercadológicas que impulsionam o consumismo entre os jovens, gerando mal-estar e sofrimento narcísico digital.

No Capítulo 2, intitulado “Indústria cultural, subjetividade e políticas públicas educacionais: A Revolução Digital no contexto neoliberal”, buscamos explorar as

contribuições de Theodor Adorno sobre Indústria Cultural, semiformação e subjetividade. O capítulo visa ainda explorar e compreender as transformações sociais ocorridas a partir Revolução Digital, ou Quarta Revolução Industrial, bem como investigar a influência destas na educação, nas políticas públicas e na formação da subjetividade, sob o discurso neoliberal.

No Capítulo 3, “Políticas públicas na educação secundária e dimensão subjetiva dos jovens adolescentes: UNESCO e novo ensino médio no Brasil”, buscaremos articular o tema de pesquisa com as políticas educacionais, uma vez que esta dissertação se situa na linha de pesquisa em Políticas Públicas e Gestão da Educação. O objetivo é compreender se a educação tem levado em conta as novas formas de subjetivação dos jovens adolescentes, e de que modo o faz para pensar um novo projeto de sociedade emancipadora. Dessa forma, a pesquisa traz conteúdos importantes, demonstrados pela UNESCO (2017), sobre a dimensão subjetiva do jovem e a relação desses com o sistema educativo no nível médio e evasão escolar, na América Latina. Tais dados e conteúdos fazem parte de um propósito mais amplo para a UNESCO, que é a coordenação da Agenda de Educação 2030. Nesse capítulo, também são apresentados a análise da Lei nº 13.415/2017, promulgada no Brasil em 2017, e o cenário em torno das mudanças propostas para o novo ensino médio a partir dessa reforma neoliberal. O Novo Ensino Médio começou a ser implantado em escolas-pilotos em 2020 e, neste ano de 2022, está sendo implantado em toda rede de ensino.

Por último, nas considerações finais a respeito de toda pesquisa desenvolvida podemos observar como as mudanças discursivas no campo da educação brasileira possuem relação com o mal-estar da juventude. Desta forma, torna-se fundamental refletir sobre o mal-estar e os sintomas sociais que os adolescentes vêm apresentando, principalmente no ambiente escolar, a partir do que encontramos nas mudanças discursivas em torno da educação e políticas públicas educacionais neoliberais voltadas à juventude.

1 A SUBJETIVIDADE DOS JOVENS ADOLESCENTES SOB A LÓGICA DO CAPITAL, NA CULTURA DIGITAL

O presente capítulo se constitui numa exploração teórica sobre a construção da subjetividade do adolescente na cultura digital. Buscou-se investigar a construção social da adolescência, a partir dos ideais burgueses e ideais do imaginário social, para compreender as formas de subjetivação dos jovens adolescentes, articulando ainda com as influências das mídias sociais e publicitárias mercadológicas que impulsionam o consumismo entre os jovens, produzindo mal-estar e sofrimento psíquico.

1.1 A SUBJETIVIDADE DOS JOVENS ADOLESCENTES NA CULTURA DIGITAL

Os desafios da subjetividade dos adolescentes e jovens na cultura digital nos colocam diante de uma nova realidade, a saber: a realidade virtual, cuja tamanha amplitude na vida dos jovens já não permite, com tanta clareza, separar a vida conectada na internet da vida off-line, principalmente com o advento das redes sociais que adentraram todos os aspectos da cultura, reconfigurando as relações e laços sociais.

Assim, o sujeito adolescente – e não somente esse – passou a ser capturado pela sedução da espetacularização, via Tecnologias da Informação e Comunicação, em suas modulações simbólicas, seu desejo, suas fantasias e afetos. Tal captura à vida virtual se intensifica pelo discurso capitalista, com suas constantes inovações de mercado, e pela lógica dos algoritmos que a partir de nossa navegação na internet, controlam nossos padrões de comportamentos e ditam nossas escolhas subsequentes: “As redes nos convidam a nos reeditarmos de modo ininterrupto, pondo-nos em um patamar único no qual somos vorazes consumidores, mas também objetos a serem consumidos” (LIMA; NOBRE, 2020, p. 304).

O adolescente, na medida em que vai se inserindo nos laços sociais, para além dos laços familiares, busca nos grupos, sejam eles virtuais ou não, a inserção, acolhimento e reconhecimento, sendo que nessas relações vai configurando sua subjetividade e suas questões identitárias. Imersos na lógica de consumo, típicos nas narrativas publicitárias e midiáticas, nem sempre percebem o lugar que vão ocupando

nesse contexto entrelaçado pelas tecnociências, mercado e Tecnologias da Informação e Comunicação.

O adolescente se torna alvo da lógica do capital, num momento de fragilidades e desamparo frente às mudanças da passagem adolescente e da construção da subjetividade. Depara-se ainda com a propagação da cultura digital, que é marcada por uma lógica totalitária que se materializa pelo excesso de informações, negando a condição da falta, da hiância que faz parte do sujeito, rechaçando a condição do não saber, pois basta um clique nos mecanismos de busca do Google para que as respostas apareçam (LIMA; NOBRE, 2020).

Aqui podemos retomar Lacan (1969; 1970) e os seus discursos[6], mais especificamente o discurso do capitalista, que além de não favorecer o laço social, nos impulsiona ao imperativo “goze”, nos iludindo de que nada é impossível para o mercado. Essa é a lógica totalizante, não sem consequências, visto que produz efeitos no social, desencadeando sintomas, mal-estar e angústia. Aspectos esses que podem ser observados nas redes sociais, quando nos deparamos com discursos e postagens que instigam o ódio, a violência, o preconceito, o racismo, o machismo, entre outros. Observamos, assim, um desamparo discursivo para os adolescentes em nossa sociedade.

Na cultura digital, portanto, pelo menos três efeitos sobre o laço social são apontados por Lima e Nobre (2020), a partir de um trabalho, realizado por eles, de escuta dos adolescentes através do grupo de pesquisa “Além da tela: psicanálise e cultura digital” (PPGPSI/UFMG). Os três efeitos são a dificuldade em aceitar o diferente, a queixa de não serem escutados (declínio da escuta) e o afastamento entre os corpos na experiência da conversação on-line.

Salientamos que a relação dos adolescentes com as novas Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) é intensa, pois estas se configuram como um espaço de expressão dos mesmos, bem como de constituição social e psíquica em permanente construção. É relevante considerar que a nova mídia – Internet, sites e aplicativos de relacionamento, celulares, blogs, entre outros – promoveu e vem possibilitando esses novos espaços e dispositivos para as manifestações e modos

---

[6] Lacan elaborou, a partir do que Freud escreveu sobre o que considerou os três impossíveis: governar, que diz respeito ao discurso do mestre/senhor; educar, que se refere ao discurso universitário; e psicanalisar, que é o discurso do analista, a teoria dos quatro discursos: discurso do Mestre, discurso Universitário, discurso da Histeria e discurso do Analista. Depois acrescentou o quinto discurso: o Discurso do capitalista (LACAN, 1970).

dos adolescentes se fazerem representar no laço social e na sociedade. Modos de se fazer representar ou modos de representação, segundo Rose Gurski (2012), podem ser entendidos como tudo que diz respeito à necessidade de o sujeito adolescente se apresentar no laço social através de produções que marquem um lugar próprio, nessa relação do adolescente com o seu próprio corpo e com o social de sua época, fazendo frente à passagem adolescente nesse percurso do laço familiar para o laço social (GURSKI, 2012).

A internet permite aos jovens adolescentes diversas experiências, como a vivência de papéis sociais e de relações interpessoais, ainda que com distanciamento corporal/pulsional; acesso às informações de forma imediata; identificações com ídolos ou mitos; criação de culturas próprias distantes das figuras de autoridade, como pais e professores, por exemplo; sensação de liberdade, autonomia e intimidade com amigos e parceiros virtuais; entre outras condições que nos permitem refletir sobre as influências da tecnologia, de modo geral, na vida dos jovens (BERARDI, 2019; PEIXOTO, 2017; MATHEUS, 2003). Numa situação paradoxal, a internet possibilita a busca pela individualidade ao mesmo tempo em que coloca o sujeito em situação de exposição, pois muitos passam a narrar as vivências do cotidiano – do privado para o público –, expondo fotos, gravando vídeos, entre outros (GERMANO; MOURA, 2017).

A internet promove o campo do imaginário, entre outros aspectos, através da possibilidade de criação de personagens fantasiosos idealizados; do apego e identificação com imagens virtuais, condições que passam a conduzir o adolescente na construção de uma ficção do eu, ou seja, aquele através do qual se reconhece e se faz representar, podendo ter dificuldade para construir o seu eu no mundo real (PAOLA, 2010; GERMANO; MOURA, 2017). Além desses aspectos, o imediatismo e a imersão por horas nas telas podem promover pouca ou nenhuma reflexão crítica, situação essa que impacta o modo de aprendizado, a constituição subjetiva e as formas de conexão com o outro.

Se o contato com a internet já vinha fazendo parte do mundo das crianças (inclusive de bebês) e adolescentes, agora, em função da pandemia da COVID-19, fomos todos arrastados para as atividades remotas[7] – principalmente os alunos e

[7] Ver pesquisa desenvolvida no Brasil, de junho a setembro de 2020, durante a pandemia, cuja investigação buscou conhecer como a população (de 16 anos ou mais) vem usando a Internet, como se informa e se comunica, e se tal uso tem relação com o bem-estar dela. Constatou que o celular foi o dispositivo mais utilizado para o acesso à rede. Entre os módulos temáticos pesquisados, situa-se o

professores, pois para tal condição não estávamos preparados. Esse cenário também vem produzindo mudanças nas configurações familiares e no contexto sociocultural, o que certamente produzirá impactos para os jovens adolescentes, abrindo campos e necessidades para novas pesquisas e construção de novos caminhos – não só para a educação, mas para a sociedade como um todo.

Para ampliar a discussão, vejamos a seguir como foi se dando a construção social da adolescência a partir dos ideais burgueses e dos ideais do imaginário social.

1.1.1 A construção social da adolescência e início da escolarização sob ideais burgueses e ideais do imaginário social: a subjetividade em cada época

A adolescência, enquanto conceito social, consolidou-se no século XX, embora a construção social dela tenha se iniciado por volta do século XVI, quando começa a surgir o conceito, nos meios sociais privilegiados, a partir do sentimento e da percepção da diferença entre as idades. Embora a expressão “adolescência” tenha surgido em torno do século XVI (LE BRETON, 2017, p. 8), observamos que “no francês antigo, a designação adolescente, masculino, é encontrada pela primeira vez no século XIII, enquanto a palavra do gênero feminino, adolescente, só aparece no século XV” (COUTINHO, 2009, p. 17). Somente em torno de 1850 que os dicionários incluíram a palavra adolescência no sentido voltado aos aspectos psicológicos e sociais. Já o termo “puberdade”, do latim *pubertas* (púbis, pelo), preserva seu sentido original, em que puberdade se refere às transformações fisiológicas e corporais que marcam o final da infância (COUTINHO, 2009, p. 18).

A invenção da adolescência no final do século XVIII, pela cultura ocidental, dá-se pela emergência da família moderna, justamente nas classes burguesas. Nas classes menos favorecidas da época, as crianças a partir de 6 anos e os jovens já estavam imersos no trabalho agrícola e depois no trabalho nas fábricas, com jornadas de trabalho de 14 horas aproximadamente e sem direito à escolarização (LE BRETON, 2017). Nesse sentido:

Ensino Remoto. Ver indicadores da pesquisa TIC Domicílios pelo website do Cetic.br. Disponível em: https://cetic.br/pt/pesquisa/domicilios/indicadores/. Acesso em: 10 maio 2022.

> A adolescência não é um acontecimento, mas antes uma questão que atravessa o tempo e o espaço das sociedades humanas. (...) Ela depende de uma apreciação cultural infinitamente variável. A não ser que se estabeleça um registro civil arbitrário, tanto a adolescência quanto o momento de sua entrada e de sua saída suscitam interrogações sem fim. As definições são múltiplas de acordo com as épocas e as sociedades, assim como os critérios de acesso à maturidade social. (LE BRETON, 2017, p. 19-20).

A eclosão da adolescência, no final do século XIX e principalmente no século XX, como sentimento e cultura, é resultado do processo de urbanização, ampliação da escolarização prolongada para os mais ricos, extensão do período entre a puberdade e o casamento, e convivência desses jovens entre os pares, numa maior dependência dos mesmos em relação à família. Assim, segundo Ariès (1973):

> Tudo acontece como se, a cada época, correspondessem uma idade privilegiada e uma periodização particular da vida humana: a "juventude" é a idade privilegiada do século XVII, a infância, do XIX, a adolescência do XX. Assim, passa-se de uma época sem adolescência a uma época onde a adolescência é a idade favorita. Deseja-se alcançá-la cedo e demorar-se nela durante muito tempo. (ARIÈS, 1973, p. 51, apud COUTINHO, 2009, p. 49).

Nesse sentido, a adolescência surge a partir do contexto do romantismo alemão[8] e pelo surgimento do paradigma individualista[9], aspectos esses que não se faziam presentes nas sociedades tradicionais, pois nestas os rituais de passagem eram a baliza desse período da vida. Tais rituais marcavam um lugar simbólico, um ideal social, definido por gerações antecedentes, e que seriam ocupados pelos jovens em processo de iniciação coletiva. Os ritos de passagem eram cerimônias que tinham por função reinscrever simbolicamente a passagem da infância para a vida adulta, a partir das mudanças pubertárias ou mudanças do corpo infantil para a condição adulta da procriação, quando o sujeito passava a ocupar um novo lugar na sociedade enquanto adulto (KEHL, 2004).

---

[8] O Movimento Romântico ocorre em torno das últimas décadas do século XVIII, na Europa e durou parte do século XIX. Com o Romantismo ocorre a valorização de aspectos como: a subjetividade, a solidão, a morbidez, a melancolia, o sentimentalismo, as frustrações e o espírito sombrio. O Romantismo trouxe a ideia de busca pelo suposto "paraíso perdido" e a descrença em relação às Revoluções e aos novos inventos tecnológicos, assim como despertou aos poetas, artistas e filósofos do período, a busca pelo "tornar-se uno', através de vivências, reflexões e autoconhecimento (GUIMARÃES; PRÓCHNO, 2016).

[9] Na Modernidade, o paradigma de individualismo era vinculado ao Iluminismo e Romantismo, diferente do individualismo, que foi se configurando a partir da década de 1960, vinculado a um ideal libertário que, segundo Salem (1991), citado por Coutinho (2009), "associa-se à dissolução dos limites entre o público e o privado, seja na esfera subjetiva propriamente dita, seja no que diz respeito ao declínio da família como instituição intermediária entre os dois mundos" (COUTINHO, 2009, p. 65). A tese de Salem está mais próxima do que foi desenvolvido por Lasch ([1979]1983) sobre a cultura do narcisismo.

Vejamos uma breve contextualização, considerando que o tratamento anteriormente designado aos jovens na Antiguidade sofre mudanças na Idade Média, uma vez que a responsabilidade do Estado sob o grupo passou a ser das famílias conjugais. Tais famílias se constituíam em torno de uma unidade econômica, voltada a administrar as divisões de tarefas domésticas, trabalho no campo, cuidado e transmissão de seus bens. Quanto à educação escolar dos jovens medievais, configurava-se com a formação religiosa (o controle da igreja dominava a vida social) e o aprendizado de um ofício aos filhos de artesãos, pois os filhos de burgueses poderiam frequentar a universidade, e os filhos de nobres se dedicavam às artes da cavalaria, bem como da guerra, tendo maioridade aos 17 anos (ARIÈS, 1973, apud COUTINHO, 2009; LE BRETON, 2017).

Durante a Idade Média e principalmente no final desta, os jovens vão ocupando uma nova função social, desde a condição de ameaçarem a ordem social e a ordem cristã ao surgimento, na Itália, das "*societas juvenum*" – que exerciam função fundamental nos rituais de passagem, a "Companhia dos Fedeli" (1459) e a "Companhia dos Modesti" (1487), compostas predominantemente pelos nobres e ricos para espetáculos culturais em festas e eventos. Esses grupos, dessa forma, constituíram-se num novo modo de expressão social e de participação em cerimônias oficiais (CROUZEN-PAVAN, 1996, apud COUTINHO, 2009).

Dessa forma, podemos observar que, além das mudanças na ordem social e familiar, também começam a ocorrer mudanças na ordem sexual nesse período, uma vez que o jovem começa a assumir um novo lugar na sociedade e no laço social, num processo histórico, a partir de mudanças nos valores simbólicos.

Com um novo contexto no período do Renascimento, vai se consolidando o ideal de família sentimental e nuclear, assim como a invenção e a concepção de infância, abrindo campo para a ênfase na relação mãe-filho. Neste período também ocorre grande mudança na escolarização, através da qual a educação passa a ser vista como formação, embora ainda com privilégios para os rapazes. Eis o início da "escolarização da sociedade", segundo Ariès (1973). Na Renascença, ainda não havia uma distinção entre a infância e a adolescência, o que só foi acontecer a partir da Revolução Industrial: "a família passou a se desvincular diretamente da produção, tendo mais importância como agente no processo de formação das crianças e dos jovens que serviriam de mão-de-obra a ser utilizada pelo sistema social mais amplo. A Revolução Francesa veio consolidar essa função" (COUTINHO, 2009, p. 42).

A Revolução Francesa (1789-1799) é conhecida pelos movimentos revolucionários em que a juventude urbana marcou presença. Tal engajamento marca a relevância social e simbólica da juventude enquanto faixa etária, bem como traz a ideia de uma adolescência em crise, acompanhada de mudanças fisiológicas e pubertárias que ganham evidência. Nesse contexto, a escola também passa a ser vista como lugar de educação, proteção e formação do jovem como cidadão, sob a tutela e repressão por parte dos mestres (LE BRETON, 2017).

A grande transformação, que influencia na construção social da adolescência, passa a acontecer a partir da Revolução Industrial, quando mudanças significativas ocorreram tanto na estrutura da sociedade e das famílias quanto na subjetividade das pessoas. Isso ocorre principalmente com a instituição do contrato civil, direitos para reger as relações sociais, leis e responsabilidades atribuídas ao Estado e às famílias, trazendo uma nova articulação na noção de público e privado, e conferindo às crianças e posteriormente aos adolescentes um novo lugar no imaginário social, sustentado pelos fundamentos do Romantismo. Assim, no século XIX já era possível observar como o Estado passou a assumir a função de manter a ordem social e a família assumiu, na esfera privada, a função de transmissão dos valores morais e dos costumes (ARIÈS; DUBY, 1991).

O processo de construção da adolescência, durante o século XIX, vai se dando de forma parcimoniosa. Assim, foi possível observar algumas mudanças nas vestimentas e na forma de se apresentar sob a influência, no final do século, da criação de jornais de moda que traziam uma nova moda para a infância e um vestuário mais específico aos adolescentes, incluindo os uniformes escolares e outros trajes para frequentar ambientes mais destinados aos jovens. Esses ambientes foram sendo criados com o objetivo prioritário de exercer controle sobre a sexualidade dos jovens, influenciando sua subjetividade.

Nesse sentido que no final do século XIX começam a surgir vários locais e movimentos para ocupar os jovens após o período da escola, com atividades esportivas, recreativas e educativas, entre elas citamos: os “patronagens”; as “Casas da adolescência”, em Saint-Étienne e em Nimes; colônias de férias; Movimento Escoteiro, em 1907 na Inglaterra e com expansão para outros países; o Movimento dos Wandervogel, em 1896, em Berlim; criação das juventudes hitlerianas a serviço do regime militar; o Movimento dos albergues da juventude, na França, em 1920 (LE BRETON, 2017, p. 54-57).

Nascem também nesse período os bandos de jovens adolescentes, depois os chamados grupos, tribos, gangues, e as preocupações sociais em torno desses (REYMOND, 2000, apud COUTINHO, 2009; LE BRETON, 2017). Lembrando que a busca pelo grupo, além de uma fonte de prazer excitante, constitui-se numa forma do jovem lidar com o mal-estar próprio do processo de constituição da identidade, estabelecendo novos laços sociais, identificando-se com modelos de comportamento (em cada época), buscando um lugar no mundo.

Portanto, a partir do exposto, é possível observar como cada sociedade vai conferindo um certo tratamento aos seus jovens e, dialeticamente, esses vão se fazendo representar, em seus comportamentos, como resposta à forma como a sociedade se organiza.

A partir do século XX, o jovem foi gradativamente ganhando mais evidência na cultura, sendo influenciado por essa, ao mesmo tempo que também passou a exercer influência nesta. Esse movimento dá notícias do laço social e da subjetividade que se constituem em cada época, e justamente através dos quais podemos estudar a sociedade em seu contexto histórico social.

Dessa forma, observamos como o lugar atribuído aos jovens, desde os primórdios, estava articulado às mudanças de valores simbólicos, movimentos socioculturais, mudanças nos laços sociais, oscilação entre limites dos espaços privados e públicos, transformações na ordem familiar e sexual e surgimento do modelo individualista entre outros.

Na contemporaneidade, como muitos autores citam, ou na supermodernidade – conceito adotado para este estudo –, buscamos pensar a construção da subjetividade a partir das mudanças ocorridas na nossa sociedade, articuladas às transformações advindas com as Tecnologias da Informação e Comunicação que caminharam para a sociedade do espetáculo. Fatos esses que também foram marcados pelos novos rumos do individualismo:

> Os novos rumos do individualismo na contemporaneidade levam-nos a pensar em uma constituição subjetiva instável, errante, com frágeis ancoragens simbólicas. Essa errância subjetiva contemporânea tem sido tematizada de diferentes maneiras, seja através da falência das ideologias, da crise dos ideais e do sentido, do declínio da função paterna ou da dissolução das figuras do Outro na cultura. (...) Na cultura contemporânea, a adolescência tende a começar cada vez mais cedo e a terminar cada vez mais tarde, ou até mesmo a jamais se concluir. (COUTINHO, 2009, p. 74).

O adolescente passa a ter destaque na década de 1960, quando ocorre uma revolução significativa nos costumes, no modo de se vestir e de se apresentar no laço social, bem como nos ideais do imaginário social. Tal cenário é impulsionado pelos movimentos libertários; pela influência do estilo "*rock and roll*" e dos movimentos punk e hippie; pelo surgimento do anticoncepcional e maior liberdade sexual; pela contracultura[10] estadunidense; e pela internacionalização do movimento dos estudantes, cujo ápice se deu em maio de 1968. Observamos, assim, mudanças nos discursos e no imaginário social:

> Os movimentos dos anos de 1960 foram marcados por uma característica que pode ser considerada inédita em relação à geração precedente: sua irrupção quase simultânea no plano internacional. Embora guardassem as especificidades de suas realizações singulares, tiveram, sem dúvida, os traços de uma contestação do poder nas suas diversas manifestações. Atentando para as referências mais significativas, sem esgotá-las, pode-se dizer que a contestação visava desde ao poder de Estado, em especial sua manifestação militar na guerra do Vietnã, passando pelo poder universitário em inúmeras universidades do mundo, até a suas manifestações em vários âmbitos da cultura e da subjetividade: o poder médico sobre o doente, o poder psiquiátrico sobre o doente mental, o poder masculino sobre as mulheres, o poder paterno sobre os filhos, o poder dos adultos sobre os jovens, o poder da moral tradicional sobre os costumes e os comportamentos. (CARDOSO, 2005, p. 101).

Foi praticamente depois da Segunda Guerra (1939-1945) e dos movimentos da década de 1960, com a efervescência política e cultural e desenvolvimento das tecnologias e da "Indústria Cultural" (ADORNO; HORKHEIMER, [1947]1985), que a juventude ganhou a cena como grupo consumidor, mudando o contexto das universidades e dos movimentos estudantis.

Nas décadas seguintes, os jovens usufruíram dos direitos conquistados pela geração chamada *Baby Boommers* e passaram a vivenciar prazeres com maior liberdade. Promoveram novas mudanças, valorizando suas individualidades e estilos, influenciados pelo crescente domínio do marketing e da propaganda.

Trataremos a seguir de outros aspectos dessa construção social a partir da influência das mídias publicitárias.

---

[10] O termo Contracultura e sua problemática pode ser mais bem compreendido no artigo: "Juventude e rebeldia nos anos 60 e 70 do século XX: a problemática do conceito de contracultura" de Orivaldo Leme Biagi. Disponível em: https://momentum.emnuvens.com.br/momentum/issue/view/6. Ver também: "Contracultura", escrito pela socióloga Milka de Oliveira Rezende para o site Brasil Escola. Disponível em https://brasilescola.uol.com.br/sociologia/contracultura.htm. Acessados em 19 de maio de 2022.

1.1.2 O jovem adolescente num mundo fabricado pelas mídias publicitárias e o sofrimento narcísico digital

A partir do contexto acima delineado, passamos agora a nos dedicar à investigação dessa nova configuração, em torno dos adolescentes, pelas mídias publicitárias que passaram a criar um mercado específico em torno deles, segundo a lógica do capital. Tal mercado foi se expandindo desde 1960, ganhando força ao longo dos anos, principalmente pela ação do marketing e da publicidade, ao fazerem uso de estudos sobre as gerações, com destaque aos nascidos após 1995: o sujeito nativo digital.

Destacamos que o conceito de geração foi introduzido pelo campo da sociologia, por volta de 1950, entretanto Mannheim já teria publicado artigo sobre o tema em 1928 (WELLER, 2010).

Em uma pesquisa bibliográfica realizada por Novaes (2018), observamos um levantamento, realizado pela autora, de diversos autores e artigos, publicados entre 2008 e 2016, sobre características geracionais e definição de geração. A partir desse estudo, o conceito de geração, em linhas gerais, é entendido como um grupo de pessoas, nascidas na mesma época, e que vivenciam experiências de vida num certo contexto histórico, cultural e social. Trata-se, portanto, de um fenômeno predominantemente cultural, cujos períodos temporais que definem uma geração seguem uma lógica sobre os modos de vida que configuram uma certa identidade do grupo. Tais limites temporais, segundo Jacques *et al.* (2015), citados por Novaes (2018), também seguem uma “lógica de aceleração tecnológica” (NOVAES, 2018, p. 3), apresentando períodos que vão se encurtando cada vez mais entre uma geração e outra.

Outros autores, com base no conceito de gerações de Karl Mannheim, enfatizam em suas análises sociológicas que tal conceito aponta para diferenças de classes, desigualdade de gênero, étnico-raciais, culturais, entre outras, destacando a subdivisão feita pelo autor que envolve a posição geracional; conexão geracional e unidade geracional. Alerta que o problema das gerações precisa ser considerado como um processo dinâmico em sua complexa interação entre os vários fatores constitutivos delas. Assim:

> As unidades de geração desenvolvem perspectivas, reações e posições políticas diferentes em relação a um mesmo problema dado. O nascimento em um contexto social idêntico, mas em um período específico, faz surgirem diversidades nas ações dos sujeitos. Uma outra característica é a adoção ou criação de estilos de vida distintos pelos indivíduos, mesmo vivendo em um mesmo meio social. Em outras palavras: a unidade geracional constitui uma adesão mais concreta em relação àquela estabelecida pela conexão geracional. Mas a forma como grupos de uma mesma conexão geracional lida com os fatos históricos vividos por sua geração, (...) fará surgir distintas unidades geracionais no âmbito da mesma conexão geracional. (WELLWE, 2010, p. 215).

A identificação de perfis e características geracionais tem sido objeto de pesquisa de autores diversos, sejam eles sociólogos, demógrafos, etnólogos, entre outros. Esses vêm mapeando gerações, num processo histórico, sendo que, de forma distinta de Mannheim, vêm utilizando classificações que foram denominadas, em linhas gerais, de *Baby Boomers*[11], geração X, Y, Z e Alfa (VIANA *et al*., 2013). Segundo Le Breton (2017), a geração do *baby boom* "goza de circunstâncias sociais e culturais excepcionais, ela é a primeira confrontada nessa extensão quanto à questão de sua entrada na maturidade social e quanto ao sentido de sua existência." (LE BRETON, 2017, p. 74).

O estudo das gerações e de suas singulares características continua sendo foco de interesse de áreas como gestão organizacional/empresarial, gestão de pessoas, marketing e propaganda, visando principalmente questões voltadas à produção, às tendências de moda, ao perfil de consumidores, à qualificação de trabalhadores, e às mudanças constantes e padrões de comportamento dos sujeitos, bem como da sociedade. Nos planejamentos publicitários de mídias de massa, um dos objetivos é capturar o sujeito, num processo de alienação e definhamento da subjetividade autônoma (subjetividade coisificada), como bem descreveu Theodor Adorno ([1940]1947), a partir das ideias de Marx sobre a fetichização da mercadoria e divisão social do trabalho e várias contribuições e conceitos de Freud, cujas teorias demonstraremos no segundo capítulo desta dissertação, complementando a fundamentação desse estudo.

Para esta pesquisa, entre as gerações estudadas, a partir do surgimento da internet, sintetizamos: a geração denominada Y, que se tornou conhecida como geração da internet ou do milênio (que seriam as pessoas nascidas no período em

---

[11] Outros aspectos das gerações e influências da mídia podem ser observados através do vídeo: "We all want to be Young". Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=c6DbaNdBnTM. Acesso em: 20 maio 2022.

que se iniciava a globalização com o avanço das Tecnologias da Informação e Comunicação); e a geração Z ou geração digital, on-line, conectada, net, *new millennials* e outras nomenclaturas, que seriam os nascidos a partir dos anos de 1995. Esses sujeitos já se encontravam conectados à internet através de e-mail, mídias sociais e celulares. Configuram-se no grupo pertencente à era da informação, sendo esses os conhecidos como nativos da internet, cujo perfil descrito os atribui qualidades, como serem profissionais exigentes, autodidatas, proativos, empreendedores, versáteis, entre outros. Por último, citamos a geração Alfa ou *Alpha Generation*, que seriam os nascidos a partir de 2010 (NOVAES, 2018).

Cada geração de adolescentes se tornou um público específico, enquanto consumidores em potencial, inclusive as crianças[12] que já há muito tempo sofrem efeitos que a publicidade e a mídia de massa exercem sobre elas – uma vez que são alvos ideais para a indústria, em matéria de vendas e de determinação de padrões de comportamento. Nesse sentido, para cada público ou geração, as propagandas e publicidades são direcionadas, buscando capturar o olhar e desejo do sujeito.

Em nossa investigação, observamos que alguns autores, ao descreverem o perfil dos sujeitos de cada geração, buscam comparativos entre as gerações e traçam uma certa linha histórica cultural, destacando as circunstâncias que estariam produzindo certos “tipos de sujeitos” em cada época. De fato, podemos constatar isso quando, por exemplo, o marketing e publicidade criam imagens e mensagens de objetos ou ideais que se tornam imperativos de consumo e estilo de vida ao propagarem ideais como: de beleza, magreza, *looks*, estilo de tatuagens ou piercings, formas de sedução com lançamento de moda hiper sexualizada para as meninas e de virilidade para os meninos, entre outros imperativos que passam a se constituir como uma nova linguagem na busca de reconhecimento, através de uma imagem que marca sua existência:

> O trabalho sobre o corpo, percebido como individualizante, é uma via para escapar ao sentimento de impessoalidade. A aparência é o ponto alto da estima de si e do sentimento de identidade. O hipermercado do consumo fornece aos jovens signos necessários para uma diferenciação de si regida pelo universo da publicidade e do marketing. (LE BRETON, 2017, p. 104).

[12] O documentário “Criança, a alma do negócio”, dirigido pela cineasta Estela Renner, traz relatos de crianças e pais, sendo que esses relatam como os filhos influenciam as decisões de compras e os padrões dentro de casa a partir das propagandas que elas assistem. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=ur9lIf4RaZ4. Acesso em: 21 maio 2022.

Percebemos, assim, como tais condições vão criando uma cultura adolescente através de um universo de mensagens publicitárias, ofertas inventadas pelo marketing e bens culturais de consumo, que circulam nas mídias, influenciando as jovens gerações:

> (...) cobertos de logomarcas, decididos a penetrar em um mundo fabricado pelas mídias, tornaram-se os poderosos símbolos da globalização (...) esses jovens vivem não apenas em um lugar geográfico, mas também em um circuito de consumo mundial: conectados em tempo real por seus telefones celulares. (KLEIN, 2001, p. 156-157, apud LE BRETON, 2017, p. 106).

Certamente as marcas comerciais não capturam todos os jovens, entretanto, para muitos deles, as marcas possibilitam uma certa identidade provisória e atribuem ao sujeito jovem um valor de prestígio e de existência junto aos pares. É nessa direção que a publicidade fornece aos jovens um universo de signos, valores e sentidos, que garante o passaporte para a entrada e o pertencimento a algum grupo ou comunidade, seja nas redes virtuais ou em outros ambientes que o jovem frequenta:

> A publicidade se torna para muitos adolescentes uma matriz identitária, uma maneira de não ficar para trás, apesar das dificuldades de se construir como sujeito. Ela proporciona, sem grandes custos, referências para existir. (...) Uma marca é a partir de agora uma visão de mundo, um estilo de vida, uma razão de ser, uma via de salvação. (...) Um grande número de jovens tatua as logomarcas diretamente na pele, na busca apaixonada de identificação a uma marca comercial. (...) A marca é superior à vida, pois ela oferece a você mais do que a vida. Em uma sociedade do espetáculo regida pela imagem ou pela logomarca, é preciso se fazer imagem ou logomarca. (LE BRETON, 2017, p. 110-111).

Numa construção de uma identidade sexuada, com abertura ao outro e reorganização simbólica, o jovem adolescente vivencia uma passagem em meio a uma difícil turbulência. Essa travessia da sexualidade infantil para uma sexualidade genital o confronta com uma nova imagem corporal, sensações, investimentos em novos objetos e busca por identificações e referenciais. É nesse sentido que a publicidade se direciona ao desejo do sujeito adolescente, ofertando e vendendo ideais, sonhos, modelos de identificação, valores e a ideia de que o consumo garante a felicidade. Perspicazes,

> Os publicitários descobriram que é possível fazer o inconsciente do consumidor trabalhar a favor do lucro de seus clientes. O inconsciente, como se sabe, não é ético – nem antiético. O inconsciente é amoral. Ele funciona de acordo com a lógica da realização (imediata) dos desejos, que na verdade não é tão individual quanto parece. O desejo é social. Desejamos o que os outros desejam, ou o que nos convidam a desejar. Uma imagem publicitária eficaz deve apelar ao desejo inconsciente, ao mesmo tempo em que se oferece como objeto de satisfação. Ela determina quais serão os objetos imaginários de satisfação do desejo, e assim faz o inconsciente trabalhar para o capital. Só que o sujeito do inconsciente nunca encontra toda a satisfação prometida no produto que lhe é oferecido – nesta operação, quem goza mesmo é o capitalista! (KEHL, 2004, p. 61).

Dessa forma, nesse processo de subjetivação e de construção simbólica de si, o jovem adolescente se torna alvo fácil para as imagens publicitárias e objetos imaginários com a promessa de satisfação do desejo. Esse é o imperativo “goza” da sociedade de consumo.

Deparamo-nos, assim, com o estímulo ao gozo, um imperativo e incitação que também aprisiona, aliena e molda o sujeito. Salientamos que, segundo Bucci e Kehl (2004), a mídia vem articulando muito bem essa relação entre fantasia e poder, demonstrando a potência do capital que passou a organizar o que esses autores chamam de “mercado de gozo”.

Assim, é importante marcar uma diferença histórica remodelada: na sociedade moderna, a economia libidinal, estudada pela psicanálise Freudiana, encontrava-se alicerçada na repressão de impulsos prazerosos ou na repressão de gozo . Já na sociedade do consumo e sociedade do espetáculo, observamos que isso se inverteu, com a incitação ao gozo sendo promovida. Tal sociedade encontrou seu caminho natural na sociedade midiática do consumo, sendo uma fonte inesgotável de mal-estar para os jovens adolescentes:

> Os adolescentes de hoje crescem em um mundo social inédito, bem distante daquele no qual seus pais transitavam na mesma idade; eles não são mais educados como as gerações anteriores. Enquanto os pais perdem a autoridade educativa e a escola se esforça para estabelecer as regras de uma cidadania compartilhada, as jovens gerações estão sob a influência de uma cultura regida pelo universo do consumo e da publicidade, acentuando ainda mais o afastamento entre as gerações. Os “outros significativos” do adolescente são figuras midiáticas, modelos para o sucesso ou a notoriedade. (LE BRETON, 2017, p. 100).

Nesse contexto, ao pensar sobre o mal-estar, retomamos algumas contribuições de Christian Dunker (2019) sobre o sofrimento narcísico digital, a partir da condição de que as redes sociais mostram o nosso espelho. Segundo o autor, o

sujeito ao fazer suas postagens nas redes sociais tem a ilusão de que está sendo visto e escutado por todos, entretanto isso provoca uma “ofensa narcísica” quando o sujeito percebe que não está sendo reconhecido pelo baixo número de curtidas, comentários ou visualizações.

Podemos observar, em relação aos adolescentes, como esses sofrem os “efeitos paranoicos do narcisismo digital” (DUNKER, 2019, n.p.) ao entrar em contato com sensações de desamparo, incertezas e angústias ao observar que não está sendo validado pelo outro e pelo Outro digital. Assim, o jovem passa a depender dessa importância e valorização que o outro pode lhe conferir, numa ilusão narcísica de confirmação de amor, como se todos os internautas estivessem interessados em suas postagens. O risco é quando a sensação de existência se esvazia, produzindo ansiedade, quando o olhar desse outro digital não se volta para o adolescente que espera por ele.

Ao observarmos as massas digitais, na contemporaneidade, nos deparamos com os discursos fanáticos e polarizados de ódio e preconceitos diversos, além de inverdades propagadas pelas *Fake News*. O mal-estar e efeitos que são produzidos sobre os adolescentes que sofrem com tais discursos podem ser devastadores, pois podem ser capturados por esse tom radical de intolerância e ameaças, desencadeando temores, precipitando crises de ansiedade e pânico, ideias e atos de suicídio.

Desta forma, segundo Dunker (2019), as condições de não aprovação, não valorização e desamor experimentadas nas redes sociais podem gerar angústia e ressentimentos. Observamos, portanto, como essa linguagem digital incide na subjetividade do adolescente, gerando mal-estar.

> O paranoico se tornará mais paranoico ao encontrar companhia que confirmem suas ideias persecutórias. O depressivo torna-se mais depressivo ao reunir outras tantas consciências críticas e cruéis, que dão consistência para seus padrões de auto-observação. O ansioso torna-se mais ansioso ao perceber nos outros esquemas de produção, desempenho e realização muito melhores que os seus. O esquizotípico recuará ainda mais diante de tanta desordem, para seu próprio mundo e confirmará a cada vez que jamais faria parte de um clube que o aceitasse como sócio. (DUNKER, 2019, n.p.).

Poderíamos ainda acrescentar que os impulsivos, intolerantes e perversos ou os que apresentam sintomas psicóticos podem tornar-se assassinos ao se depararem com contrariedades impossíveis de suportarem, ao exemplo de crimes de ódio.

Por outro lado, as redes sociais e a linguagem digital podem proporcionar, em certos casos, um conforto narcísico, quando o reconhecimento e o acolhimento comparecem, principalmente para aqueles que se sentiam excluídos pela timidez ou por fobias, ou ainda por sentirem a libido aprisionada (DUNKER, 2019).

Novas formas de estabelecer laços sociais ou conexões encontram um novo caminho a partir dos novos dispositivos e instrumentos narrativos ofertados pelas tecnologias de informação e comunicação. As questões que vão se apresentado nessa e em outras pesquisas necessárias diz respeito ao uso que crianças, adolescentes e adultos fazem da internet e redes sociais e como elas modificam os laços familiares, sociais e educacionais. Portanto, sempre precisamos estar atentos ao caráter político que elas assumem, o qual também buscaremos explorar no segundo capítulo, articulando com as mudanças no capitalismo financeiro e racionalidade neoliberal e sua influência nas políticas públicas educacionais.

Por ora, vejamos com mais detalhes, no texto a seguir, a cultura do corpo e sociedade do espetáculo no processo de subjetivação dos adolescentes.

1.1.3 A travessia adolescente: corporalidade e processo de subjetivação na relação com as imagens virtuais e comunidades na internet

A adolescência é uma travessia, uma passagem, que nos fala de uma experiência de corporalidade, do desejo, da descoberta de novas vivências e da insistência ao desafiar o mundo, por vezes incompreensível, no qual estabelecemos nossos laços sociais. Nosso ingresso ao mundo se dá pelo corpo, pela sua escrita e pela inscrição, na experiência subjetiva, que nos constitui enquanto sujeitos da linguagem.

Na passagem adolescente é presente o sentido da pulsão, da força erótica e da revelação em que a experiência do sujeito intima o corpo a penetrar na construção de sentidos, pois diante do des-conhecer também se dá a abertura ao sentido, por meio das experiências que passam pelo corpo e onde se faz necessário que o Outro seja a palavra de seu corpo. É pela nomeação da palavra no corpo, da experiência de encontro, da tradução de si, da palavra construída que, pelo viés da Psicanálise, somos convocados a pensar a adolescência.

A travessia adolescente, marcada pelas mudanças corporais pubertárias, precipita novas sensações, desejos, emoções, temores, inseguranças e desamparos promovidos pela maturação sexual e pela irrupção da pulsão sexual. Confronta o sujeito adolescente com a nova condição da imagem de si mesmo, uma vez que cai a imagem infantil que tinha a função de uma garantia fálica. Tal passagem foi assumindo novas configurações, desde o desaparecimento ou mudanças dos ritos de passagem de outrora, como falamos anteriormente.

Em “Três ensaios sobre a teoria da sexualidade”, Freud ([1905]1996), mesmo não sugerindo nenhum termo específico para designar a adolescência, traz-nos contribuições para percebemos como a sexualidade infantil, em suas características perverso-polimorfas[13], passa a se reorganizar, no que hoje chamamos de adolescência, em torno de experiências de uma unificação pulsional genital. Assim, em “O Ego e o Id” ([1923]1996), Freud propõe a reflexão sobre o corpo como um todo de pulsão em movimento – mas essa concepção tomada para além do conceito de organismo, pressupondo que o corpo se constrói pelo enlaçamento entre orgânico e psíquico, entre o eu e o outro a partir das trocas intersubjetivas, pelo reconhecimento da alteridade nas suas marcas da relação com o outro e pela expressão dos desejos inconscientes (FREUD, [1923]1996).

Essa nova condição de crescer, da irrupção pulsional e da construção da imagem de si encontra no mundo supermoderno (e é produto deste, desde a modernidade) o que tem sido chamado de cultura do corpo, a qual tem atribuído ao corpo um caráter subjetivo, principalmente quando alicerçado na lógica que rege a cultura do consumo. Como efeito de mudanças socioculturais, o corpo mantém-se em constante metamorfose, cuja busca é pela sua reconstrução – amparada na cultura atual marcada pelo hedonismo e pelos valores narcísicos, em que o corpo estetizado e idealizado ganha força na condição midiatizada pelo poder da imagem e das *selfies*.

Nesse cenário, numa rede discursiva em torno dessas questões supracitadas, o jovem adolescente, em conjunto com as mudanças corporais da puberdade, entra em processo de elaboração psíquica e de reconstrução de sua imagem e de sua subjetividade, além da condição de reorganização do laço social. No encontro com o

[13] Em “Três ensaios sobre a teoria da sexualidade”, Freud ([1905]1996) descreve como na infância a obtenção de prazer poderia se dar por múltiplas formas, inscrevendo-se em diferentes espaços corpóreos, mediados por diferentes objetos, diferenciando-a da puberdade, quando o jovem experimentará a genitalidade – unificação pulsional em torno da genitalidade.

real do sexo e com a condição de renunciar aos objetos infantis, os adolescentes vêm apresentando várias formas de produções, nas quais se amparam para fazer frente a essa passagem.

Na clínica, observamos e escutamos tais produções singulares dos adolescentes, que fazem uma tentativa de responder às demandas do outro social através de uma imagem que alcance o reconhecimento do Outro, incluindo-se aqui o entendimento dessa imagem como um eu para as redes sociais – a ficção do eu. Essa busca de reconhecimento e aprovação, nas redes sociais, são identificadas pelos adolescentes a partir do número de curtidas e visualizações de suas postagens.

O desafio para este sujeito encontra-se em configurar outra relação com o real, com o imaginário, com o corpo e com o gozo. Lacan, ao discorrer sobre a peça "o despertar da primavera"[14], refere-se às questões da adolescência como indicativo de um impasse subjetivo que resulta do encontro do sujeito com o real do corpo. Dessa forma, a adolescência configura-se num trabalho que o sujeito precisa realizar na construção de uma resposta ao real da puberdade (LACAN, [1974]2003).

Nesse sentido, os que trabalham com adolescentes, seja em ambientes escolares, clínica ou outros, são convocados a interpretar as respostas produzidas pelos jovens em seus modos de se fazerem representar, bem como interpretar o mal-estar de nossa cultura, visto que esses, no estabelecimento do laço social, vivenciam simultaneamente os três aspectos apontados por Freud ([1930]2006), em "o mal-estar na civilização", como causa do sofrimento psíquico, que são: o corpo, o mundo externo e a relação com o outro. Freud ([1921]1996) também nos diz, em "Psicologia de grupo e análise do Ego", que o sujeito é constituído a partir da relação com outros sujeitos, e que, portanto, as manifestações da subjetividade se encontram inter-relacionadas com o campo social, como apontamos na introdução desse estudo.

Partindo-se dessa premissa, para compreender a configuração psíquica da adolescência na cultura digital, faz-se necessário considerar o lugar no contexto sociocultural que o adolescente está inserido, como temos demonstrado nesta investigação. Lembrando ainda que a adolescência produz repercussões e põe em

---

[14] A peça "O despertar da primavera", escrita em 1890 e publicada em 1891, pelo dramaturgo Benjamin Franklin Wedekind (1864-1918), trouxe o drama vivenciado pelos seus personagens sobre questões como sexualidade e tabus, aborto, desejo, suicídio, privação ao conhecimento do próprio corpo, entre outros. Tornou-se para Freud e Lacan uma trama importante para pensar a puberdade e a adolescência. Na época a peça foi censurada e voltou a ser reapresentada somente em 1963 na Inglaterra.

movimento o laço social em sua época, e, naturalmente, também absorve, incorpora os sintomas produzidos pelo social em cada época.

Ressaltamos que o despertar do interesse pela adolescência e pela sua denominação nasceu em decorrência da complexidade das sociedades modernas industrializadas e dos seus novos padrões de comportamento, que se difundiram a partir do século XX. Essa mudança vem a reforçar que ao pensarmos a adolescência, precisamos considerar as dimensões histórica, cultural, social e política, das quais ela faz parte e é resultante.

Sabemos que, nos tempos da comunidade tradicional, a experiência compartilhada na coletividade habitava o poder de socializar o novo indivíduo, pois a condição da memória coletiva e a valorização do acolhimento do jovem firmavam os laços sociais, materializados pelos ritos de passagem, significando as questões relacionadas à filiação, à identificação e à sexualidade do jovem. Na sociedade supermoderna, a condição do laço social vem se esvaziando da capacidade de socializar e incluir o adolescente na coletividade, deslocando o mesmo para uma experiência solitária, que muitas vezes não encontra enlaçamento simbólico. Aqui, podemos fazer referência ao que já nos alertava o frankfurtiano Walter Benjamin ([1933]1993), em seu ensaio “Experiência e Pobreza”, em que podemos pensar como o empobrecimento da experiência compartilhada marca a sociedade supermoderna, o que contribui para a urgência da adolescência na atualidade. Longe da posição nostálgica, as contribuições desse autor nos convocam a pensar o novo lugar do sujeito na cultura. Do mesmo modo como também é nossa proposta aqui, pensar a configuração que o corpo vem assumindo na cultura digital.

Para o antropólogo Le Breton, o corpo é um importante elemento de expressão humana, influenciado pelos fenômenos sociais e culturais que lhe atribuem valores e significados. Na contemporaneidade, segundo o autor, o corpo, marcado pelas intervenções das tecnociências, assume caráter de imperfeição e o alvo passa a ser alcançar um corpo imune a doenças, sofrimento, envelhecimento e, portanto, perfeito e imortal (LE BRETON, 2011).

Assim, na supermodernidade, podemos observar como o corpo passou a ter valor de um objeto de consumo, sendo transformado e manipulado no atendimento à lógica do consumismo e do discurso da ciência, nos ciberespaços. Exatamente nesse sentido que o corpo se torna um sintoma da cultura, produzindo mal-estar.

O adolescente, sob as influências da cultura digital e do neoliberalismo, numa relação especial com o próprio corpo púbere, depara-se com uma quebra da imagem corporal se engajando em reconstrui-la, orientando-se em sua sexualidade. Neste contexto, várias são as manifestações ou produções adolescentes e modos de gozo que encontram no corpo o seu destino. Ao ignorar o real do corpo ou na dificuldade de lidar com a nova condição, facilmente o sujeito adolescente pode se submeter à chamada ditadura da imagem e do gozo, em que as imagens corporais assumem caráter de um produto de valor comercial. O corpo e sua imagem se tornaram amarrações entre o gozo e as ditaduras da vida em sociedade, como nos diz a autora Lúcia Santaella no artigo “O corpo como sintoma da cultura” (2008):

> Uma atenção mais detida aos modos contemporâneos de gozo leva-nos inevitavelmente a perceber que muitos deles levam ao corpo ou a ele se relacionam: os flagelos da carne no piercing e tatuagem, os distúrbios alimentares na bulimia, anorexia e compulsão alimentar, a obesidade, o horror ao envelhecimento, a remodelagem contínua do corpo no *body building*, nas orgias do silicone, nas metamorfoses resultantes das cirurgias plásticas e, pautado na exaltação desses emblemas narcísicos, o exibicionismo exacerbado do corpo nas mídias e o consequente “voyeurismo” institucionalizado. (SANTAELLA, 2008, p. 8-9).

Inserido na cultura digital e na cultura do corpo, o jovem adolescente busca nesse mostrar-se ao olhar do outro (modo de exibir-se) a possibilidade de que o outro o entenda e o aceite. Tal condição impulsiona o adolescente para o caminho de apropriação do seu corpo e para a busca de identificações implicadas nesse processo. Entretanto, o adolescente tem se deparado com o declínio do Outro, com o declínio dos semblantes que justamente demarcavam as diferenças sexuais nesse terreno das identificações. Frente à inexistência do Outro e imerso no mal-estar revelado pela angústia e preocupação pela identidade, os modos de gozo se distanciam da ordem do falo, desvinculando o objeto do mais-gozar de qualquer ideal. Isso conduz o sujeito a uma satisfação sem a mediação do Outro, emergindo o imperativo “goze” do supereu contemporâneo (LACAN, [1964]1985).

Observa-se, então, que os processos de identificação, para o adolescente, apresentam-se indefinidos e não mais ordenados em torno de um ideal, sendo, no contexto supermoderno, sustentados por uma rede fluida, múltipla e variada que empurram, ou melhor, convocam o jovem para o apego às imagens virtuais, identificações e agrupamentos nas redes sociais.

Dessa forma, na cultura digital, a internet se tornou um dispositivo cultural que promove a identificação e composição de grupos sociais de adolescentes, onde o jovem tem buscado situar-se no terreno das identificações sexuais. Nessas redes sociais de adolescentes, cresce a oferta e a adesão de adolescentes, que encontram um espaço virtual, com seus pares, onde conversam e escrevem sobre temas diversos, dentre eles os estilos de moda.

Vejamos, por exemplo, como a comunidade de jovens (meninas) na internet, que se intitulam *soft girl*, produzem significantes que capturam tais jovens que passam a se identificar com esses grupos. *Soft girls* se relacionam a uma nova moda e um estilo da internet (mais popular no TikTok, um aplicativo de mídia lançado na China para criar e compartilhar vídeos curtos) em que as meninas ficam populares por seu visual infantilizado, com predominância da cor rosa, não só nas vestimentas, mas também no cabelo – sendo que, além do rosa, outros tons coloridos já têm sido utilizados, como cores vibrantes e “pastéis”. Também é predominante o consumo dos acessórios, como ursinhos de pelúcia, prendedores de cabelo, laços, arcos, bolsas, calçados e outros adereços e objetos diversos com corações. Suas roupas geralmente possuem frases em inglês, como “fofa” e “bebê”, e estampas com personagens da Disney (FERREIRA, 2019).

Numa pesquisa na internet, é possível observar a crescente popularidade desse estilo *soft-girl* e outros como: VSCO *girl* (adeptas aos visuais mais *clean* e de cores mais sóbrias como o branco); *e-girl* (meninas emburradas, com roupas escuras e maquiagem pesada – estilo “emo” e “gótico”); as garotas Tumblr (maquiagem forte, cílios postiços, roupas que marcam as curvas do corpo, cabelos bem definidos e acessórios dourados compõem este visual). Esses e outros estilos são tendências presentes em redes como Instagram, YouTube e TikTok, e são influenciados por culturas como a japonesa e principalmente a americana (COELHO, 2022).

Nesses exemplos de grupos de adolescentes que se constituem na internet, podemos pensar que, na supermodernidade, os ideais deixaram de ser um eixo norteador, dando lugar aos objetos de consumo. Diante do imperativo de gozo e da possibilidade de fama, os jovens são fisgados por esta tendência de exibição pública nas redes sociais. Com a ausência do Outro como representante do eixo vertical das identificações, nesses espaços de socialização, vê-se o aumento das relações especulares virtuais, estruturadas pelo eu ideal (LIMA *et al*., 2016).

Observamos como essas jovens apresentam uma regressão ao narcisismo e, dessa forma, o olhar de reconhecimento e aprovação do Outro se torna imprescindível para a valorização de sua imagem corporal. Isso faz com que o corpo ambicionado pelas meninas seja ditado pelo Outro de sua época. Não é à toa que se percebe, também, a busca por essa aprovação do Outro em fatores como o número de curtidas numa foto postada em rede social.

Nesse contexto, destacamos as observações de Rassial (2005) de que a internet vem sendo utilizada com o propósito de manter distâncias nos relacionamentos, portanto, sem a inserção do corpo, pois a tela do celular ou do computador é um anteparo ao encontro com o Outro, que se esquiva também do contato com a própria castração (RASSIAL, 2005).

Citamos aqui outro exemplo e contribuição a partir de uma pesquisa realizada por um grupo de pesquisadores da UFMG, intitulada “As noções construídas por adolescentes sobre feminilidade nas redes sociais” (2016), que investigou as noções construídas pelas adolescentes entre 13 e 18 anos sobre o tema supracitado. A pesquisa trouxe algumas pontuações em suas conclusões, observando que nesses grupos de adolescentes “a forte presença dos objetos de consumo ligados ao corpo nos levou a considerar que, diante da tentativa das adolescentes de circunscrever uma identidade feminina, elas se apoiam nestes objetos-fetiche, ofertados pelo mercado.” (LIMA *et al*., 2016, n.p.).

Dessa forma, podemos pensar que cada jovem, em sua singularidade, ao se identificar com estilos de moda na internet, aproximava-se de uma construção simbólica da feminilidade, da construção de sua sexualidade e subjetividade, numa dialética menina-mulher. Isso porque, ainda atrelada aos significantes do infantil, caminha para reestruturar e reassumir sua imagem no espelho, cuja dificuldade é que depende da posição do Outro. Esse Outro pode não legitimar as novas imagens que tais jovens se atribuem enquanto jovens em “crescimento” e sexuadas.

Aqui, vale lembrar das palavras de Silvia Amigo (2007):

> Assim, bruscamente, o adolescente que, por si só, tem problemas e temores para reconfigura-se no campo do espelho, que por si só tem que renovar os trajes para vestir seu novo real, defronta-se, além disso, com o fato de que muitas vezes o Outro real se nega a legitimar uma imagem capaz de começar a exercer uma sexualidade normativa. (AMIGO, 2007, p. 172).

Na adolescência, é fato que o Outro tem particular importância no aceitar e devolver a imagem de um jovem que se apresenta apto para iniciar sua sexualidade. Legitimar significa, para esse Outro, perder a criança como objeto de seu gozo.

Outro exemplo de outra prática cultural que nos chama a atenção na internet, vivenciada por adolescentes, diz respeito aos jovens que se intitulam *Furry* e que participam de um grupo de fãs, denominado *Furry Fandom*. O *Furry* (tradução: peludo) é considerado um estilo de subcultura relacionado a personagens animais que assumem características antropomórficas, portanto, apresentando atributos humanos. No Brasil, o *Fandom* se tornou mais popular a partir do ano 2000, com a criação de sites, jogos de internet, fórum (*FurryBrasil*) e a *Fur-Fest*[15], realizada anualmente na cidade de Santos, em São Paulo.

No caso de jovens adolescentes que buscam fazer parte do grupo dos *Furries*, uma interpretação possível para tal movimento é que esse se constitui numa forma de fazer frente ao encontro com o real do corpo e ao encontro com o real do outro sexo. Assim, poderíamos pensar como os adolescentes se apropriam do que o discurso social de nossa época proporciona para lidar com o campo da sexualidade e seu mal-estar.

Novamente, retomamos aqui o caminho que Freud ([1905]1990) percorria quando escreveu sobre o tema da puberdade em “Três ensaios sobre a teoria da sexualidade”. Nesse estudo, referia-se às transformações na puberdade como um momento de retorno e reedição do Complexo de Édipo, através do qual o objeto de desejo, anteriormente interditado, poderia ser abandonado definitivamente, tornando possível o investimento libidinal em novos objetos – momento em que sujeito adolescente precisa refazer suas escolhas de objeto (FREUD, [1905]1990).

É interessante pensar como há um traço do infantil quando relacionamos os personagens da infância nas formas de bichinhos de pelúcia. Estes remetem a essa escolha através desses animais antropomórficos peludos (*furry*), que recobrem o corpo, também peludo, a partir da puberdade (TEPERMAN, 2018). Essas são questões que se apresentam para pensarmos como se vestem e se fazem representar os adolescentes na supermodernidade.

A partir dos exemplos supracitados, sobre a construção da subjetividade, na cultura do corpo e cultura digital, recorreremos ao que Philippe Lacadée (2011)

---

[15] Disponível em: https://brasilfurfest.com.br/furry/. Acesso em: 9 maio 2022.

explorou sobre a importância da sexualidade na adolescência, diante dos impasses experimentados enquanto efeitos desse encontro do sujeito com o desejo sexual, que conduz o jovem para outro lugar e para longe de sua família. Esse despertar do corpo, diante de um real insuportável, pode conduzir o adolescente ao ódio ou ao desprezo por si mesmo, dando lugar às condutas de risco como solicitações simbólicas da morte na tentativa de encontrar limites e de se situar no mundo. Para este autor, tais condutas de risco, como a passagem ao ato, por exemplo, têm sua raiz na condição do encontro com o outro sexo ou com a diferença sexual, visto que é aí que o sujeito se encontra com o vazio, com uma experiência de exílio, e com a carência de registo discursivo ou de um saber que o oriente diante da irrupção da pulsão (LACADÉE, 2011).

Observamos, assim, como o adolescente passa a ser exilado do seu corpo de criança, faltando-lhe palavras para dizer o que lhe acontece. Essa condição exige de cada sujeito uma invenção, um modo singular de nomear o que lhe acontece, sendo assim uma construção subjetiva. A adolescência, portanto, apresenta-se como um conjunto de sintomas através dos quais o sujeito responde ao encontro com o real. Desse modo, faz-se necessário salientar que não se trata apenas de mudanças no corpo, mas de que há um discurso social que permeia e produz consequências (STEVENS, 1998).

É justamente esse discurso social que assume forma em cada época, como, por exemplo, o discurso da cultura do corpo ideal (montado) na supermodernidade. Assim, quando observamos jovens que se identificam com os estilos de moda da internet, ao mesmo tempo em que buscam encontrar o olhar do outro (mesmo que com um anteparo em forma de vestimenta), tornam-se um corpo e podem se mostrar ao outro, constituindo suas bordas corporais e sua subjetividade.

Observamos, portanto, que na passagem adolescente, nesse segundo despertar do encontro com o real do corpo e com o real do sexo, o jovem será obrigado a representar, esmiuçar com significantes essa irrupção pulsional, vestindo-a e velando-a com imagens. Assim, como nos diz Silvia Amigo, na possibilidade de ter êxito no enodamento com o Simbólico e o Imaginário, terá conseguido conjugar sexualidade e morte: “Não elaborado, isto é, cifrado e velado, o real não será conjugável com a sexualidade. E esse empuxo do real chegará só à beira da morte, sem passar antes pela sexualidade” (AMIGO, 2007, p. 166).

O adolescente precisará encontrar, para seu novo real, um novo endosso simbólico e uma nova cobertura imaginária que o Outro possa lhe proporcionar. Entretanto, se o Outro familiar ou o Outro social fecham as vias para a investigação sexual, para a construção da sexualidade e da subjetividade do adolescente, o encontro com a morte torna-se real.

A psicanálise, nesse contexto exposto, tem como função se ocupar do que os adolescentes insistem em nos apontar: o real com que se veem confrontados, a angústia, e o que não opera bem no mundo. Portanto, é importante compreender a importância que o outro adquire para o adolescente, ou seja, as figuras como educadores, psicanalistas e outros, por quem o adolescente busca ser acolhido e escutado nessas novas formas de estabelecimento do laço social. Assim, afirma-se a importância da substituição dos pais da infância por outras figuras, sendo que a instituição escolar adquire grande relevância para indicar ao jovem uma razão para viver, bem como para afastá-lo de se aventurar pelos riscos no caminho da pulsão de morte. Esse papel das instituições educacionais pode ocorrer desde que a escola se rever na sua função com os adolescentes de hoje, na cultura digital.

Assim, não só a escola adquire esta relevância, mas todo o contexto sociocultural em que o adolescente está inserido que é, portanto, o campo do Outro, o campo da linguagem. Na invenção, onde cada jovem é convocado a produzir de modo próprio, é importante ressaltar o uso da língua para que o sujeito invente um novo lugar para si. A palavra inventada e seus modos de uso constituem um caminho que possibilita recolocar, via trilhamento significante, o corpo e a pulsão do adolescente no rumo do desejo (LACADÉE, 2011).

A escuta e a palavra, portanto, apresentam-se como o caminho mais viável para a elaboração e a construção da subjetividade na passagem adolescente.

2 INDÚSTRIA CULTURAL, SUBJETIVIDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS: A REVOLUÇÃO DIGITAL NO CONTEXTO NEOLIBERAL

Tecendo a articulação entre a subjetividade do adolescente e a cultura digital, observamos a midiatização dos laços sociais e as novas formas de conexão num mundo globalizado a partir do surgimento da internet, bem como buscamos refletir sobre a influência das mídias sociais e publicitárias mercadológicas na formação da subjetividade dos jovens, pela via do fetichismo da mercadoria e alienação, na sociedade do espetáculo e na cultura do narcisismo.

Diante de frágeis referenciais simbólicos, na sociedade capitalista, que poderiam dar sustentação à passagem adolescente, observamos o empobrecimento das narrativas que poderiam ajudar os adolescentes a lidar com o mal-estar e sofrimento psíquico. Assim, de sujeitos do desejo, testemunhamos jovens sendo capturados e seduzidos a se tornarem vorazes consumidores ao mesmo tempo que se tornam potenciais objetos em de consumo pela lógica perversa e totalizante do capital, sem necessariamente perceberem o lugar que vão ocupando nessa roleta impulsionada pela pulsão de morte: goze.

Esse circuito de consumo, impulsionado pela Indústria Cultural, foi bem observado por Adorno e Horkheimer ([1947]1985) que pontuaram os efeitos desse cenário na formação da subjetividade moderna – a subjetividade coisificada – aprisionada, alienada e moldada, numa articulação entre fantasia, desejo e poder, muito bem-sucedida pela publicidade, numa sociedade midiática. Eis aí a fonte do mal-estar social inesgotável que conduz ao que temos chamado de massas digitais.

Visando aprofundar esse contexto, buscamos agora explorar as contribuições de Theodor Adorno sobre Indústria Cultural, educação, semiformação e subjetividade, uma vez que as consideramos atuais e fundamentais para pensarmos as questões da educação e da subjetividade na supermodernidade. O presente capítulo também tem por objetivo pesquisar e compreender as transformações sociais ocorridas a partir Revolução Digital, ou Quarta Revolução Industrial, bem como investigar a influência destas na educação, mais especificamente na elaboração das políticas públicas educacionais sob o discurso neoliberal que, por sua vez, atuam na formação da subjetividade dos adolescentes.

2.1 INDÚSTRIA CULTURAL, SEMIFORMAÇÃO E SUBJETIVIDADE COISIFICADA: CONTRIBUIÇÕES DE THEODOR ADORNO

Autonomia e capacidade de pensar por si mesmo, capacidade de amar, condições para se libertar e agir sobre as formas de opressão, alienação e dominação, potencialidade para o desenvolvimento da consciência, encontros com a autorreflexão em sua versão crítica, entre outros. Essas são algumas condições que continuam em debate na área da educação, sendo considerados aspectos fundamentais a que se pretende na educação de jovens, em especial na construção de uma sociedade democrática.

Esses e outros aspectos já eram temas de debates e preocupações presentes no pensamento de intelectuais como Theodor Adorno (1903-1969), Max Horkheimer (1895-1973) e Walter Benjamin (1892-1940), integrantes da Escola de Frankfurt. Tal escola, na Alemanha, deu origem à Teoria Crítica da Sociedade, cuja proposta era pensar a sociedade de forma crítica, em defesa da democracia e, portanto, opositora a qualquer forma de governo autoritário. Dessa forma, a sua perspectiva era a emancipação dos sujeitos das imposições e do domínio da origem capitalista, buscando a verdade em sua construção histórica. As contribuições desses teóricos para a educação formam um campo fértil para refletirmos sobre a sociedade supermoderna, assim como sobre os caminhos da educação em seus desafios, incertezas e angústias, no Brasil.

Para este estudo, considera-se imprescindível escutar a voz de Theodor Adorno, acompanhando seus pensamentos e posicionamento crítico no diagnóstico aberto que fazia ao tomar a própria sociedade, de sua época, e suas contradições, como objetos de investigação e análise. Embasado pelas ideias críticas marxistas sobre a economia política, orientado psicanaliticamente em sua análise da sociedade e tomando a metodologia dialética em seus aprofundamentos investigativos, averiguava as possibilidades de intervenção no processo de transformação social, cuja principal via se daria pela educação. Assim, os conceitos inter-relacionados sobre educação emancipadora, formação e semiformação, constituição da subjetividade e indústria cultural, serão os pontos principais para fundamentar esta pesquisa.

Com o horror vivenciado no Holocausto na Alemanha Nazista durante a Segunda Guerra, surgem as críticas à razão, que teria levado o homem à barbárie, e

ao conflito entre o homem e a técnica dominada pela tecnocracia[16]. A ciência e a razão passam a ser utilizadas como instrumentos de poder para controle do ser humano – crítica essa que Theodor W. Adorno (1903-1969) e Max Horkheimer (1895-1973) fizeram em “Dialética do Esclarecimento” (1985).

Para Adorno, o projeto Iluminista[17] faliu, uma vez que a razão não foi o caminho para o esclarecimento[18], mas serviu de instrumento para monopólio, dominação e barbárie, quando o homem passa a ser tratado como objeto. É importante ressaltar que “esclarecimento”, para esses autores, tem o significado de um processo de “desencantamento do mundo” pela via de uma profunda reflexão crítica que não recua nem diante do progresso e muito menos diante do fascismo. Esses autores criaram o conceito de Indústria Cultural para se referir justamente à regressão do esclarecimento e ao controle da técnica em função da ideologia hegemônica capitalista (ADORNO; HORKHEIMER, [1947]1985).

A crítica permanente, após Auschwitz, é uma condição da qual não podemos abrir mão para que uma nova barbárie seja evitada. Isso constitui um alerta constante na obra de Adorno, em especial aos educadores, para que o conteúdo ético envolvido num processo formativo, desde a infância, não seja comprometido por determinações sociais que ataquem o esclarecimento:

> (...) o próprio processo que impõe a barbárie aos homens ao mesmo tempo constitui a base de sua sobrevivência. Eis aqui o nó a ser desatado. A função da teoria crítica seria justamente analisar a formação social em que isso se dá, revelando as raízes deste movimento – que não são acidentais – e descobrindo as condições para interferir em seu rumo. O essencial é pensar a sociedade e a educação em seu devir. (MAAR, 2020, p. 12).

A compreensão da formação social e cultural, em sua condição materialista histórica, principalmente sob a influência do capitalismo, constitui um ponto central na obra de Adorno para entender o que o pensador chamou de crise da formação e da

---

[16] Tecnocracia aqui é entendido como o “uso da técnica como instrumento de poder por parte de dirigentes econômicos, militares e políticos, em defesa de seus interesses, considerados concordantes ou unificados, com vistas ao controle da sociedade” (ABBAGNANO, 2007, p. 941).

[17] Iluminismo foi o movimento da burguesia em revoluções sociais na Europa contra o sistema feudal. Os iluministas acreditavam que a razão seria libertadora e aperfeiçoadora do homem e da sociedade, cuja promessa iluminista era de emancipação, fundamentada pela crença no progresso originário do conhecimento técnico. Tal noção de progresso foi questionada e criticada por integrantes da Escola de Frankfurt. (ADORNO, 1993; SCHLESENER, 2019).

[18] Para Kant, Esclarecimento (*Aufklärung*) significa a saída do homem de sua minoridade, pela qual ele próprio é responsável. A minoridade é a incapacidade de se servir de seu próprio entendimento sem a tutela de um outro. (KANT, [1783]1985, p. 100).

educação vinculada à crise social da sociedade moderna. Nesse sentido, ele retrata a mudança do modelo de formação atrelada ao modelo de trabalho artesanal, numa percepção de sociedade totalizada, para o modelo de formação pelo trabalho social, em que o processo de trabalho, a partir da divisão social do trabalho descrita por Marx (1983), dá origem às transformações no âmbito cultural, científico, tecnológico, entre outros.

Assim, Adorno concentra seus estudos nessa articulação entre trabalho e formação cultural, frente à forma social caracterizada pela mutação progressiva da tecnologia e da ciência em forças produtivas no capitalismo tardio. Dessa forma, longe de desenvolver autonomia, a formação fica submetida ao poder das relações sociais que, além de afetarem as conjunturas da produção econômica e social, agem sobre a subjetividade a partir de relações de dominação e alienação.

Para melhor compreender essas articulações de Adorno, faz-se necessário retomar brevemente o pensamento de Marx, principalmente sobre a divisão social do trabalho e o fetiche da mercadoria, delineando o contexto histórico da modernidade que produziu novas dimensões – seja da constituição do homem, seja da sociedade.

Segundo Marx (1983), o trabalho consiste na condição da própria existência do homem, em que o produto representa a expressão da consciência do mesmo em sua objetividade. O trabalho constitui a relação recíproca e dependente entre indivíduo e sociedade, sendo a consciência o resultado do trabalho que se manifesta, numa relação dialética, nas relações sociais. Essas relações, com o estabelecimento do capitalismo, são coexistentes à premência da sociedade burguesa, promovendo, portanto, a divisão social do trabalho em dois aspectos: material (execução com fragmentação das funções) e intelectual (elaboração). Tal fragmentação do processo de trabalho destitui o sujeito de sua condição de reconhecimento de si mesmo no mundo, assim como de reconhecimento de sua liberdade e sua humanidade, aprisionando o mesmo no alheamento de sua própria atividade produtiva de consolidação existencial (MARX, 1983).

Na elaboração e execução fragmentada do trabalho, o produto também vai assumindo características específicas pela forma de objetividade da mercadoria com caracteres naturais sociais – processo que Marx (1983) nomeou como fetichização, ou seja, as mercadorias resultam da condição social próprio do trabalho, sob o capitalismo, que gerou as mesmas. As mercadorias passam a ser consumidas a partir

de uma necessidade que foi construída socialmente, e não essencialmente pelo seu valor de uso. Marx, em sua obra, define o fetiche no trecho a seguir:

> Não é nada mais que determinada relação social entre os próprios homens que para eles assume a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas. [...] No mundo das mercadorias, acontece como os produtos da mão humana. Isso eu chamo o fetichismo que adere aos produtos de trabalho, tão logo são produzidos como mercadorias, e que, por isso, é inseparável da produção de mercadorias. (MARX, 1983, p. 71).

Assim, observamos que a relação do homem com os objetos é transformada pelo caráter fetichista manifestado nas mercadorias, tomando uma subsistência independente. As mercadorias ganham vida nas relações sociais, ao mesmo tempo que o homem se reduz à condição de objeto ou mercadoria (coisificação), sedimentando a relação entre as mercadorias e a mediação, pelas leis do mercado, das relações humanas.

Observamos, ainda, como a fetichização (ou coisificação) passa a influenciar a constituição da subjetividade, uma vez que alienado, coisificado e, portanto, incapaz de perceber a lógica do mercado, resta ao indivíduo o definhamento da subjetividade autônoma. Ao longo dos anos, com a modificação do modo capitalista de produção, em sua estrutura, o mapeamento da subjetividade em seus aspectos constitutivos passou a ser o alvo mais intencionado, principalmente na supermodernidade, pelas reorganizações do capital e pelo neoliberalismo, como veremos mais adiante, nesta pesquisa.

Em particular, esses aspectos supracitados da teoria marxista foram determinantes nas construções de Adorno e Horkheimer ([1947]1985), particularmente na afirmação de que o trabalho refém da técnica e da instrumentalização do pensamento dominam a subjetividade, promovendo o empobrecimento da experiência e da regressão humana:

> O que não se diz é que o terreno no qual a técnica conquista seu poder sobre a sociedade é o poder que os economicamente mais fortes exercem sobre a sociedade. A racionalidade técnica hoje é a racionalidade da própria dominação. Ela é o caráter compulsivo da sociedade alienada de si mesma (ADORNO; HORKHEIMER, [1947]1985, p. 100).

Quanto à questão da fetichização da mercadoria, Adorno escreveu, num primeiro momento, o ensaio “Sobre o caráter fetichista na música e a regressão da

audição” (1938), que veio a se tornar um importantíssimo pressuposto teórico das críticas, que seriam formuladas por ele um pouco depois, por volta de 1940, sobre a indústria cultural. Nesse ensaio, o autor utiliza o conceito marxista de fetichismo para compreender suas peculiaridades em relação às mercadorias culturais e à fetichização da subjetividade, nas quais o indivíduo não se reconhece como um sujeito:

> A partir de uma determinação social dos valores de uso, no sentido marxista do termo, Adorno pensa uma nova forma de fetichismo: aquele que adere à mercadoria cultural. Se, na mercadoria comum, o caráter de fetiche diz respeito à ocultação do caráter de valor-trabalho que ela possui através da idolatria do seu aspecto de coisa, no qual as relações de exploração ficam como que soterradas, na mercadoria cultural a suposta ausência de valor de uso (que, na verdade, é valor de uso mediatizado) é hipostasiada no sentido de se transformar, ela própria, em valor de troca. (DUARTE, 2020, p. 15-16).

A partir desses estudos supracitados, Adorno buscou avaliar os impactos dos programas de rádio e TV sobre as pessoas (pois o advento da internet e redes sociais surgiu mais tarde), bem como avaliou esses impactos vindos por outras ofertas propagadas midiaticamente na cultura de massa (cinema, revistas, máquinas de lazer e entretenimento) no capitalismo tardio.

Adorno foi identificando a persuasão e o poder de manipulação das massas exercidos pela mídia a serviço da ideologia vigente. Relevante entender que, para Adorno, ideologia se constitui num processo determinante na formação da “consciência social”. Sua serventia reside no poder de camuflar, iludir, vedar a capacidade de perceber a realidade, produzindo uma falsa vivência social onde a verdade das situações é ocultada, ou seja, a realidade é apresentada como imediata e validada pelo princípio capitalista de que tudo e todos podem ser permutáveis, trocados de forma indiferente. Eis a ilusão criada de que no mercado circula uma livre troca de equivalentes (ADORNO, 1993).

Após essa introdução, vejamos, então, algumas características da indústria cultural e da semicultura, para retomar, em seguida, as reflexões de Adorno sobre educação emancipatória, seguindo a trilha da formação da subjetividade.

2.1.1 Indústria cultural a serviço do sistema totalitário: subjetividade coisificada e alienada numa cultura de massa

Grande aliada e fruto do capitalismo, bem como do sistema totalitário, é a indústria cultural e seus mecanismos de funcionamento. Essa é a questão principal discutida por Adorno e Horkheimer em “A indústria cultural: o esclarecimento como mistificação das massas” ([1947]1985). Os autores também discutem o funcionamento operativo da indústria cultural que impacta diretamente a capacidade de pensamento crítico, a condição de ação esclarecida e a formação da subjetividade autônoma, alienando as pessoas ao poder absoluto do capitalismo, impondo-lhes, através das mídias, uma cultura de massa.

Capturando o indivíduo pelo processo de identificação, com as mercadorias ofertadas, a indústria cultural, segundo os autores em questão, passa a manipular, doutrinar e alienar a consciência deles, visto que seus produtos vêm carregados de ideais prescritos, num controle social que leva esses consumidores a se reconhecerem nessas mercadorias. Obviamente se trata de um falso reconhecimento, numa identificação intermediada pelo caráter sedutor fetichista que cria uma ilusão de que o produto traz consigo exatamente a satisfação de uma necessidade que o consumidor julga ter e que supostamente vai completá-lo.

Lembramos aqui que identificação é um conceito elaborado por Freud e que, segundo o autor, confere sustentação, de forma simultânea, a três aspectos: como agente primordial na superação do conflito edipiano; como processo de inserção do sujeito no grupo e, portanto, na cultura; e como fator da constituição do sujeito e sua subjetividade. A identificação possibilita compreender o social e o psíquico como condições do sujeito que devem ser pensadas em conjunto. Assim, a subjetividade deve ser compreendida num movimento dialético, entrelaçando aspectos da sociedade e da cultura com elementos psíquicos (FREUD, [1921]2020).

Dessa forma, a identificação com o ideal implícito na mercadoria ocorre na promessa de uma certa realização pessoal. E, uma vez alienado nesse processo, falham as capacidades críticas avaliativas para que o sujeito se aperceba disso. Amparada pelas novas tecnologias da modernidade, a indústria cultural ganha força e amplitude por meio da cultura de massa que, até então, promovia a padronização de bens com o objetivo de satisfazer necessidades iguais. Entretanto, essa igualdade

é disseminada pela ideologia que mascara a verdade, ocultando as diferenças (ADORNO; HORKHEIMER, [1947]1985).

A indústria cultural determina não só o que o indivíduo deverá consumir, mas também o que deverá pensar, caracterizando a semiformação como produto de um modelo de formalização e padronização da sociedade (estrategicamente e sutilmente ocultada), presentes, principalmente, em discursos autoritários que promovem uma única visão de mundo: “Cada produto apresenta-se como individual; a individualidade mesma contribui para o fortalecimento da ideologia, na medida em que se desperta a ilusão de que o que é coisificado e mediatizado é um refúgio de imediatismo e de vida” (ADORNO, 1993, p. 94).

O indivíduo tomado como objeto é coisificado, nessa condição em que a intensificação do consumo recorre ao seu imaginário, prometendo-lhe a realização de seus desejos singulares. Dessa forma, o processo de individuação assume a condição de pseudo-individuação, fragmentando a subjetividade, distanciando-a de sua dimensão crítica: “Por pseudo-individuação entendemos o envolvimento da produção cultural de massa com a auréola da livre-escolha ou do mercado aberto, na base da própria estandartização” (ADORNO, 1993, p. 123).

O fundamento da pseudo-individuação, segundo Adorno (1993), reside na ilusão de que a escolha, em relação aos objetos de consumo, é realmente livre e individual, pois tal ideia é construída antecipadamente para que o sujeito a tome como verdadeira. O indivíduo, ao se identificar com o universal, determinado pelo poder social, já se encontra adaptado ao sistema econômico, ou seja, não consegue se diferenciar, pois já foi aprisionado pela homogeneização, seguindo modelos propostos pela indústria cultural promovidos pelas propagandas.

Nesse sentido, os frankfurtianos apontavam e questionavam essa adesão desprovida de crítica, em que o indivíduo se submetia à lógica mercadológica. Esse fato vinha a marcar a nova condição da administração da sociedade, bem como da cultura.

Aqui, podemos localizar o cerne da indústria cultural, ao criar ilusões, promovendo a ideia de que a sociedade é justa, livre e democrática, num ideal de felicidade, quando, na verdade, mascara as desigualdades sociais que justamente promovem o contrário: injustiça, opressão e mal-estar. A ideologia na qual a indústria cultural se localiza promove e mantém a alienação, impossibilita uma consciência social da realidade, dominando, alienando e formando uma subjetividade coisificada

em conformidade com o fetichismo da mercadoria. O que se observa, consequentemente, é o fetiche da mercadoria adentrando em todas as esferas da vida humana (ADORNO, 1993).

Nos contornos de um “véu tecnológico” cobrindo a sociedade, a modernidade ilude ao disseminar que a sociedade já teria encontrado sua emancipação. Entretanto, longe disso, o que opera é uma progressiva desumanização que afeta as relações sociais e as relações de trabalho. A subjetividade, portanto, é modelada e coisificada pela indústria cultural, sustentada na alienação e no fetiche, para que a submissão à nova organização social se efetive.

As contribuições de Adorno foram tecendo um cenário da época, numa análise crítica reflexiva da sociedade inaugurada pelos frankfurtianos e que se mostrava visionária para o que ainda estava por vir a partir do surgimento da internet. As Tecnologias da Informação e Comunicação trouxeram profundas mudanças sistêmicas em toda sociedade, das quais continuamos a nos beneficiar, entretanto não sem consequências. Avaliar essas consequências se faz necessário para que possamos seguir adiante nesse legado que Adorno nos proporcionou, ao articular seu pensamento com as contribuições de Freud e Marx, sem as quais seu estudo não teria a qualidade e profundidade que adquiriu.

Até o momento deste estudo, foi possível observar, em vários exemplos, como os jovens adolescentes podem ser enlaçados pela publicidade e pelas propagandas na indústria cultural e quais os efeitos possíveis na subjetividade e mal-estar, conforme demonstramos no primeiro capítulo, fundamentados pelos autores de escolha até o momento. A seguir, daremos ênfase aos demais aspectos que compõem o presente capítulo.

2.1.2 Educação e semiformação: modelação de indivíduos adaptados e conformados numa sociedade administrada articulada à ideologia da indústria cultural

Theodor Adorno, no final da década de 40, nos Estados Unidos, realizou uma pesquisa interdisciplinar, em conjunto com outros intelectuais da área da psicologia e

psiquiatria[19], buscando investigar as bases da educação repressiva, bem como da personalidade autoritária, a partir de aspectos psicológicos e ideológicos.

Tal estudo articulou conhecimentos da Psicanálise Freudiana (aspectos do inconsciente, da subjetividade, da civilização e da Psicologia das massas) e da teoria Marxista (fetichismo, dimensões da alienação, o viver em sociedade, as formas de organização do trabalho, a formação no modo de pensar dos indivíduos), além de outros conhecimentos da filosofia, sociologia, psicologia, ciência política e economia.

Esse estudo buscou analisar personalidades que pudessem ser mais facilmente influenciáveis pelas propagandas fascistas e antidemocráticas, veiculadas pelos meios de comunicação de massa. A hipótese que sustentou a pesquisa era de que convicções sociais, políticas e econômicas influenciam na formação da personalidade de indivíduos "potencialmente fascistas", pensando em quais forças internas (inconsciente, necessidades pessoais, preconceitos interiorizados como o antissemitismo) e externas (concepções ideológicas, processos históricos, eventos sociais, construção de um imaginário social e controle social e das massas) mobilizam tais sujeitos (ADORNO *et al*., 1997, apud SCHLESENER, 2019).

Tal pesquisa, assim como outros estudos, contribuíram para que Adorno pudesse pensar sobre a educação, considerando o desenvolvimento do pensamento crítico (autorreflexão crítica) e da autonomia a partir do contexto da sociedade moderna de sua época e das novas dimensões da racionalidade instrumental articuladas à ideologia da indústria cultural.

Tais aspectos são bastante complexos, em especial quando Adorno salientava o processo de educação numa sociedade administrada, onde as características eram formar indivíduos adaptados, conformados e disciplinados a essa sociedade, convertendo a formação cultural em semiformação socializada. Dessa forma, Adorno alertava que caberia à comunidade escolar tomar consciência desse processo deformativo imposto pela indústria cultural e pela sociedade, para fazer frente a ela, buscando superá-la.

Outro aspecto marcado por Adorno se referia à educação baseada em instrumental técnico, que buscava a eficiência (ou competências, conceito no qual se

---

[19] A pesquisa foi publicada em 1997, em quatro volumes, intitulada "Personalidade Autoritária". Outros intelectuais que participaram da pesquisa foram: E. Frenkel-Brunswik, D. J. Levinson e R. Nevitt-Sanford (ADORNO *et al.*, 1997, apud SCHLESENER, 2019). Dados e interpretações dessa pesquisa se encontram no livro "Educação Repressiva: As várias faces da repressão na formação da sociedade" (2019), de Anita Helena Schlesener (p. 176-200).

baseia a educação permeada pelas ideias liberais e neoliberais na supermodernidade), desconsiderando o que ele chamava de elaboração do passado:

> O desejo de libertar-se do passado justifica-se: não é possível viver à sua sombra, e o terror não tem fim quando culpa e violência precisam ser pagas com culpa e violência; e não se justifica porque o passado de que se quer escapar ainda permanece muito vivo. O nazismo sobrevive, e continuamos sem saber se o que faz apenas como fantasma daquilo que foi tão monstruoso a ponto de não sucumbir à própria morte, ou se a disposição pelo indizível continua presente nos homens como nas condições que o cercam (ADORNO, [1971]2000, p. 31-32).

Analisando a falta de elaboração do passado, a respeito do nazismo na sociedade da Alemanha, é que Adorno falava do complexo de culpa coletivo. Observamos que elaborar o passado, portanto, é um processo cujo percurso implica diferentes estágios, tais como: identificar as causas, esclarecer o que se passou, reconhecer-se implicado na situação, tomar consciência e refletir sobre os mecanismos que promoveram a barbárie para, então, criar caminhos para a superação. Dentro de sua preocupação e seus alertas sobre a barbárie e a regressão, ao se referir à Auschwitz, afirmava: “a barbárie continuará existindo enquanto persistirem no que têm de fundamental as condições que geram essa regressão” (ADORNO, 2000, p. 129).

Nesse sentido, a partir dos conhecimentos da Psicanálise, Adorno destacou os seguintes aspectos:

> Dentre os conhecimentos proporcionados por Freud, efetivamente relacionados inclusive à cultura e à sociologia, um dos mais perspicazes parece-me ser aquele de que a civilização, por seu turno, origina e fortalece progressivamente o que é anticivilizatório. Justamente no que diz respeito a Auschwitz, os seus ensaios O mal-estar na cultura e Psicologia de massas e análise do eu mereceriam a mais ampla divulgação. Se a barbárie encontra-se no próprio princípio civilizatório, então pretender se opor a isso tem algo de desesperador. (ADORNO, [1971]2000, p. 129-130).

Adorno marcava sua posição sobre o processo de educação na formação de sujeitos, através da qual afirmava a importância de que esse processo se iniciasse desde a primeira infância, dirigido à construção de uma autorreflexão crítica, além de uma educação que promovesse o esclarecimento amplo e um clima de valorização cultural, social e intelectual. Esse seria o caminho, via esclarecimento, para a elaboração do passado e para o desenvolvimento de uma autoconsciência e fortalecimento do eu:

> (...) a emancipação precisa ser acompanhada de uma firmeza do eu, da unidade combinada do eu, tal como formada no modelo do indivíduo burguês. A situação atualmente muito requisitada e reconheço, inevitável, de se adaptar a condições em permanente mudança, em vez de formar um eu firme, relaciona-se, de uma maneira a meu ver muito problemática, com os fenômenos da fraqueza do eu conhecidos pela psicologia. (ADORNO, [1971]2000, p. 197).

Dessa forma, observamos a preocupação de Adorno ao problematizar a questão da autonomia e da adaptação ao existente, num processo educativo voltado para a disciplina, utilizando-se de práticas repressivas, com características sadomasoquistas. A educação para a adaptação ganha força numa sociedade modelada pela indústria cultural, que não promove o pensamento crítico e o questionamento da realidade, prejudicando a constituição subjetiva, o fortalecimento do eu e a formação cultural.

Nessa direção, Adorno enfatiza, em vários momentos de sua obra, a condição da formação dos educadores que, constantemente, precisariam refletir sobre a própria atuação profissional, evitando o conformismo, a adaptação ao existente, e, portanto, sua própria semiformação cultural. Valorizava, portanto, a formação filosófica como base para o desenvolvimento do pensamento reflexivo e intelectual. Além da filosofia, a formação dos professores precisaria ser mais ampla, envolvendo campos como psicologia, sociologia, geografia, história, ética, estética, entre outros. Para tal, o hábito da leitura constitui um ponto fundamental para o educador, além do desenvolvimento da linguagem, seja escrita ou falada (ADORNO, [1971]2000).

Assim, a práxis pedagógica deve estar alicerçada na autocrítica e não na modelagem que automaticamente se sustenta com o autoritarismo – eis aí a educação repressiva que promove a padronização comportamental, não só dos alunos como também dos professores que a ela se submetem.

Esses e outros temas relacionados aos professores, ao magistério e à pouca valorização dessa profissão são tratados por Adorno em textos como “A filosofia e os professores”, “Tabus acerca do magistério”, entre outros, datados por volta de 1965 e 1968, que retomam inclusive as origens históricas dos pedagogos escravos na Grécia antiga. Fatos abordados pelo autor reforçam os tabus que atualmente ainda observamos em relação aos professores. Adorno, pensando na superação de tais preconceitos e nas mudanças de atitudes dos professores, sugeria a necessidade do desenvolvimento de uma consciência profissional dos educadores, bem como o

benefício de uma instrução psicanalítica aos mesmos, a qual também indicamos (ADORNO, [1971]2000).

Pensar um projeto de sociedade, na perspectiva de Adorno, significa a saída da mediocridade e da semiformação, fazendo movimentos em direção à transformação da realidade via pensamento crítico reflexivo constante e formação cultural. Também significa a necessidade de transformar a percepção acerca do espaço da escola – que este seja visto pela sociedade como um espaço não só de formação, mas de transformação da realidade:

> (...) a chave da transformação decisiva reside na sociedade e em sua relação com a escola. (...) Enquanto a sociedade gerar a barbárie a partir de si mesma, a escola tem apenas condições mínimas de resistir a isso. Mas se a barbárie, a terrível sombra sobre a nossa existência, é justamente o contrário da formação cultural, então a desbarbarização das pessoas individualmente é muito importante. (ADORNO, [1971]2000, p. 126).

A geração de Adorno vivenciou a barbárie de Auschwitz em todo seu horror. Cabe marcar, aqui, que enquanto o presente estudo se desenvolve, as gerações atuais presenciam mais uma barbárie gerada pela sociedade: a invasão da Rússia na Ucrânia[20] (2022), violando todos os direitos humanitários. Tal fato nos mostra o quanto os apontamentos de Adorno são atuais e relevantes:

> A desbarbarização da humanidade é o pressuposto imediato da sobrevivência. Esse deve ser o objetivo da escola, por mais restritos que sejam seu alcance e suas possibilidades. E para isso ela precisa libertar-se dos tabus sob cuja pressão se produz a barbárie. O pathos da escola hoje, e sua seriedade moral, está em que, no âmbito do existente, somente ela pode apontar para a desbarbarização da humanidade, na medida em que se conscientiza disto. (ADORNO, [1971]2000, p.126).

A obra de Adorno demonstrou a barbárie em suas várias faces, e sua inquietação o conduziu ao debate sobre possibilidades para um outro tipo de projeto para a educação e para a sociedade. Frente ao domínio da indústria cultural, sob a lógica e poder do capital e diante da barbárie e desumanização do Holocausto, Adorno propôs uma educação em condições de fazer frente ao processo de dominação, ou seja, um projeto que buscasse a superação da indiferença, passividade e conformismo. Para tal, acreditava ser necessário desafiar-se em experiências novas

[20] Em vários sites de notícias podem ser encontradas matérias sobre a cobertura da guerra entre Rússia e Ucrânia (2022), bem como posicionamentos políticos e medidas mundiais em relação a mesma.

diferente das já padronizadas. Nesse sentido, a escola teria muito a contribuir para formar sujeitos emancipados, autônomos, e, portanto, esclarecidos. Para Adorno, o sistema educativo precisaria romper com a burocratização, esta que nos assola até hoje. Além disso, as práticas pedagógicas precisariam ser repensadas para romper com o fetiche da técnica e do poder hegemônico capitalista.

A partir do exposto, afirmamos que as contribuições de Adorno para a educação e para pensar um projeto de sociedade continuam atuais e nos auxiliam a refletir acerca das contradições operantes na educação, em especial no contexto brasileiro. O autor demonstrou intervenções necessárias e possíveis em vários setores, os quais podemos relacionar com o sistema educativo vigente no Brasil: formação dos professores; prática pedagógica; educação de crianças, adolescentes e ensino universitário; modelo de gestão – uma vez que sua concepção era de uma educação política; superação da semiformação; dominação da escola e da sociedade pela forte presença da indústria cultural; entre tantos outros aspectos abordados em sua obra (ADORNO, [1971]2000).

Seu projeto era de uma educação para formar sujeitos emancipados e para uma sociedade democrática.

Vejamos, a seguir, o entrelaçamento entre as novas configurações do capitalismo e as Tecnologias da Informação e Comunicação, na cultura digital, que também passam a ganhar novos contornos, estando a serviço dessa ideologia dominante. O resultado disso são as novas formas de coerção, objetivando o controle social, instituindo, também, uma marcante concepção de individualismo cujos impactos são percebidos na formação e no processo de subjetivação dos sujeitos.

2.2 REVOLUÇÃO DIGITAL E EDUCAÇÃO SOB A LÓGICA DO CAPITAL E DISCURSO NEOLIBERAL

O desenvolvimento tecnológico e científico, sob a ideologia e o modelo de produção do capitalismo, baseado na acumulação do capital, na divisão do trabalho e na mecanização, estruturou-se numa cultura de dominação e alienação, abrindo caminho para o processo de globalização e para o aparecimento de uma sociedade de consumo.

Em suas novas configurações, o capitalismo, que tinha seu lucro no mercado industrial e comercial, passa a obtê-lo a partir do mercado financeiro e, nesse sentido, as Tecnologias da Informação e Comunicação ganham crucial e crescente importância, pois o capitalismo passa a depender impreterivelmente dos meios de comunicação:

> A partir da Segunda Guerra Mundial, as tecnologias alcançam novos avanços a que a humanidade jamais teria acreditado que chegaria um dia. Há um certo deslocamento nesse desenvolvimento, pois o eixo sai do setor de produção e vai para o setor de comunicação e informação. Daí a perspectiva de se estar vivendo um novo grande período da história da humanidade – A Era da Sociedade Informacional que propicia um novo avanço das fronteiras do desenvolvimento do capital, por muitos denominado de Globalismo. (OLIVEIRA, 2008, p. 8).

Dessa forma, observamos que a tecnologia da informação e comunicação, na sociedade capitalista em que vivemos, ganha contornos específicos a serviço dessa ideologia hegemônica. Isso porque as tecnologias passam a ser utilizadas para fins lucrativos e como instrumentos de poder, tendo também como função dominar o trabalhador, ofuscando sua relação com o capital e instituindo novas formas de coerção e controle social, apontando para mudanças na subjetividade das pessoas. Tal aspecto fica evidente no capitalismo tardio ou monopolista – no entanto, para melhor compreensão e fundamentação deste estudo, faz-se necessário observar algumas das transformações no capitalismo no seu processo histórico, considerando o capitalismo liberal e o capitalismo monopolista.

O capitalismo liberal tem seu auge no século XIX, com o domínio político e econômico da classe burguesa, trazendo novas configurações ao sistema produtivo concorrencial e nova concepção de individualismo. Em tal concepção, o discurso era de que cada indivíduo dotado de razão e liberdade de pensamento teria capacidade de ação transformadora e, ideologicamente, teria oportunidades iguais. Esse período foi marcado pelo surgimento de inúmeros empreendedores individuais em busca do acúmulo de riquezas.

Com as inovações tecnológicas dessa época, passa a haver aumento da produtividade que abre caminhos para o excedente na produção, ou a mais-valia, num mercado em expansão. Tal excedente tem seu destino na absorção pelo consumo ou acumulação – entretanto, segundo Baran e Sweezy (1966), os mercados chegariam a um ponto em que não poderiam mais absorver o excedente produzido e, no

capitalismo liberal, outras formas precisariam ser desenvolvidas para dar vazão a esse excesso, seja por: campanhas de vendas e publicidades dirigidas, estímulo e criação de novas necessidades de consumo, impulsionando a lógica perversa e alienante do indivíduo consumidor; pela função do Estado ou governo de absorver grande parte do excedente, atendendo aos interesses da classe que detém o monopólio; ou pelo uso desse excedente pelos militares, uma vez que os exércitos, nesse sistema, assumem a função de controle das forças internas opositoras (BARAN; SWEEZY, 1966).

A produção em grande escala passa a ser predomínio de grandes empresas, configurando o capitalismo tardio ou monopolista. Com ele, surgem profundas mudanças na organização familiar, social, política e econômica, sustentadas pelo avanço tecnológico e pela ideologia burguesa, sendo a principal delas a substituição do empresário individualista pelos administradores ou pela junta de diretores (BARAN; SWEEZY, 1966).

Nesse sentido, as transformações tecnológicas vão assumindo importância fundamental para as grandes empresas na busca de redução de custos, eficiência produtiva e aumento de lucros, além de determinar o tipo de mercadoria e a forma a serem produzidas em larga escala. A tecnologia, segundo o frankfurtiano Herbert Marcuse ([1964]1973), torna-se totalitária na medida em que determina as condições e necessidades sociais e individuais e, mais ainda, transforma as necessidades sociais em aspirações individuais. Assim, a tecnologia vai fazendo uma espécie de fusão da economia, política, racionalidade e cultura (MARCUSE, [1964]1973).

Observamos, assim, que a partir das revoluções industriais, um novo cenário se constitui, resultando em radicais transformações, seja na expansão da economia capitalista no mundo, seja no espaço urbano e na configuração social. Tais transformações se deram de forma muito veloz, modificando a relação do homem com a natureza, a relação do homem com o trabalho e os laços sociais, ganhando impactos sistêmicos ainda mais consistentes com a Quarta Revolução Industrial.

Essa nova era tem sido considerada a mais profunda e abrangente na história, não só pela forma como vem transformando os objetos, os espaços, as relações, os elos entre público e privado, a noção de tempo, entre outros, mas também pelas mudanças que vem proporcionando na forma das pessoas viverem, trabalharem, pensarem, sentirem e se relacionarem, apontando para novos modos de subjetivação.

Esses modos de subjetivação, segundo o psicanalista Christian Dunker (2021), geralmente são definidos por uma estrutura de linguagem em novas

configurações sob a influência da internet, principalmente os algoritmos, inteligência artificial, entre outros aspectos que tenderão a captar com precisão a condição mental do sujeito em seus sentimentos, fracassos e incertezas; pensamentos como atos de reconhecimento, interpretação e leitura da realidade; e modalidades de circulação do desejo, considerando as formas de relação do sujeito com o mundo, na regulação da realização do potencial desejante, bem como as formas com que o sujeito lida com a diversidade de suas próprias produções em suas experiências sociais e subjetivas. Assim:

> Por meio dos algoritmos que mediam nossas relações nas redes sociais e nossos circuitos de consumo, tudo o que queremos, sem saber que queremos, (ou que não queremos, sem saber que não queremos), já nos está sendo ofertado. (...) Quando seguimos nosso próprio padrão de consumo, os algoritmos nos devolvem nosso viés de confirmação do mundo e de nossas expectativas, filtradas pelo Outro digital. (DUNKER, 2021, p. 15-16).

Tais aspectos situam o sujeito dentro de uma espécie de bolha, onde qualquer iniciativa de rompimento instantaneamente será absorvida ao algoritmo do sujeito, estando esse emaranhado numa nova “super-bolha”, produzindo impactos na subjetividade (DUNKER, 2021).

Assim, a Indústria 4.0, termo introduzido em 2011, na Alemanha na Feira de Hannover, refere-se a um conjunto de inovações tecnológicas que exercem um papel preponderante no novo ciclo econômico, entre elas: Internet das coisas, Plataformas digitais, Nuvem informática, Robótica, Sistemas Ciber-físicos, Realidade aumentada, Manufatura aditiva, Inteligência artificial, *Big data*, entre outras (BARBOSA *et al*., 2020; MAGALDI; SALIBI, 2018).

Outros aspectos que fundamentam a tese da 4ª Revolução Industrial, desenvolvidos por Schwab (2017), são: Velocidade, Amplitude e profundidade, e Impacto sistêmico. A velocidade, nessa Revolução, está se dando de forma exponencial e não mais linear como ocorreu nas Revoluções Industriais anteriores, impulsionada pelas tecnologias potentes e inovadoras e por um mundo interconectado (considerando a velocidade como a informação trafega na atualidade) e multifacetado. A amplitude e a profundidade resultam da revolução digital e da combinação de várias tecnologias que geraram novos paradigmas no campo dos negócios e da economia, bem como na sociedade de modo geral. Esse conjunto, por sua vez, gera transformações de sistemas inteiros, e é chamado de impacto sistêmico, dentro dos

países e fora deles, incluindo os impactos nas organizações, nas indústrias, nos espaços urbanos (cidade inteligente ou digital), e em todos os aspectos da sociedade (SCHWAB, 2017).

Esse contexto vai reconfigurando o mercado de trabalho e os modelos de gestão e, consequentemente, novas demandas em relação às habilidades e às competências específicas para tal mercado vão surgindo. As exigências do mercado de trabalho também alteram o campo da educação, que passa a ser capturado por essa nova lógica com o objetivo de formação de mão de obra especializada.

Para exemplificar essas mudanças no mundo corporativo do trabalho, que interferem na área da educação submetida ao discurso neoliberal, destacamos dois aspectos principais que vêm sendo discutidos por autores da área de gestão.

Um aspecto diz respeito à evolução dos modelos de gestão, e seus desdobramentos no trabalho, como: ambiente corporativo, perfil de lideranças e organizações (competências e processo de aprendizagem), evolução empresarial, potencial das novas tecnologias digitais da informação e comunicação, estratégias personalizadas de marketing (migração do mercado de massa para o mercado de nicho), estudo das gerações e perfil dos consumidores, cultura do *management*, entre outros. O segundo aspecto, inter-relacionado com o primeiro, diz respeito às mudanças sociais, incluindo-se: a forma como os indivíduos estão lidando com as rupturas tecnológicas, a subjetividade e o modelo atual de educação. Para a educação, nessa lógica mercantil, o objetivo é fazer com que os indivíduos sejam modelados para atender essa nova realidade (MAGALDI; SALIBI, 2018).

Tal perspectiva sobre a educação neoliberal a partir do referencial de estudiosos da área de gestão, como os referidos autores, vem questionar os mecanismos formais de educação e seus educadores da supermodernidade, fazendo uma crítica ao considerarem que, para essa nova realidade, frente a todos os avanços tecnológicos e sociais, o nosso modelo estaria ultrapassado. Isso porque os apontamentos seguem a direção da era do pensamento exponencial, da revolução da comunicação e da informação a partir da internet (quanto maior a rede de interações maior as conexões e oportunidades de negócios); das transformações nos ambientes corporativos e competitivos e a nova dinâmica de mercado, cujo modelo de gestão, na 4ª Revolução Industrial, tem foco no aumento dos mercados atingidos, nas interações entre os mercados, no crescimento da demanda e em beneficiar-se do efeito rede e construção de comunidades, proporcionado pelas Tecnologias da

Informação e Comunicação; do novo perfil de líderes e da necessidade do ser humano em perceber o ritmo das mudanças tecnológicas (MAGALDI; SALIBI, 2018).

Essa perspectiva supracitada, a qual questionamos, é basicamente uma visão corporativa do mundo capitalista, acentuada pelas ideias neoliberais, através da qual tais autores demonstram haver um descompasso entre as mudanças e demandas do século XXI na indústria e o sistema educacional atual no que se refere ao desenvolvimento de novas competências do trabalhador, exigidas para o futuro das organizações que estão se configurando. Essa visão e esse discurso neoliberal sobre educação estão voltados para a formação de competências para o mercado de trabalho, não considerando a educação em sentido amplo, como abordamos na introdução desse estudo: uma educação para a vida.

Dessa forma, o modelo de educação neoliberal, em síntese, busca “a criação de um neossujeito empresário de si e as relações de financeirização da vida.” (CARDOSO *et al*., 2021, p. 57). Observamos, ainda, que o foco dessa proposta é a formação e preparação de novos líderes empresariais, compreendidos como agentes de transformação da sociedade – entretanto, esses líderes, considerando as desigualdades sociais no Brasil, seriam os sujeitos pertencentes às classes burguesas.

Nessa perspectiva, os jovens pertencentes às classes mais favorecidas economicamente passam a ser o alvo para esse modelo de formação. Já os jovens pertencentes às classes menos favorecidas estariam excluídos dessa formação para liderança, sendo direcionados para outras funções mais operacionais no mercado de trabalho. Nessa direção, observamos como a formação da subjetividade de jovens adolescentes vai se constituindo sob a influência de contextos socioeconômicos diversos, porém todos submetidos ao discurso alienante neoliberal.

Consideramos importante trazer esses apontamentos para situar em que lugar a educação no Brasil vem sendo colocada, principalmente a partir da década de 1990, quando o processo de modernização do país foi ganhando nova configuração. Nesse sentido, todas as políticas públicas educacionais brasileiras seguiram essa direção: qualificação da mão de obra do trabalhador para desenvolver a estrutura econômica, vinculada e impulsionada pelas novas tecnologias e pelos novos modelos de gestão empresarial neoliberal, os quais buscaremos explorar na sequência, ampliando as questões sobre juventudes e neoliberalismo.

2.2.1 Juventude e políticas educacionais neoliberais: a capacitação para o mercado produtivo num processo de precarização da formação dos sujeitos

Que sujeitos adolescentes (ou que tipo de juventudes) pretendem-se formar a partir das políticas públicas educacionais regidas por racionalidades neoconservadoras e neoliberais?

Esse é o foco do presente debate, considerando que o neoliberalismo é uma racionalidade que vem reestruturando a sociedade e as formas de governança do Estado, bem como vem instituindo formas de comportamentos, alterando os laços sociais, e produzindo novas subjetividades. Tal gestão neoliberal de controle da sociedade historicamente surge como uma resposta ao nascimento do Estado social europeu, firmando-se como uma política eficaz na destruição da cidadania e da conquista de direitos (DARDOT; LAVAL, 2016).

O aspecto sociocultural do Estado social (DARDOT *et al*., 2021) diz respeito fundamentalmente ao caráter político, conferido pela cidadania à democracia. Dessa forma, o neoliberalismo surge para limitar o poder do povo ou democracia de massa, criando formas de submissão desse povo via políticas do Estado autoritárias aliadas às regras de mercado.

A racionalidade neoliberal, portanto, foi se fortalecendo pela violência e brutalidade, sejam elas legitimadas pelas leis instituídas do Estado ou pela forma como o Estado é manipulado nas mãos de políticos que se esforçam para atacar a democracia e instituições que a defendem. Nesse sentido, o discurso da eficácia, produtividade e liberdade individual (que assegura o consumo e empreendedorismo), fortalecido pelo discurso neoliberal, se sobressai aos valores políticos democráticos. Assim, a direção da sociedade, da economia e da educação permanecem nas mãos da classe dominante, de tecnocratas, sustentados pela força militar e discursos religiosos, chamados de mecanismos de vigilância e controle, cujo objetivo é preservar a civilização ocidental classista, branca, patriarcal e heteronormativa (DARDOT *et al*., 2021).

Nesse sentido, o neoliberalismo vem atuando em pelo menos dois sentidos (DARDOT *et al*., 2021): por um lado, vem buscando a modernização das tecnologias, principalmente as Tecnologias da Informação e Comunicação, e vem implantando novas forma de vida e subjetividades sob normas conservadoras e autoritárias; por

outro lado, cria estratégias de controle sob valores tradicionais racistas, religiosos e patriarcais.

Nesse cenário, as políticas públicas educacionais brasileiras, nas últimas décadas, sob a influência do neoliberalismo, cada vez mais buscam adequar o ensino às exigências do mercado nacional e internacional, do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional, numa verdadeira regressão do campo político e social em que a sociedade administrada ganha terreno, reduzindo o sujeito a um grupo de assíduos consumidores.

Além disso, o neoliberalismo cria um campo de extrema competitividade generalizada, induzindo as pessoas e se sentirem sempre em dívida e a buscarem uma permanente reinvenção, custeando os próprios recursos formativos, numa luta econômica sem fim contra os outros (DARDOT; LAVAL, 2016).

A busca pela modernização das escolas impulsionou várias reformas curriculares e políticas educacionais, elaboradas e implementadas por grupos da classe dominante que continuam privilegiando os próprios interesses, privatizando cada vez mais a educação, num consenso ideológico. Assim, a educação ingressa na lógica de mercado (MARRACH, 1996; SILVA, 2018).

O discurso neoliberal toma a educação como um ponto estratégico, visando a qualificação de mão de obra para o trabalho, principalmente da juventude brasileira, estimulando que esses adquiram a capacidade de lidar com técnicas e linguagem de informática e outras técnicas laborais-estratégicas. Outro aspecto é o controle da produção científica das escolas e universidades, pelo setor empresarial, através do qual a ciência é transformada em capital técnico-científico (MARRACH, 1996).

Temos demonstrado também, a partir das contribuições de Adorno, como a educação está a serviço da ideologia dominante, que se sustenta pela construção de uma realidade simbólica hegemônica, a qual ganha força pelos meios de comunicação de massa e pela transmissão e difusão dessa ideologia e princípios doutrinários pela escola.

Ressaltamos, ainda, como as escolas estão sendo abordadas, a partir das políticas públicas educacionais neoliberais, como um mercado, não só para os produtos da indústria cultural, mas para todos os produtos ofertados às redes de ensino pelo setor privado, empobrecendo o campo político e social da educação e, portanto, das escolas também. A educação está se tornando um serviço e, desta forma, o aluno passa a ser um consumidor da educação, que avança a passos largos

para a privatização e a elitização do ensino. O professor, nesse contexto, corre o risco de se tornar um treinador de jovens a serem qualificados para o mercado de trabalho. Tudo isso ao custo da exclusão de um processo de formação crítica e do aniquilamento de uma educação emancipadora, segundo a teoria Adorniana.

A educação escolar, com as novas Tecnologias da Informação e Comunicação, sob a lógica do capital, adentra ao mercado, via influência do marketing, publicidade cultural e racionalidade, como as apontadas por Adorno em seus estudos. Essa é uma face do “desencantamento do mundo”, como demonstraram Adorno e Horkheimer ([1947]1985).

Nesse contexto, observamos como as políticas educacionais e sociais neoliberais proporcionam uma regressão na esfera pública, ampliando as desigualdades sociais, que são mascaradas por um discurso de negação das diferenças, das desigualdades e dos problemas socioeconômicos, políticos e culturais. Esses aspectos vão na contramão de qualquer projeto de educação que vise a transformação profunda da sociedade, diminuindo as desigualdades sociais, respeitando a diversidade cultural e os diversos contextos juvenis, assumindo compromisso com a inclusão.

Como demonstramos na introdução, o entendimento sobre juventude aponta para a existência de variados contextos juvenis, ou concepções de juventudes, que se constituem numa condição sócio-histórica, que incluem: a cultura, o tempo/espaço, a sociabilidade, além de variáveis políticas e simbólicas, marcadas por flutuações, inconstâncias e múltiplos modelos identificatórios. A juventude é uma construção social, resultado de contextos múltiplos (DAYRELL, 2007, apud CARDOSO *et al*., 2021).

Esses marcadores sociais vinculam o perfil juvenil a um contexto histórico e social em que o jovem constitui sua identidade. Dessa forma, o jovem estando inserido numa sociedade permeada por mecanismos do capitalismo neoliberal estaria sujeito aos efeitos concretos destes mecanismos na produção de sujeitos neoliberais, porém não numa relação direta determinista, pois o jovem também produz seu modo singular de subjetivação, com os recursos simbólicos disponibilizados pela cultura.

Mesmo assim, é importante considerar que, em se tratando de políticas públicas educacionais neoliberais, uma juventude fica submetida a um imperativo pedagógico, cuja ordem é a capacitação para o mercado produtivo, num processo de precarização em relação aos sujeitos e sua formação, uma vez que, nessas

circunstâncias, muda-se o sentido da escola que passa a intensificar o capital humano (SILVA, 2015). Este é o neo-sujeito, cuja subjetividade é marcada pelo desempenho, competitividade e gozo, conforme demostraram Dardot e Laval (2016) e como veremos em detalhes no texto a seguir.

2.3 SUJEITO NEOLIBERAL, ALIENAÇÃO E EDUCAÇÃO REPRESSIVA

Em cada época, a concepção de um novo sujeito é descrita ao passo que este se torna objeto de pesquisas de algumas áreas. A própria categoria ou noção de sujeito é interpretada de modo diverso, conforme o autor ou a teoria. No neoliberalismo, na análise de Dardot e Laval (2016), por exemplo, facilmente encontramos a definição foucaultiana do sujeito constituído a partir do campo das relações de poder[21]. Entretanto, a ambivalência se faz presente na análise desses autores, quando também se referem ao sujeito a partir da teoria psicanalítica e, nessa perspectiva, o sujeito tem sua existência marcada pelo campo da linguagem que o precede antes mesmo de seu nascimento.

Freud, em sua teoria, trouxe a concepção de inconsciente – portanto, o sujeito da psicanálise é o sujeito do inconsciente, o sujeito do desejo, marcado pela falta e movido por esta. Tal sujeito nasce numa cultura e se constitui pela inserção na linguagem ao ser tomado pelo desejo de um Outro. Entretanto, na contemporaneidade, é possível observar um abalo nessa noção de sujeito, quando este fica assujeitado a um Outro pouco interditado, ou seja, pouco marcado por uma falta simbólica, como demonstramos no primeiro capítulo. Dessa forma, surge a ilusão de completude, deslocando o sujeito à condição de objetalização.

Alertados disso e a partir dessas considerações iniciais é que poderemos pensar que a razão mais consistente da ancoragem da promessa neoliberal no sujeito se dá justamente por essa ideia imaginária de completude e de um sujeito objetalizado.

---

[21] Michel Foucault teve o sujeito como tema de pesquisa a partir do estudo sobre o poder, tendo dois vetores em sua obra ao fazer a analítica da subjetividade: a subjetivação decorrente de práticas coercitivas e de assujeitamento e a subjetivação reflexiva, e a autônoma (como prática da liberdade), resultado de seus estudos, a partir de 1980, sobre governamentabilidade e práticas de si.

Segundo Dardot e Laval (2016), do sujeito produtivo e individualista das sociedades capitalistas industriais, temos agora o sujeito neoliberal. Este, em seu processo de formação, tem a sua própria condição psíquica afetada, apresentando sintomas e sofrimento reveladores, segundo a psicanálise, de uma problemática da subjetividade: o mal-estar da contemporaneidade.

O psicanalista Christian Dunker (2017) concorda com Dardot e Laval acerca de estarmos diante de uma mudança estrutural do sujeito, entretanto tal estrutura se refere mais a:

> (...) uma mudança na fantasia ideológica, que afeta basicamente a economia da relação sacrifício-prazer e o modo de localização discursiva do sintoma em uma relação com o sofrimento. Estamos diante de um sujeito que prescinde de uma unidade narrativa para expressar seu sofrimento. (DUNKER, 2017, n.p.).

Observamos como o neoliberalismo vem se especializando em um saber administrativo e normativo sobre o comportamento das pessoas, ocupando-se de como extrair mais eficiência e produtividade do sofrimento. O modo como faz isso se dá, principalmente, por uma nova configuração das rotinas opressivas e alienantes sobre o trabalhador, além da imposição de medo ou condições de um desamparo discursivo e a instituição de uma concorrência em todos os espaços da vida das pessoas: escola, família, trabalho, entre outros. Essa condição de normatização, consistente de formas de coerção e alienação, produz variedades ou modos de sofrer, e a propagação dessa racionalidade neoliberal se dá pela poderosa ferramenta discursiva que é a publicidade. Essa nova configuração social produz alteração nas referências identitárias e identificatórias sobre as quais as novas subjetividades se fundam.

Nesse sentido, o campo do desejo também tem sido objeto de investigação, não apenas pela psicanálise, mas também pela racionalidade neoliberal, que é fruto de um processo histórico de composições estratégicas na educação, como processo de formação, ou melhor, fabricação ou modelação continuada dos sujeitos a partir de diversas técnicas: “Trata-se agora de governar um ser cuja subjetividade deve estar inteiramente envolvida na atividade que se exige que ele cumpra. Para isso, deve-se reconhecer nele a parte irredutível do desejo que o constitui.” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 327).

Observamos, a partir dos autores supracitados, que o sujeito desejante se tornou alvo desse novo poder que vem elaborando um discurso alienante com estratégias práticas para capturar o indivíduo, conduzindo-o ao trabalho para uma empresa como se o fizesse para si mesmo: homem-empresa ou sujeito empresarial. O homem-empresa tem o sentido de governo de si e vigilância de si mesmo, devendo ser um homem empoderado, competitivo, bem-sucedido e responsável por seus eventuais fracassos. Importante salientar que se esse homem empreendedor deprime ou adoece, seu "diagnóstico" é logo interpretado como "falta de garra", "preguiça", "falta de vontade" ou algo assim, pois não há tempo a perder e não há lugar para fracassados no território do neoliberalismo.

Assim, com as práticas discursivas neoliberais, delineou-se a figura do homem-empresa, instaurando uma série de estímulos e sanções, objetivando uma homogeneização e unificação inédita das formas plurais da subjetividade, numa condição em que se aliena o sujeito eliminando sentimentos de alienação que esse possa ter, assim como também se elimina a distância entre o sujeito e a empresa, ou seja, elimina-se qualquer intervalo ou espaço em que o sujeito possa surgir como um ser pensante: "As novas técnicas da "empresa pessoal" chegam ao cúmulo da alienação ao pretender suprimir qualquer sentimento de alienação: obedecer ao próprio desejo ou ao Outro que fala em voz baixa dentro de nós dá no mesmo." (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 327).

Diante de formas discursivas totalitárias e moralistas que produzem modos de sofrer, destacamos que a psicanálise, diferente da Teoria Crítica, vai além de uma crítica às formas sociais de alienação do sujeito. A psicanálise em sua teoria e prática questiona a implicação do sujeito em sua própria alienação e servidão voluntária[22], buscando, a partir de sua práxis, convocar o sujeito a sair das garantias totalitárias de gozo, lidando com a castração e assumindo a condição de responsabilização-implicação no exercício de seu desejo. Podemos localizar aí a grande contribuição da Psicanálise para o pensamento político.

Nesse sentido é importante compreender "as mutações subjetivas provocadas pelo neoliberalismo que operam no sentido do egoísmo social, da negação da

[22] Servidão voluntária é um conceito elaborado por Étienne La Boétie, publicado originalmente em 1549, sob o título "Discurso sobre a servidão Voluntária", destacando que muitas pessoas se submetem, sem resistência à sistemas opressivos, inclusive manifestando certa satisfação na posição de inferioridade que ocupam, por vontade própria.

solidariedade e da redistribuição e que podem desembocar em movimentos reacionários ou até mesmo neofacistas" (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 9), bem como compreender a implicação do sujeito nessas questões, uma vez que o sintoma se constitui na maneira singular de resposta do sujeito frente ao discurso de seu tempo. Isso nos leva a compreender que na cultura neoliberal (e na cultura digital) há um mal-estar próprio produzido pelo contexto em questão.

Nessa condição ilimitada de como o neoliberalismo se impõe e se introduz na vida das pessoas, encontramos em Dardot e Laval (2016) descrições de que, em suas novas configurações, o capitalismo não é passível de regulação ou interferências, uma vez que este delineou, potentemente, a formação e características dos laços sociais. O neoliberalismo construiu um imaginário, num caráter de promessa, extremamente sedutor, ou seja, introduziu uma lógica de valorização de si, comprometendo o próprio ser em "capital humano" e "empresa de si".

Nessa perspectiva, recai sobre o sujeito que ele aprenda a desenvolver estratégias de vida sobre si mesmo, com o auxílio de *coaches* (treinadores) de subjetividade ou consultores em estratégias; técnicas de programação neurolinguística (PNL); análise transacional (AT); técnicas de governamentalidade; técnicas de comunicação e persuasão; treinamento de comunicação não violenta; e outras técnicas de abordagens pragmáticas que visem moldar um indivíduo, fazendo um uso da subjetividade do mesmo, com o objetivo de torná-lo mais eficaz e competitivo. Essa gestão da subjetividade visa programar o indivíduo para ampliar o seu capital humano e, se ele fracassar, os riscos, a culpa e responsabilidade (fabricação do homem *accountable* – responsável) são única e exclusivamente dele e não do sistema em questão (BUCCI, 2021; DARDOT; LAVAL, 2016). Testemunhamos, assim, os efeitos do discurso neoliberal e do discurso da ciência, em suas técnicas de treinamento-modelagem sobre a subjetividade, afetando a saúde mental das pessoas.

Encontramos outro aspecto desse imaginário social, que foi criado pelo neoliberalismo e que avança e ganha novos contornos, no que interpretamos das contribuições de Bucci (2021). Segundo o autor, podemos observar como o capitalismo se especializou em explorar o olhar como trabalho, indo muito além da publicidade e de sua capacidade de fisgar a imaginação do consumidor. Trata-se da exploração, em que o capital transformou o olhar em força produtiva, apropriando-se de tudo que é visível, moldando absolutamente todo o imaginário em que estamos

inseridos. Isso tem sido chamado de “superindústria do imaginário”, que foi, ao longo da história, substituindo a instância da palavra impressa pela imagem – mais especificamente imagens ao vivo, que ganham amplitude com as mídias digitais (BUCCI, 2021).

O autor ainda descreve que não é em vão que as empresas mais valiosas do mundo em 2020, as chamadas “*big techs*” norte-americanas (Apple, Amazon, Alphgabet [Google], Microsoft e Facebook), são aquelas que se especializaram em comunicação, exploração do olhar e criação de bancos de dados pessoais, carregados de traços da subjetividade de seus usuários, que podem ser manipulados conforme os interesses:

> Os conglomerados da era digital elevaram o velho negócio do database marketing à enésima potência, com informações ultraprecisas sobre cada pessoa, e desenvolveram técnicas neuronais para magnetizar os sentidos dos ditos usuários. O negócio deles é o extrativismo do olhar e dos dados pessoais. (...) os agentes mais sagazes do mercado compreenderam como capturar e monetizar essa entidade chamada “atenção”, numa nova modalidade de negócio que conquistou um lugar próprio nos planos produtivos e nos cálculos de valor da indústria. (BUCCI, 2021, p. 18).

Dessa forma, os recursos mais valiosos, chamados de “novo petróleo”, são os dados pessoais extraídos pelas “gigantes da internet”, em proporções inimagináveis, cuja restrição e/ou regulamentação ainda não ocorrem através das legislações nacionais (BUCCI, 2021), ou, de fato, não há esse interesse, visto que quem se apropria dos dados íntimos de cada sujeito tem em mãos verdadeiro poder, força, fortuna e sucesso. Assim, Bucci (2021) destaca que “as ‘gigantes da internet’ concentram mais poder de comunicação e mais controle sobre o fluxo da informação do que a imensa maioria dos Estados nacionais” (p. 19). Refere, ainda, que tais empresas “(...) têm mais força de mercado que as bancas do capital financeiro internacional.” (BUCCI, 2021, p. 19).

Constatamos que tal contexto trata de algo assustador e inédito quando, na cultura digital, os insondáveis algoritmos cruzam os dados das pessoas, antecipando minuciosamente situações que nem mesmo o sujeito sabe de si mesmo, conforme demonstramos anteriormente, ao citar Dunker (2021).

Observamos que esses aspectos supracitados se materializaram no filme "Não olhe para cima"[23] (*Don't look up*), lançado em 2021, no Brasil, pela Netflix, dirigido por Adam McKay. Analisar esse filme, observando comentários da crítica, é pertinente para o tema deste estudo, pois o filme retrata algo como: não olhe para o poder das corporações tecnológicas (*big techs*) e seus algoritmos. Além disso, tece um cenário sobre a verdade das pesquisas científicas e sua relação com os interesses políticos da extrema direita, sob a lógica destrutiva do sistema capitalista e sob as condições da sociabilidade burguesa em decadência. O filme nos coloca diante da situação em que a lógica do capital está acima da sobrevivência humana.

O enredo do filme tem início com a descoberta de um cometa que num prazo de seis meses entrará em rota de colisão com a Terra, destruindo todo o planeta. Os personagens Kate (Jennifer Lawrence) e Randall (Leonardo DiCaprio), com a ajuda do cientista Teddy Oglethorpe, alertam a presidenta dos Estados Unidos Janie Orlean (Meryl Streep) e seu filho, chefe de gabinete, Jason (Jonah Hill), sobre o fato. Entretanto, ambos se mostram incrédulos e indiferentes, negando a tragédia iminente. Logo se manifestam os interesses dos políticos burgueses de direita, que procuram capitalizar política e financeiramente a situação, não se importando com os riscos e a vida das pessoas.

A sátira expressa a crise de uma sociedade, caricaturando diversos personagens e retratando temas como: mediocridade, desonestidade, machismo, difamação das mulheres, negacionismo, fascismo, egocentrismo, alienação, ciência e sua relação com o poder hegemônico e, principalmente, uma juventude sem esperanças e sem perspectivas.

A trama demonstra como os personagens vivem relações contraditórias, alienadas e conformadas com os problemas sociais. A capacidade manipuladora e alienante da grande mídia é o principal destaque, considerando a maneira como os

---

[23] Outros seis documentários e/ou filmes (encontrados facilmente na internet) que retratam a influência das TICs na subjetividade das pessoas e no contexto sociocultural são: "O dilema das redes" (2020), que se refere à criação das redes sociais e seus impactos para o contexto social; "Privacidade Hackeada" (2019), que trata dos impactos mais profundos da venda de banco de dados das pessoas capaz de influenciar o rumo de eleições para presidentes; "Sujeito a termos e condições" (2013), que demonstra o que pode acontecer quando o usuário clica em "aceitar" um contrato de termos e uso na internet e como os usuários desacostumaram a ler tais informações; "Eis os delírios do mundo conectado" (2016), que se refere aos impactos da internet na sociedade e na vida das pessoas, onde todos se renderam às facilidades das TICs, sem um pensamento crítico sobre o que elas escondem; "Império de memes" (2018), que trata do impacto cultural das redes sociais e seus influenciadores; "The cleaners" (2018), que fala do submundo da internet e da indústria virtual (imagens gráficas de assassinato, tortura e sexo explícito, por exemplo).

conteúdos são propagados e distorcidos nas redes sociais, nos noticiários, nos programas de televisão, entre outros.

Outro destaque, atrelado ao anterior, é a subordinação da sociedade e da estrutura política às imposições dos capitalistas, num ataque aos direitos, à democracia, ao pensamento crítico e à ciência – considerando a contradição dos interesses nas tecnologias e pesquisas científicas para atender o desejo dos empresários e da classe dominante. Nessa perspectiva, a destruição do planeta se dá pelo capitalismo, uma vez que a lógica de acumulação do capital prepondera sobre ações efetivas para desviar o cometa do certeiro impacto com a Terra.

A indução da frase alienante “não olhe para cima” cai por terra diante daquilo que os olhos podem, de fato, ver: o cometa próximo do momento do impacto. Entretanto, tarde demais para uma sociedade tomada pela fabricação de signos e discursos que encantam, seduzem e cegam os desavisados:

> O capital deixou de lado os objetos físicos e virou um narrador, um contador de histórias, e se fez um produtor de significações. O capital se descobriu linguagem e se deu bem na sua nova encarnação. (...) o capital, além de explorar a força de trabalho, aprendeu a explorar o olhar – o capital explora o olhar como trabalho, compra o olhar em função daquilo que o olhar produz, e não apenas em função daquilo que o olhar pode ver. (...) O capitalismo se deu conta de que o olhar não é simplesmente um polo receptor das mensagens ou imagens prontas, mas uma força constitutiva de sentido social. A ação do olhar, mais do que ver isso ou aquilo, é tecer um sentido para isso ou aquilo. (BUCCI, 2021, p. 22).

Com tal configuração, chegamos a um ponto previamente alertado por Adorno e Horkheimer, conforme demonstramos no início deste capítulo ao tratarmos da Indústria Cultural. De lá para cá, chegamos à “Superindústria do Imaginário”, que consiste na forma como “o capital compra o olhar social: para construir os sentidos dos signos, da imagem e dos discursos visuais que ele pretende pôr em circulação como mercadoria” (BUCCI, 2021, p. 22). Assim, à medida que o sujeito vai olhando para uma imagem, trabalha para que essa vá adquirindo sentido, ou seja, vai fabricando significação.

Marcamos, neste texto, a influência do neoliberalismo em nossa fragilidade constitutiva, contribuindo para uma condição alienante na formação das subjetividades, tomando uma proporção ainda maior que isso:

> Com a implementação do neoliberalismo e o avanço do conservadorismo em escala mundial, ressentimentos e preconceitos que supúnhamos superados, ressurgem como fantasmas de um passado a assombrar o presente e a ameaçar as conquistas civilizatórias. (SCHLESENSER, 2021, p. 418).

Nesse sentido, buscamos agora articular os conceitos demonstrados até o momento para pensar sobre a noção de educação repressiva a que a juventude está submetida.

A educação repressiva é a base que sustenta o ideário liberal e neoliberal, segundo Schlesener (2019). O ideário é reforçado através da formação ideológica, em que comportamentos sociais são naturalizados e interiorizados, contribuindo para que o sujeito desenvolva uma condição de autorrepressão, sentimento de culpa, medo e inibição de suas ações: “A repressão se concretiza quando é naturalizada, ou seja, quando não percebemos mais, no cotidiano, que somos constrangidos para obedecer às normas, leis, e valores, para o bom funcionamento da sociedade” (SCHLESENER, 2019, p. 25).

Repressão, segundo Schlesener (2019), pode ser compreendida a partir de três formas: quando se apresenta sob a forma de proibição nas relações hierárquicas, em que hábitos, costumes e disciplinas são interiorizados, seja dentro da família ou de instituições formativas como igreja, escola, instituições jurídicas, entre outras; educação repressiva e continuada de determinados comportamentos sociais, em que “esse tipo de repressão continuada pode ser mais eficaz porque implica na formação ideológica da subjetividade” (p. 22); e a terceira forma, na qual a educação repressiva se dá pelo ocultamento ou silenciamento dos reais objetivos da pessoa ou instituição que educa. Assim, “a educação repressiva faz parte da formação da sociedade, lhe é intrínseca” (SCHLESENER,2019, p. 20-21).

As diversas formas de controle e repressão, tanto familiar quanto social, foram amplamente pensadas por Freud, Marx, Adorno e Horkheimer, sendo que a contribuição desses autores permanece de grande atualidade para que possamos identificar em nosso cotidiano, na supermodernidade, de que modo a repressão se faz presente e que faces assume, principalmente ao considerarmos a intensa disputa de poder, as ações políticas que incitam o ódio, os preconceitos e as manipulações de ideias através dos meios de comunicação de massa e das redes sociais.

Assim, seguindo o caminho da formação da subjetividade na percepção dos frankfurtianos, retomado por Schlesener (2019), encontramos

> (...) o que Freud nos diz a propósito da formação da subjetividade pode ser perfeitamente relacionado com o que Marx nos diz a respeito da mesma formação no contexto das relações de poder que se instauram a partir do modo como o homem constrói as suas condições de sobrevivência. Se para Freud o indivíduo é escravizado no seu modo de ser e de pensar pela interiorização dos valores e normas criados por seus senhores, gerando um processo continuado de auto-repressão, Marx nos mostra como se produzem as formas de dominação ideológica, também na formação do modo de pensar e de construir a nossa subjetividade. (...) A atualidade desta leitura assenta-se no fato de haver explicitado fatores de ordem psicológica que atuam na formação do imaginário social criando formas de submissão ideológica que reduzem a maioria da população explorada em instrumentos de sustentação das próprias formas de dominação. (SCHLESENER, 2019, p. 26-27).

Observamos, dessa forma, que a formação da subjetividade por meio de uma educação repressiva, segundo Freud, tem suas bases na família patriarcal, na submissão da mulher, na religião e no exército, segundo a dimensão social da Psicanálise e da repressão dos instintos (controle da sexualidade). Para Marx, a formação do processo civilizatório e da subjetividade estaria na família patriarcal e na formação ideológica que se observa na relação social do trabalho e na luta de classes.

> Mais do que em outros tempos históricos, a luta de classes se apresenta nestas primeiras décadas do século XXI como um confronto latente que tem como base as dinâmicas psicológicas de mobilização das massas. Daí o ressurgimento do fascismo em suas novas vestes e simbologias tomando força no cotidiano das massas pela formação da subjetividade. Num momento em que ascendem os movimentos políticos mais conservadores e reacionários, o fenômeno psicológico (e ideológico) de manipulação das massas se torna o instrumental de recrudescimento dos preconceitos e mitos, da discriminação e da exclusão dos diferentes com a negação das diferenças, de modo que se acentua a importância de conhecer a gênese da personalidade. (SCHLESENER, 2021, p. 818).

Esse ressurgimento do ideário fascista é preocupante, pois se refere a uma ideologia que incide na formação da subjetividade, promovendo uma concepção de mundo utilitarista e tecnicista – a qual encontramos na reforma do novo Ensino Médio, no Brasil e que investigaremos no capítulo seguinte – que dá sustentação a uma política econômica em harmonia com a financeirização do capital, diga-se de passagem: uma política econômica perversa.

Tal condição, a qual a juventude brasileira e todos nós estamos submetidos, vem desconstruindo a democracia, tornando a política fragmentada, desacreditada e a submetendo a um moralismo intensificado e nutrido por preceitos moralistas e religiosos, enfatizando uma sociedade administrada, desigual, repressiva, preconceituosa e alienante, como já apontava Adorno.

É nesse sentido que a sociedade constrói uma educação repressiva. Assim, é necessário compreender a educação não só em sua dimensão ideológica e política, mas também na dimensão repressiva. Tal compreensão é primordial se o objetivo for, de fato, construir um projeto de educação que promova a reflexão crítica, ao invés de investir numa educação que assume as características de adestramento de corpos e comportamentos a partir da coerção, submissão e medo; formações alienantes e preconceituosas, entre outras.

Dessa forma, considerando que a educação é política, realiza-se na vida e que a escola tem um papel fundamental na construção de um projeto de sociedade, destacamos que a educação é um processo de conhecimento tanto de si mesmo quanto do mundo, considerando as questões sociais, culturais e políticas de onde o sujeito está inserido – e uma das instituições que se ocupa da formação dos jovens e da sociedade é a escola:

> Na sociedade capitalista a escola cumpre as exigências materiais e simbólicas necessárias para a manutenção da ordem econômica instituída (...) A escola tem a função primordial de formação para o trabalho, mas pode ainda possibilitar as condições de emancipação política pela formação de um pensamento autônomo. (...) uma educação emancipadora precisaria partir do reconhecimento das contradições que permeiam a vida social para poder confrontar o neoliberalismo com um novo projeto de sociedade. Pressuporia uma mudança estrutural das condições da escola e das condições de formação continuada dos professores, a fim de viabilizar uma emancipação efetiva dos sujeitos. (SCHLESENER, 2021, p. 425).

Viabilizar uma emancipação efetiva dos sujeitos, de fato, torna-se um grande desafio para a educação, principalmente considerando os aspectos aqui demonstrados sobre a formação da subjetividade, na cultura digital, sob a influência do *ethos* neoliberal.

3 POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO SECUNDÁRIA E DIMENSÃO SUBJETIVA DOS JOVENS ADOLESCENTES: UNESCO E NOVO ENSINO MÉDIO NO BRASIL

O objetivo do presente capítulo deste estudo é analisar de que modo a educação brasileira, através de suas políticas públicas educacionais para o ensino médio, tem ou não considerado as novas formas de subjetivação dos jovens adolescentes ao mesmo tempo que incide sobre a subjetividade deles, na cultura digital, pensando num projeto de sociedade emancipadora.

Nos capítulos anteriores, buscamos embasar essa discussão com um estudo sobre a construção do imaginário social sobre a adolescência, buscando compreender as novas formas de subjetivação dos jovens adolescentes, numa construção histórico-materialista a partir da sociedade de massa, do ideal individualista, da cultura do narcisismo, da sociedade de consumo do espetáculo, salientando características da superindústria do imaginário na supermodernidade.

Buscamos ainda explorar os fundamentos, a partir das contribuições de Theodor Adorno, sobre educação em sentido amplo, ou seja, uma educação para a vida como projeto para pensar uma sociedade emancipadora e democrática. Ainda, abordamos como suas contribuições sobre a “Indústria cultural” e sua influência na formação da subjetividade são sustentadas principalmente na teoria psicanalítica Freudiana e nas contribuições Marxistas, em especial aquelas sobre o fetichismo da mercadoria e da organização social do trabalho.

Assim, percorremos o caminho da formação da subjetividade a partir das mudanças socioculturais advindas com o capitalismo, com as ideias neoliberais e com o avanço das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), mais especificamente na Revolução Digital. Entrelaçando subjetividade, cultura e educação, chegamos às políticas públicas sob o discurso neoliberal e mercantilização da educação para a juventude, refletindo sobre seus efeitos e consequências para a sociedade e para os jovens.

Nesse sentido, buscamos, aqui, ampliar a compreensão sobre a educação brasileira e suas políticas públicas para o ensino médio, analisando a relação destas com a Agenda Mundial de Educação 2030 – priorizada pela Organização da Nações Unidas (ONU) e Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO). Nessa agenda, as instituições sustentam que a educação é fundamental

não só para atingir os objetivos de Desenvolvimento Sustentável, mas também para alcançar o objetivo de implantação e materialização do ODS 4 (Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4), cujo discurso se materializa na proposta de garantir uma educação de qualidade, inclusiva e igualitária, promovendo, para todos, a oportunidade de aprendizagem durante toda a vida. Salientamos que, nessa direção, não observamos preocupação com a saúde mental dos jovens, considerando a ODS 3 que se refere a saúde e bem-estar. A ODS 3 fala em assegurar uma vida saudável para todos, promovendo o bem-estar em todas as idades, envolvendo conceitos como desconforto, mortalidade, sofrimento, problemas de saúde pública, doenças e seus impactos para as famílias, indivíduos e para a sociedade, entre outros. Entretanto, seu foco não está na saúde mental.

Tais propostas buscam alertar os governos de cada país envolvido nesse processo sobre o esforço para que os jovens adolescentes concluam a educação de ensino secundário, evitando a evasão escolar, o que consiste em um grande desafio a ser superado. As instituições alertam, ainda, que 90% dos adolescentes do mundo vivem em países em desenvolvimento e a maioria não finalizam essa etapa da escolarização. Ao considerar as diferenças em cada país quanto aos anos que são oferecidos de estudos, são recomendados no mínimo 12 anos entre ensino primário e secundário (UNESCO, 2015; UNESCO, 2017).

Dessa forma, a juventude tem sido um tema central para a UNESCO, pois a participação ativa dos jovens adolescentes no próprio processo de desenvolvimento pessoal é enfatizada, assim como sua participação nos contextos sociais, econômicos e políticos. Assim, no 9º Fórum da Juventude da UNESCO, realizado em 2015 com a participação de jovens de 159 Estados membros, houve um consenso acerca de que os respectivos currículos nacionais para o ensino secundário (médio), que representam a educação, não devem ser elaborados e determinados exclusivamente por autoridades e docentes, mas devem incluir a escuta dos jovens, possibilitando aos mesmos a exploração de várias fontes de conhecimento. Ainda nesse evento, houve o entendimento em relação ao espaço e ao ambiente escolar que, para além de estruturas, são considerados comunidades de aprendizagem, de incentivo à criatividade e ao desenvolvimento do pensamento crítico, sendo também lugares de segurança para o desenvolvimento pessoal dos jovens (UNESCO, 2015). Esta realidade não é encontrada no Brasil, onde a escuta dos jovens não é considerada ou

é pouco considerada na elaboração das políticas públicas. Fato que demonstraremos, logo adiante, na questão da elaboração da reforma curricular do novo ensino médio.

No presente capítulo, pretendemos analisar a mudança no ensino médio no Brasil, com um breve histórico dessas mudanças, desde 1990, chegando até a promulgação da Lei nº 13.415/2017.

Observamos que esta última reforma vem com um discurso que pretende colocar o jovem adolescente também como centro ou protagonista, apontando-se um sujeito com liberdade para fazer suas escolhas. No entanto, a contradição é de que as escolhas são feitas em primeiro lugar pelas redes de ensino, que determinam quais itinerários-percursos serão ofertados ao estudante de acordo com as possibilidades de cada escola ou rede de ensino, incluindo: estrutura (contexto socioeconômico, político e cultural) da escola e comunidade, formação e capacitação de seus professores, entre outros fatores. Antecipamos aqui que, pela nossa análise, o discurso e a materialização da reforma seguem a linha do neoliberalismo, tendo implicações na formação da subjetividade, como descrevemos na seção que trata da formação do sujeito neoliberal.

3.1 A UNESCO: A DIMENSÃO SUBJETIVA E POLÍTICAS EDUCACIONAIS VOLTADAS AOS JOVENS ADOLESCENTES

O documento que pretendemos demonstrar e analisar aqui intitula-se “Adolescentes y jóvenes en realidades cambiantes: Notas para repensar la educación secundária em América Latina”[24] (UNESCO, 2017). Tal documento propõe debater a condição do jovem, na América Latina, estar desvinculado da educação secundária, identificando caminhos de investigação para a implantação do ODS 4 e apresentando recomendações aos governantes responsáveis pela promoção do ensino médio ou secundário. Assim, em relação ao jovem, o documento destaca a importância de recuperar sua confiança na educação, bem como buscar novas construções sociais sobre a juventude entre os professores, pais e demais autoridades da área da

[24] “Adolescentes e jovens em realidades mutáveis: Notas para repensar a educação secundária na América Latina” (tradução da autora), encontrado em: UNESCO. 2017. Adolescentes y jóvenes en realidades cambiantes: Notas para repensar la educación secundária em América Latina. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000247578. Acesso em: 10 maio 2022.

educação – ou seja, segundo o documento, é necessário mudar a concepção que se tem sobre os jovens.

> Dessa forma, o estudo analisa a dimensão subjetiva da identidade juvenil – e em particular seu distanciamento da educação – como parte de um esforço para complementar os dados existentes sobre as estruturas, cobertura e eficácia de sistemas nacionais de educação. Também explora como as experiências educacionais moldam culturas e identidades dos jovens, bem como suas atitudes em relação à educação e seu potencial para melhorar e sustentar o bem-estar individual e coletivo[25]. (UNESCO, 2017, p. 2, tradução da autora).

O documento traz ainda preocupações sobre as desigualdades e vulnerabilidade social em vários países do mundo, que afetam milhões de jovens que não possuem oportunidade digna de escola, trabalho, habitação e outras oportunidades que influenciam diretamente num crescente desânimo dos jovens e falta de expectativas. Pontuamos que a vulnerabilidade social pode ser entendida, nesse contexto, como a condição de pessoas ou grupos que se encontram em situação precária e frágil, expostas a riscos diversos que ameaçam a própria existência e condições dignas de vida. Tal condição é produzida pelo contexto socioeconômico e político, e promove a desagregação e exclusão social.

Outro dado relevante demonstra que cerca de 90% da juventude se encontra conectada a alguma rede social, caminhando, segundo a UNESCO (2015), para a geração de jovens mais conectada e móvel da história da humanidade; desta forma, o documento aponta para questões da formação da subjetividade:

> Esta nova realidade em rede está mudando múltiplas facetas de nossa experiência cotidiana e está dando lugar ao surgimento de novas formas de construção da identidade, de comunicação e de compromisso social, cívico e político entre os jovens[26]. (UNESCO, 2017, p. 6, tradução da autora).

Mesmo considerando as diversidades e realidades diferentes em cada país da América Latina, a UNESCO (2017), nesse referido documento, menciona que os

---

[25] “De este modo, el estudio analisa la dimensión subjetiva de la identidad juvenil – y en particular su desvinculación de la educación – como parte de um esfuerzo por complementar los datos existentes sobre las estructuras, cobertura y efectividad de los sistemas nacionales de educación. También explora como las experiencias educativas dan forma a las culturas e identidades de la juventude, al igual que a sus actitudes sobre la educación y su potencial para mejorar y sostener el bienestar individual y colectivo.”

[26] “Esta nueva realidad en red está cambiando múltiples facetas de nuestra experiencia cotidiana y está dando lugar al surgimiento de nuevas formas de construcción de la identidad, de comunicación y de compromiso social, cívico y político entre las y los jóvenes”.

sistemas educativos atuais têm pouca capacidade de vincular os métodos educativos escolares e a aprendizagem de conteúdos com as experiências cotidianas dos jovens fora da escola. Tal contexto revela pouca relevância da educação formal como elo de ligação, tanto para as questões de mobilidade social do presente quanto para as do futuro.

Particularmente, esse cenário traz preocupações para a Organização Internacional do Trabalho (OIT), que assinala que essa tendência na área da educação e a falta de expectativas dos jovens afeta o nível de instrução dos mesmos, o que se traduz em baixa participação laboral no mundo todo (OIT, 2015, apud UNESCO, 2017). Observamos que tal preocupação visa a força de trabalho da classe trabalhadora, seguindo as novas tendências capitalistas e neoliberais, como demonstramos no capítulo anterior.

Dessa forma, as medidas propostas, em seu discurso para a América Latina, são garantir os direitos humanos das crianças e dos jovens, em primeiro lugar na instalação da educação fundamental, onde os Estados precisam garantir a gratuidade, igualdade e qualidade. E, em segundo lugar, "incorporar parte do ciclo obrigatório de escolarização da educação secundária"[27] (UNESCO, 2017, p. 7, tradução da autora), isso porque em relação ao direito à escolarização ainda existem claros mecanismos de discriminação e seleção que privilegiam algumas crianças e jovens e excluem outros.

Observamos, assim, que as metas da UNESCO colocam o estudante de nível secundário no centro do debate, ampliando para investigar e conhecer: Quem são os jovens e como é a vida cotidiana dos mesmos? Quais seriam as propostas educativas para atender a uma realidade tão heterogênia desse coletivo e que papel os jovens desempenham na dinâmica das instituições de ensino? Essas e outras questões poderiam ser feitas, visto que as respostas são escassas. E, de fato, podem permanecer escassas se não houver a escuta dos jovens: o que pensam, o que sentem, o que vivenciam no dia a dia e quais são seus sonhos, desejos e expectativas. Aqui, entendemos que escutar o jovem inclui, ainda, olhar para as condições socioeconômicas e culturais em que os mesmos estão inseridos, buscando recursos para melhorar tais condições.

[27] "Incorporar como parte del ciclo obligatorio de escolarización secundaria".

Nesse sentido, destacamos, na sequência, os três pontos prioritários tratados no documento. Vejamos.

Em primeiro lugar, trata de evidenciar as condições objetivas, econômicas, sociais e culturais, dos países da América Latina, que impactam nas questões estruturais das famílias e jovens, principalmente dos pertencentes às classes menos favorecidas, limitando a participação desses no ciclo educativo, promovendo a evasão escolar[28] no ensino secundário – uma realidade grave que assola também o Brasil, como apontam as pesquisas contínuas do IBGE sobre o tema, onde, segundo os últimos levantamento de dados, mais de um milhão de jovens entre as idades de 15 e 17 anos estão fora do sistema escolar (BRASIL, 2020).

Apontam, ainda (D'ALESSANDRE, 2017; CONTRERAS; LAFFERTE, 2017), questões relacionadas à violência urbana (tráfico de drogas, desigualdades e exclusão social), violência intrafamiliar e ruptura de vínculos, violência no ambiente escolar, alcoolismo, necessidade do jovem trabalhar para contribuir para a renda familiar, gravidez na adolescência, falta de sensação de pertencimento, estigmatização da juventude (discriminação, preconceitos), entre outros fatores que promovem o afastamento do jovem da escola secundária e que influenciam diretamente no processo de constituição da subjetividade. Podemos ainda considerar que tais fatores podem estar relacionados ao alto índice de suicídio entre os jovens, principalmente quando desencadeiam sintomas depressivos, como uma doença ou sintoma social (KEHL, 2015).

Nesse sentido, para exemplificar, consideramos importante destacar esse preocupante cenário sobre o suicídio entre jovens no mundo e no contexto brasileiro. O suicídio entre jovens de 15 a 29 anos, segundo a Word Health Organization (WHO), tem sido a quarta maior causa de morte no mundo (WHO, 2019), havendo um aumento nos casos de suicídio em função da grave crise sanitária da pandemia de COVID-19 e seus efeitos, principalmente sobre a população mais vulnerável, vítima das desigualdades socioeconômicas, em países como o Brasil.

No Brasil, segundo o Ministério da Saúde (2021), entre 2010 e 2019 o Brasil registrou 112.230 mortes por suicídio, sendo que isso significou um aumento expressivo de 43% no número anual de mortes no período supracitado, tendo

[28] Ver gráfico 1: "Porcentaje de adolescentes Y jóvenes desescolarizados, motivos de abandono escolar entre los adolescentes desescolarizados y configuración familiar de los adolescentes y jóvenes desescolarizados. América Latina, 18 países. Cca 2013" (UNESCO, 2017, p. 22).

destaque para uma maior incidência na Região Sul, Norte e Centro-Oeste. Entre os adolescentes, houve um aumento nas taxas de mortalidade por suicídio de 81% no período de 2010 para 2019, chegando a uma taxa de 6,4 suicídios por 100 mil adolescentes. A região Norte do país atingiu a taxa de 9,7 suicídios por 100 mil, entre jovens de 15 a 19 anos, a região Sul, 9,0, e a região Centro-Oeste, 9,8. Esses dados do Ministério da Saúde (2021) apontam para um aumento consistente no número de mortalidade por suicídio nos últimos 10 anos, com predominância entre os homens (por uso de métodos mais letais como a arma de fogo, por exemplo) e entre os jovens (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2021).

Outro destaque na pesquisa se refere às lesões autoprovocadas no Brasil, onde foi registrado o número de 124.909 lesões em 2019. Os jovens entre 15 e 19 anos atingiram uma taxa de 23,3%, e as pessoas entre 20 e 39 anos atingiram 46,3%, numa proporção maior entre a população de cor branca (47,3%). A forma de provocar a autolesão se dá principalmente por envenenamento, e em segundo lugar por objetos perfurocortantes. A predominância dessas lesões é maior entre as mulheres com menor grau de instrução e com idade entre 15 e 29 anos (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2021). Nesse contexto, além das altas taxas de suicídio e lesões autoprovocadas, apresenta-se o aumento de queixas de sintomas depressivos e elevação da ansiedade entre adolescentes e jovens brasileiros, com destaque significativo para jovens universitários que relatam quadro de ansiedade e pensamentos de suicídio (ANDIFES, 2022).

Assim, retomando o documento da UNESCO, observamos as recomendações deste aos governantes de cada país para que busquem estratégias adequadas para promover o bem-estar social em relação aos aspectos supracitdos, e os direitos dos jovens à escolarização, conforme as especificidades de cada região. Esse estudo encontra-se no primeiro capítulo do documento da UNESCO (2017), “A relação dos jovens com o sistema educativo ante o novo pacto de inclusão no nível médio”[29] (tradução da autora), de autoria de Vanessa D’Alessandre.

O segundo ponto abordado, e que consiste em interesse central para esta pesquisa, refere-se a demonstrar que, para que o Estado garanta o direito à educação, precisará considerar a dimensão subjetiva, conhecendo seus jovens em suas expectativas, projetos de vida e construção da identidade, especificamente

[29] “La relación de las y los jóvenes con el sistema educativo ante el nuevo pacto de inclusión en el nivel medio”.

considerando a era da globalização e da interconectividade. Essa questão é complexa merece atenção extrema, pois é necessário pontuar que essas políticas não são neutras e, como demonstramos no capítulo anterior, segundo Dardot e Laval (2016), o neoliberalismo tem se especializado no comportamento das pessoas, nas suas subjetividades e desejos, para governá-las, extraindo mais produtividade e eficiência para o mercado de trabalho.

Outro aspecto do documento da UNESCO se refere à sustentação de um diálogo entre docentes e estudantes, redefinindo o vínculo das instituições de ensino com os jovens. Considera, ainda, que a experiência educativa vivenciada pelo jovem incide sobre a formação identitária do mesmo. Assim, torna-se necessário "renovar a convicção de autoridades políticas sobre a educação como uma política abrangente: econômica, social e cultural"[30] (UNESCO, 2017, p. 10, tradução da autora).

Entretanto, resta saber a que educação o documento está se referindo: seria uma educação emancipadora, voltada para a construção de uma sociedade democrática, como teorizou Adorno? Ou uma educação que continue sob as imposições e o domínio de um pensamento hegemônico que se utiiza da ciência e da razão como instrumentos de controle e coerção da sociedade?

Por último, o documento trata do desafio para que a educação seja, de fato, inclusiva nos países da América Latina. Tal aspecto vai demandar entender as diferentes concepções de inclusão e transformações políticas e institucionais para que isso se materialize. Todas as três dimensões abordadas precisam estar entrelaçadas para um mudança significativa no campo educacional e social.

O documento, em seu segundo capítulo "A dimensão subjetiva dos processos de desescolarização: Debate atual sobre representações sociais e identidade na relação entre jovens e escola secundária"[31] (tradução da autora), baseado em pesquisas e literatura de vários autores e de autoria de Daniel Contreras e Miguel Lafferte, traz contribuições importantes para refletirmos.

Embora as políticas públicas em 18 países da América Latina tenham feito um movimento em relação à obrigatoriedade da escolarização secundária, com aumentos significativos nas taxas de matrículas, a evasão escolar também tem sido significativa.

---

[30] "renovar la convicción de las autoridades políticas acerca de lá educación como una política integral: económica, social y cultural.

[31] "La dimensión subjetiva de los procesos de desescolarización: Debate actual sobre representaciones sociales e identidad en la relación entre los jóvenes y la escuela secundária". No documento, entendemos que desescolarização se refere à evasão escolar e os motivos que levam a tal situação.

No Brasil, segundo esse estudo[32], o acesso ao nível médio segue apresentando baixas taxas de retenção: “No Brasil, além do mais, somam-se os efeitos da repetência, o que leva que 6% dos jovens de 21 a 23 anos, encontrem-se fora da idade adequada, cursando o nível médio”[33] (D’ALESSANDRE, 2017, p. 18, tradução da autora).

À medida que os autores supracitados vão apontando dados e realidades que tratam do problema de evasão escolar no ensino médio em vários países, retratam um cenário em pelo menos três segmentos: os jovens pertencentes às zonas rurais, indígenas e zonas urbanas marginalizadas, alertando para as características familiares e contexto socioeconômico dos jovens, bem como para as características das escolas e do sistema educativo:

> (...) não é possível dar conta desta realidade sem indagar sobre a dimensão subjetiva da desescolarização, quer dizer, sem considerar como as dimensões subjetivas relacionadas à configuração da identidade na adolescencia, juntamente com as expectativas dos jovens, influenciam esse processo. Tudo isso reinvindica considerar não somente as expectativas e representações que eles tem sobre a educação e o papel que esta ocupa no desenvolvimento dos seus projetos futuros, sem também dar conta da subjetividade dos estudantes em relação a sua própria experiência cotidiana na escola e, precisamente, como essa experiência alimenta a conformação do que eles esperam. Do mesmo modo, é necessário incluir na análise as expectativas dos docentes, enquanto atores que interagem significativamente com seus alunos, influenciando o processo de configuração de sua subjetividade.[34] (CONTRERAS; LAFFERTE, 2017, p. 42-43, tradução da autora).

O processo de formação da subjetividade funda-se na condição de como cada jovem vivencia e elabora tal processo. A tensão na relação com as práticas educacionais nas escolas secundárias surgem justamente quando se considera o

---

[32] Nessa pesquisa, o Brasil encontra-se na classificação: “Trajetórias escolares debilitadas”, ficando abaixo dos países: Chile, Peru, Bolívia, Venezuela, Colômbia, Equador e Argentina que se encontram na classificação: “Trajetórias escolares sólidas e extensas” (UNESCO, 2017, p. 20).

[33]“Em Brasil, además, se suman los efectos de la repitencia, lo que lleva a que el 6% de los jóvenes de 21 a 23 años se encuentre, fuera de la edad adecuada, cursanado el nivel medio.”

[34] “(...) no resulta posible dar cuenta de esta realidade sin indagar en la dimensión subjetiva de la desescolarización, es decir, sin considerar como influyen en este processo las dimensiones subjetivas relativas a la configuración de la identidad durante la adolescencia junto com las expectativas de las y los jóvenes. Todo esto reclama considerar no solo las expectativas y representaciones que ellos tienen sobre la educación y el papel que esta ocupa em el desarrollo de sus proyectos futuros, sino también dar cuenta de la subjetividad de los estudiantes em relación com su propia experiencia cotidiana de la escuela y, precisamente, como esa experiencia alimenta la conformación de aquello que esperan. Del mismo modo, es necesario incluir en el análisis las expectativas de los docentes, en tanto son actores que interactúan significativamente com sus estudiantes, incidiendo en el proceso de configuración de su subjetividad.”

jovem como um agente passivo, moldável, buscando uma homogeinização, ou ainda estigmatizando alguns jovens.

A meritocracia individual, no ambiente escolar, também é apontada como fator desestimulante entre os mesmos, além de condutas autoritárias de docentes. Esse aspecto da competitividade e a condição “moldável” foram amplamente questionados e criticados por Theodor Adorno, como demonstramos no capítulo anterior, já que a educação, segundo o autor, precisa emancipar o sujeito, desenvolvendo sua capacidade reflexiva para construir uma sociedade democrática:

> [...] gostaria de apresentar a minha concepção inicial de educação. Evidentemente não a assim chamada modelagem de pessoas, porque não temos o direito de modelar pessoas a partir do seu exterior; mas também não a mera transmissão de conhecimentos, cuja característica de coisa morta já foi mais do que destacada, mas a produção de uma consciência verdadeira. Isso seria inclusive da maior importância política; sua ideia, se é permitido dizer assim, é uma exigência política. Isto é: uma democracia com o dever de não apenas funcionar, mas operar conforme seu conceito, demanda pessoas emancipadas. Uma democracia efetiva só pode ser imaginada como uma sociedade de quem é emancipado. (ADORNO, [1971]2020, p. 154).

Nesse sentido, ao se incluir a dimensão da subjetividade no processo de desescolarização, pelo menos três argumentos merecem destaque: a concepção de que a adolescência é um período quando o desenvolvimento da autonomia se constitui num valor desejado pelos jovens; a concepção de que o espaço da escola média produz significados e sentidos que incidem não só sobre a permanência do jovem na escola, mas também na sua identidade, expectativas, projetos de vida e percepções que esses têm da escola, assim como os professores também possuem percepções ou representações a respeito dos jovens; e, com base nas anteriores, como a escola deve olhar e atender aspectos como: a função da educação na formação dos jovens; a experiência na escola como uma prática de vida, o lugar de socialização e conteúdos simbólicos que influenciam no bem-estar, na subjetividade, na identidade e na possibilidade de significar as experiências vividas. Tais aspectos de apreensão da subjetividade apontam para questões qualitativas cujo processamento para a elaboração de políticas, no campo da educação, é mais complexo. Portanto, há o risco dessa análise ficar parcial ou incompleta, dependendo do caminho metodológico escolhido para essas análises (CONTRERAS; LAFFERTE, 2017).

Com base nesse estudo da UNESCO e em nossa investigação sobre a subjetividade do jovem adolescente, salientamos a importância de se conhecer o processo de formação da subjetividade, considerando as transformações e configurações socioculturais, econômicas e políticas em cada época, ao mesmo tempo que é necessário compreender a arquitetura social diante do fenômeno da globalização. Esses aspectos foram investigados e demonstrados nos capítulos anteiores.

Da mesma forma que buscamos estudar a subjetividade na cultura digital, o supracitado estudo da UNESCO (2017) aponta para a cultura digital como uma nova cultura adolescente. A forma como os jovens adolescentes habitam o espaço virtual, o modo como interagem com as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), a nova estrutura de linguagem e a naturalização e permeabilidade entre as esferas do virtual e do real são ressaltados como características dessa nova cultura adolescente:

> No contexto tecnocultural atual, a relação entre o mundo real e o mundo virtual não pode ser entendido como um vínculo entre dois mundos independentes e separados, que eventualmente conincidem em um ponto, mas como uma banda de Moebius, onde não existe um dentro e um fora e onde é impossível identificar limites entre ambos[35] (SITEAL, 2014, apud CONTRERAS; LAFFERTE, 2017, p. 47, tradução da autora).

Assim, observamos que a internet se tornou uma parte da dimensão expressiva e narrativa dos jovens, permitindo a possibilidade de desempenharem distintos papeis. A internet, portanto, acaba sendo um espaço de interação que muitas vezes favorece a abordagem de certos temas e confidências que os adolescentes não abordariam de outra maneira em função da inibição. Desse modo, conseguem driblar os julgamentos de valor que poderiam se apresentar de forma mais direta na presença física de alguém. As redes sociais fornecem ainda uma sensação de liberdade e autonomia aos seus usuários.

A cultura digital como uma nova cultura adolescente é um tema que precisa ganhar mais atenção no campo da educação em suas diversas especificidades, em especial na construção de politícas educacionais que realmente atendam aos interesses dos jovens. Aspecto que também precisa estar entrelaçado com a saúde

---

[35] “En el contexto tecnocultural actual, la relación entre el mundo real y el mundo virtual no puede entenderse como un vínculo entre dos mundos independientes y separados, que eventualmente coincidem en un punto, sino como una cinta de Moebius, donde no existe un adentro y un afuera, y donde es imposible identificar limites entre ambos.”

mental da juventude brasileira, que ganha novos contornos na cultura digital, como salientamos no primeiro capítulo, sobre a construção da subjetividade.

A seguir, buscaremos investigar a realidade que se apresenta com o novo ensino médio no Brasil, enquanto política pública e projeto de sociedade para a juventude.

3.2 O JOVEM ADOLESCENTE ANTE AS PROPOSTAS DO NOVO ENSINO MÉDIO (LEI Nº 13415/2017): A DIMENSÃO SUBJETIVA NEOLIBERAL

O denominado Novo Ensino Médio (NEM) começa oficialmente a ser implantado nas escolas neste ano de 2022, com o discurso que coloca o jovem adolescente como protagonista[36] e sujeito livre para fazer suas escolhas – no entanto, tal liberdade ocorre dentro das escolhas feitas previamente e ofertadas pelas redes de ensino, acerca dos itinerários-percursos propostos pela reforma que se materializou pela Lei 13.415/17 e pela produção da BNCC (Base Nacional Comum Curricular).

Identificamos, a partir da análise de fatos e documentos sobre a reforma do ensino médio posteriormente demonstrados nesse texto, que o discurso segue a linha da racionalidade neoliberal – que, num processo histórico, é resultado de proposições estratégicas no contexto social e educacional, na formação-modelagem do sujeito neoliberal, conforme já demonstramos e analisamos anteriormente.

Alinhadas às políticas neoliberais para a educação brasileira, configuram-se as reformas para o ensino médio, nas últimas décadas, mais especificamente a partir de 1990, com foco no desenvolvimento e no adestramento de habilidades e competências exigidas para o trabalho produtivo em suas novas formas de organização.

Em meio a esse contexto, pouco ou nada se fala sobre adolescência e processo de subjetivação do jovem adolescente e suas condições, na idade entre 14

---

[36] “O ano de 1985, declarado pela Organização das Nações Unidas (ONU) como Ano Internacional da Juventude: participação, desenvolvimento e paz, se constituiu como marco para a produção de um discurso sobre protagonismo juvenil presente na maioria das políticas de integração propostas pelos organismos internacionais no período de 1985-2005. No Brasil, nos anos de 1990, o enunciado protagonismo juvenil foi incorporado, primeiramente pela Fundação Odebrecht, depois pelo Instituto Ayrton Senna e pelo Instituto Internacional para o Desenvolvimento da Cidadania (IIDAC)”. (SANTOS; MARTINS, 2021, p. 11).

e 17 anos, para fazer suas escolhas antecipadas num processo de formação em que o próprio jovem não se sente, por vezes, em condições de decidir. Dessa forma, conforme o estudo desenvolvido nos capítulos anteriores desta dissertação, chamamos a atenção para a complexidade da passagem adolescente, afirmando que esses aspectos precisam ser considerados, no ensino médio, antes de se colocar no jovem toda a ênfase em se responsabilizar, individualmente, por suas escolhas e assumir para si a resolução de problemas produzidos pela sociedade – ao custo de que, se fracassar, a culpa é remetida, principalmente, a ele a à escola, de acordo com o conceito de sujeito empresa ou homem-empresa (DARDOT; LAVAL, 2016) que passa a governar e a vigiar a si mesmo, numa condição de alienação e servidão voluntária.

Com o objetivo de problematizar a ênfase no protagonismo juvenil vinculada à ilusão de autonomia de escolha, demonstramos como o jovem segue sendo adaptado à lógica neoliberal e à ordem social burguesa, num ensino articulado ao sistema do atual mercado de trabalho que segrega e marca ainda mais as desigualdades sociais entre jovens de classes menos favorecidas, estudantes de escolas públicas e jovens pertencentes às classes mais favorecidas e que geralmente são estudantes de escolas particulares.

Tal condição continua indo na direção do que Adorno já apontava ao falar de educação e semiformação, que buscava formar indivíduos conformados e adaptados, numa sociedade administrada que se fundamenta numa educação técnico instrumental (ADORNO, [1971]2000) que visa eficiência através aquisição de competências, sem se preocupar com o desenvolvimento do pensamento reflexivo, intelectual e filosófico. Desta forma presenciamos um prejuízo simbólico, ou seja, pouca circulação da palavra ou narrativas crítico-reflexivas, como condições estruturantes do ser humano, segundo a Psicanálise.

Vejamos, a seguir, uma breve contextualização das políticas educacionais e reformas do ensino médio, materializados na Lei 13.415/17, e suas implicações para o processo formativo educacional e para a subjetividade dos jovens adolescentes brasileiros.

3.2.1 Breve contextualização das políticas educacionais neoliberais brasileiras e reformas para o ensino médio a partir da década de 1990

Pautadas por um discurso sobre a necessidade de qualificação de trabalhadores para o processo de modernização do país, atendendo às novas formas de organização social e do trabalho produtivo, localizamos as políticas educacionais para o ensino médio, principalmente a partir da década de 1990. Tais políticas, influenciadas pelas ideias neoliberais que se difundiam mundialmente, tinham como objetivo desenvolver a economia do país, assim como a estrutura de produção vinculada às tecnologias e o desenvolvimento do mercado (AZEVEDO, 2004). Assim, as reformas no ensino, para garantir a mão de obra qualificada para o mercado de trabalho, enfatizavam a técnica e o ensino profissionalizante.

Retomamos, portanto, as reformas educacionais, a partir do governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998/1999-2002) que, no contexto histórico da época, assumiam contornos influenciados por políticas internacionais e pelo processo de redemocratização após a ditadura civil-militar:

> Diversas reformas educacionais foram promovidas no governo FHC, como a redefinição dos currículos, através dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs); o estabelecimento de um Conselho Nacional de Educação; a projeção de políticas avaliativas, como o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e o Exame Nacional de Cursos (Provão); a regulamentação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), principal política educacional da gestão de Fernando Henrique Cardoso; e a implementação da Lei de Diretrizes e Bases (LBD) nº. 9.394/96, que tivera ainda em 1988 um processo conflituoso de tramitação, marcado, sobretudo, por fortes embates de caráter político e ideológico. (DALLAGNOL, 2022, p. 12).

Diante dessas reformas, segundo Dallagnol (2022), havia divergências, principalmente sobre o papel do Estado a ser desempenhado na educação, bem como sobre a natureza da reforma que seriam implantadas a partir da nova Lei de Diretrizes e Bases (LDB) da Educação Nacional.

Em 1996, a aprovação da Lei nº 9.394/1996 (LDB) incluiu o ensino médio na educação básica, alinhando-se às políticas do Banco Mundial no que se refere à preparação para o trabalho e para a cidadania. Na sequência, foi promulgado o decreto nº 2.208, em 1997, autorizando a fragmentação do ensino médio e educação profissional que passaram a ser ofertados de forma independente ou concomitante,

com currículos próprios. E foi articulado o currículo de ambos ao setor produtivo e suas demandas para o mercado de trabalho, a partir do estabelecimento, em 1998, das Diretrizes Curriculares para o Ensino Médio (SANTOS; MARTINS, 2021).

A partir de 2004, já no Governo Lula, foi sancionado o decreto nº 5.154 que buscou rearticular o ensino médio ao ensino técnico, com o objetivo de centrar a formação na ciência, cultura e trabalho. Entretanto, prevaleceram os interesses ideológicos empresariais, dando continuidade à fragmentação, com ofertas pela iniciativa privada, de educação profissionalizante, amparadas pela Lei 11.079/2004 que regulamentava a parceria público-privada (SANTOS; MARTINS, 2021).

No Governo Dilma, em 2011, outros programas educativos, com foco na profissionalização, foram implantados, entre eles: o PRONATEC (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego) e a priorização dos cursos profissionalizantes ofertados pelo SENAI. Também foi nesse governo, em 2015, que se deu início à elaboração da BNCC – Base Nacional Comum Curricular[37], que seguiu em dois momentos no Governo Temer: a BNCC da Educação Infantil e Fundamental, em 2017, e a BNCC do Ensino médio, em 2018, conforme as alterações já realizadas na LDB em função da Lei 13.415/2017 (SANTO FILHO *et al*., 2019; SANTOS; MARTINS, 2021).

Com as medidas adotadas nesses governos supracitados, podemos observar que:

> Tornou-se perceptível o intrínseco vínculo entre o padrão de qualidade estabelecido na década de 1990 e os princípios inferidos pela ideologia política dominante na referida conjuntura. A ascensão do neoliberalismo acarretou um novo redirecionamento econômico e social, que veio a interferir no contexto educacional. Princípios como liberdade individual, eficiência e qualidade passaram a se articular de forma incisiva nos documentos e discursos proferidos nesse contexto histórico. Podemos considerar que, assim como nas demais estruturas da sociedade, a educação se viu absorvida pelos arranjos neoliberais, que objetivaram o controle, a regulamentação e a busca pela qualidade associada às demandas mercantilizadas. (DALLAGNOL, 2022, p. 13).

Também, podemos reconhecer que tais medidas em relação ao ensino médio oportunizaram, para os jovens adolescentes brasileiros, a integração do ensino médio à educação profissionalizante, via políticas que ampliaram a oferta de vagas para tais

[37] A elaboração inicial da BNCC em 2015 atendia a Constituição de 1988, a LDB/1996 e o Plano Nacional de Educação de 2014, segundo Santos e Martins (2021), recebendo influências dos setores empresariais (ONG Movimento pela Base Nacional Comum).

alunos. Nesse sentido, as taxas de matrícula, no ensino médio[38], de 1985 para 1994, tiveram um crescimento de 68,2% em média em todas as regiões do país, sendo ainda o ensino noturno o responsável por aproximadamente 60% do total dessas matrículas (INEP, 1996, p. 18-19).

A partir do exposto, observamos que os setores empresariais passaram a influenciar o processo de reformas e políticas educacionais, articulando aos interesses do mercado produtivo de trabalho, principalmente no ensino médio. Também passaram a ganhar força com o Movimento Todos pela Educação (TPE), fundado em 2006, cuja integração do Estado com esse movimento ocorreu (no governo de Luiz Inácio Lula da Silva) pela criação do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). Tal movimento instituiu uma agenda educacional sob o interesse do capital e, portanto, dos empresários, para a formação dos trabalhadores (SANTOS; MARTINS, 2021, p. 7).

Em contrapartida, na luta em defesa do ensino médio e contra os ataques à educação pública, surge mais tarde, em 2014, o Movimento Nacional em Defesa do Ensino Médio, composto por várias entidades, entre elas: a Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação (ANPED); o Centro de Estudos Educação e Sociedade (CEDES); a Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (ANFOPE); a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE); o Fórum Nacional de Diretores das Faculdades de Educação (FORUMDIR); a Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE); o Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica (CONIF); a Sociedade Brasileira de Física (SBF); Ação Educativa e a Campanha Nacional pelo direito à Educação (CORTI, 2019, apud SANTOS; MARTINS, 2021, p. 6).

Em 2016, no governo de Michel Temer, teve início a reforma do chamado novo ensino médio a partir da medida provisória nº 746/2016, que foi impulsionada pelo Movimento Todos pela Educação e seu discurso sobre a necessidade, em caráter de urgência, de melhorias na qualidade da educação. No ano seguinte, o presidente

---

[38] Matrículas e taxa de crescimento do ensino médio, no Brasil, de 1985 a 1994 (MEC/SEDIAE/SEEC) Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/estatisticas_da_educacao_basica_no_brasil.pdf. Acesso em: 10 maio 2022.

Michel Temer sancionou a Lei nº 13.415. Tal reforma, segundo autores como Silva (2018), Ferretti (2018), Santos e Martins (2021), entre outros, trouxe retrocessos para a educação do ensino médio, principalmente para a classe trabalhadora, acentuando a fragmentação e dualidade nos currículos e propostas que já estavam vigorando, empobrecendo ainda mais o ensino em questão.

Dessa forma, os autores supracitados (FERRETTI, 2018; SILVA, 2018; SANTOS; MARTINS, 2021), com os quais concordamos, vão apontando várias questões que precisariam ser consideradas numa reformulação do ensino médio, mas que ficam à margem; entre elas, citamos: as condições estruturais das escolas públicas; a dificuldade de acesso às tecnologias e à internet, principalmente as Tecnologias da Informação e Comunicação; a valorização e formação dos professores; as desigualdades sociais e econômicas dos jovens adolescentes (jovens das classes trabalhadoras e jovens pertencentes à elite) e suas famílias; a oferta de vagas e o financiamento da educação; o acesso à educação, principalmente nas cidades de interior com menor infraestrutura; a diversidade da juventude brasileira; a desigualdade territorial; a sobrecarga para os professores; o foco no desenvolvimento de competências e habilidades dos alunos, secundarizando o conhecimento como base do currículo e enfatizando o saber fazer; estrutura curricular que não promove a reflexão crítica do aluno e o desenvolvimento de sua autonomia; o discurso autoritário na construção dos processos de reforma educacionais, entre outros. Acrescentamos ainda que também ficam à margem as condições psíquicas, o processo de formação da subjetividade e a saúde mental dos alunos, quando o assunto é reformulação do ensino médio.

3.2.2 A Lei 13.415/17 e suas implicações no processo formativo educacional e na subjetividade dos jovens estudantes brasileiros

Num primeiro momento, a publicação da MP[39] 746/16, que se converteu posteriormente na Lei 13.415/17, no Governo de Michel Temer, trouxe mudanças em

[39] A MP 746 constitui “a etapa semifinal de um processo iniciado em 2013 por meio de um Projeto de Lei (6840/2013) apresentado por uma Comissão Especial da Comissão de Educação da Câmara dos Deputados. Apesar de o PL 6840 ter sido alvo de questionamento por parte da sociedade civil, especialmente do Movimento em Defesa do Ensino Médio, elementos dele constantes estão presentes

dois sentidos: na reformulação curricular e na redefinição do financiamento público para o ensino médio.

Na reformulação curricular, houve a divisão deste em: formação básica comum (com a extinção da obrigatoriedade de disciplinas como Sociologia e Filosofia) e itinerários formativos, subdivididos em cinco áreas de conhecimento: Matemática, Linguagens, Ciências Humanas, Ciências da Natureza e Formação Técnica e Profissional. Ao estudante, ficou reservado o “direito de escolha” de um itinerário; entretanto, tal escolha fica atrelada a quem escolhe antes, ou seja, a instituição de ensino, pois cada escola decide quais itinerários irá ofertar, podendo inclusive disponibilizar somente um desses itinerários. Nesse primeiro momento, a obrigatoriedade estava situada somente no ensino de Língua Portuguesa e Matemática durante os três anos de ensino médio, e na adoção do Inglês como língua estrangeira obrigatória.

Nas questões curriculares da MP 746/16, foram definidas outras questões, como: a ampliação da carga horária para 1200 horas anuais, indicando um tempo de 7 horas diárias; e a contratação de docentes considerados de “notório saber” (sem formação superior especializada).

No aspecto do financiamento e dos recursos para o ensino médio – questão bastante criticada por vários autores da educação –, a Medida Provisória em questão prevê o uso de recursos públicos destinados ao setor privado, para que esse disponibilize o itinerário de Formação Técnica Profissional, ampliando também a parceria com o setor privado com a finalidade de ofertar parte do percentual da carga horária na modalidade de ensino a distância (EAD): “Configura-se, assim, a hegemonia de uma perspectiva pragmática e mercantilizada do ensino médio público” (SILVA; SCHEIBE, 2017, p. 27).

A partir da publicação da MP 746/16, com as mudanças acima mencionadas, testemunhamos a juventude, principalmente do ensino público, ocupar suas escolas, demonstrando sua discordância em relação a alguns pontos, a saber: a não obrigatoriedade do ensino de Sociologia e Filosofia; a autorização para contratação de pessoas de “notório saber” para atuarem como professores (sem qualificação prévia) nos cursos profissionalizantes e de formação técnica, e principalmente um

---

na Lei 13.415, com modificações, o principal dos quais se refere à constituição dos denominados percursos formativos, ainda que bastante modificados” (FERRETTI, 2018, p. 26).

manifesto, marcado pela indignação, ante uma reforma educacional do ensino médio por meio de atos autoritários. Além dos estudantes, inúmeras entidades científicas, como a ANPEd, a ANFOPE e a FORUMDIR, fizeram críticas e manifestos públicos e, justamente desses atos de resistência, nasceu o Movimento Nacional em Defesa do Ensino Médio, como já citado neste texto.

Assim, observamos que os manifestos, as críticas e as ocupações de escolas públicas e universidades, bem como as 11 audiências públicas, também marcadas por inúmeras polêmicas, produziram alguns efeitos na conversão da MP 746/16 na Lei 13.415/17 em 16 de fevereiro de 2017. Algumas alterações foram feitas no documento, por exemplo: as áreas que integram o currículo tiveram a expressão “e suas tecnologias” incluída, conforme o artigo 35 da LDB; a carga horária ficou definida em cinco horas diárias, totalizando 3.000 horas no ensino médio; os conteúdos de Filosofia, Sociologia, Arte e Educação Física passaram a ter obrigatoriedade sob a forma de “estudos e práticas” (SILVA, 2018). E ainda:

> (...) os itinerários formativos serão ofertados em conformidade com as “possibilidades dos sistemas de ensino” sem assegurar, portanto, a tão proclamada escolha e protagonismo dos estudantes; (...) foi incluída a possibilidade de que os sistemas de ensino firmem convênios com instituições de educação a distância com vistas à oferta de cursos que serão integralizados na carga horária total do ensino médio. (SILVA, 2018, p. 4-5).

Além dessas questões, permanece como determinação da Lei 13.415/17 que, no ensino médio, o currículo compõe-se pela BNCC (Base Nacional Curricular), bem como pelos Itinerários formativos. Assim, o Art. 3º da Lei nº 9.394/96, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 35-A:

> Art. 35-A. A Base Nacional Comum Curricular definirá direitos e objetivos de aprendizagem do ensino médio, conforme diretrizes do Conselho Nacional de Educação, nas seguintes áreas do conhecimento:
>
> I- Linguagens e suas tecnologias;
> II- Matemática e suas tecnologias;
> III- Ciências da natureza e suas tecnologias;
> IV- Ciências humanas e sociais aplicadas. (BRASIL, 2017).

Uma das questões que tem sido debatida e se materializa em vários artigos recentes é se é necessária uma base nacional comum curricular para o ensino médio,

e quais suas implicações para os jovens estudantes. A BNCC, nesse sentido, vem assumindo uma natureza prescritiva:

> Uma listagem de objetivos sequenciados temporalmente, como acabou constando do Documento da BNCC é expressão de uma dimensão regulatória e restritiva e reforça a ideia de que se trata de algo que conduz a uma formação sob controle. (SILVA, 2018, p. 45).

Tal política curricular prescritiva, aliada aos processos avaliativos do Estado que buscam aumentar os resultados positivos obtidos pelos alunos nos exames – de acordo com o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) –, assume o ponto central de que um dos objetivos da BNCC do ensino médio passa a ser o de definir os conteúdos para garantir rendimento favorável nessas avaliações.

Visando os processos avaliativos e o desenvolvimento de competências para atender às necessidades do mercado de trabalho, observamos que a BNCC ignora as desigualdades educacionais existentes no Brasil e acaba por ampliá-las, desconsiderando também as diversidades e as subjetividades dos jovens adolescentes:

> Diante de todos os cuidados em se tomar a diferença como elemento central nas proposições sobre currículo, respeitando a multiplicidade de formas de se viver a infância e a juventude, a proposta de Base Nacional Comum Curricular vai justamente em sentido oposto ao entendimento de que enfrentar as desigualdades passa por respeitar e atentar para a diferença e diversidade de todos os tipos, desde a condição social até as diferenças étnico-raciais, de gênero, sexo, etc. A padronização é contrária ao exercício da liberdade e da autonomia, seja das escolas, seja dos educadores, seja dos estudantes em definirem juntos o projeto formativo que alicerça a proposta curricular da escola. (SILVA, 2015, p. 375).

Assim, dentro do discurso de liberdade de escolha concedida aos jovens, no novo ensino médio, no que se refere à escolha do itinerário formativo desejado pelo estudante, pontuamos que o jovem adolescente é livre para escolher dentro de uma caixa oferecida e pré-estabelecida pelo próprio sistema educacional – ou seja, é livre para se encaixar dentro da caixa. Isso porque é a rede de ensino que, dentro de suas condições, decide qual ou quais itinerários poderá ofertar e qual o número de vagas numa turma que, ao ser preenchida, obrigará o aluno a aceitar outro itinerário formativo que não é do seu desejo. Ou, ainda, restará ao jovem procurar outra escola que esteja ofertando o itinerário almejado.

O discurso de liberdade de escolha é uma falácia, e isso é fato. A verdade é que a classe menos favorecida nunca teve o direito de escolha, fazendo parte de uma realidade histórica bem diferente das classes mais favorecidas, no Brasil, onde as possibilidades de escolhas já estão sendo ofertadas, nas diversas escolas privadas, há muito tempo.

Mesmo que a possibilidade de escolha seja objetiva em algumas escolas, chamamos a atenção ainda para outros aspectos e questionamentos relevantes que também não estão sendo considerados: qual é a condição emocional de um jovem adolescente, nessa idade em torno de 14 e 17 anos, para escolher e ter certeza do itinerário formativo a percorrer? Se o jovem “escolher” e se arrepender, poderá reavaliar a sua escolha? Terá direito de mudar sua opção original? Que mecanismos estão previstos ou sendo desenvolvidos, para ajudar o jovem adolescente no seu processo de subjetivação, que poderiam ajudá-lo em seu autoconhecimento e capacidade crítica para fazer escolhas?

Essas e outras questões que possam ter um olhar e uma escuta voltada ao jovem adolescente pouco interessam às ideias e lógicas empresariais-neoliberais que, como mencionamos no início do texto, foram permeando e influenciando a configuração do ensino médio, desde a década de 1990. Tais objetivos não estão voltados à juventude em si, mas estão fundamentados na demanda de qualificação e competências dos trabalhadores para o trabalho produtivo (que vem modificando as formas de organização social) e no longo processo de modernização do país.

Portanto, no campo da educação básica brasileira, essas ideias vêm impondo uma lógica mercantil, desigual e excludente para a escola e ensino público. Assim, observamos que os dispositivos que fundamentam as proposições da BNCC giram em torno das competências, cuja definição inclui a aquisição de conhecimentos e conceitos, desenvolvimento de habilidades e atitudes, além de valores, na resolução de demandas cotidianas, promovendo o exercício da cidadania, articuladas ao mundo do trabalho (BRASIL, 2018, apud SILVA, 2018, p. 9). Dessa forma, destacamos:

> (...) uma concepção de formação humana marcada pela intenção de adequação à lógica do mercado e à adaptação à sociedade por meio de uma abstrata noção de cidadania. Esse discurso é marcado, também, pelo não reconhecimento da dimensão da cultura como elemento que produz, ao mesmo tempo, a identidade e a diferença. (...) consolida uma perspectiva de educação escolar que contraditoriamente, promete e restringe a formação para a autonomia. (...) Evidencia-se um tratamento formal das "diferenças", ao mesmo tempo em que persegue a padronização e integração. A noção de competências, por sua origem, polissemia e fluidez, viabiliza a adequação do discurso a esses imperativos. (SILVA, 2018, p. 11).

Assim, a noção de competências como base da formação para a juventude delineia uma perspectiva que visa critérios como: adaptação, utilitarismo, eficiência, produtividade, acúmulo de informações, entre outros, assumindo um caráter de administração da formação, ou melhor, semiformação – condição de não reflexão aprofundada e de não desenvolvimento do pensamento crítico que a formação cultural requer.

Nesse cenário, portanto, é que se encontra o ensino médio: uma arena onde o que se disputa é a formação da juventude, numa ausência total de um projeto de sociedade verdadeiramente voltado aos jovens adolescentes brasileiros.

Em estudos mais atuais, já com a implantação do novo ensino médio nas escolas brasileiras, encontramos a recente publicação: "A implementação do novo Ensino Médio nos estados" (2022), que compõe uma tríade em conjunto com outros dois dossiês: "A reforma do Ensino Médio em questão" (2017), e "O que esperar do Novo Ensino Médio?"[40] (2022). Ambos apresentam uma coletânea de artigos de pesquisadores da área da educação, retratando inicialmente o cenário na implantação do ensino médio nas escolas-piloto em alguns estados e posteriormente o cenário da implantação oficial desta reforma em toda rede de ensino. Tais estudos revelam uma forte e fundamentada crítica a essa legislação que impõe o Novo Ensino Médio (e que tem sido denominada, por vários educadores, como contrarreforma), como antecipa o editorial: "Educação pública e popular se constrói com democracia e participação social" (2020), ao falar do grave desmantelamento, seja do plano político econômico, cultural, social ou educacional do país, principalmente com o golpe de Estado de 2016 e com ações do governo Bolsonaro (2019-2022) no campo da Educação.

---

[40] Ver a tríade de dossiês que foi publicada pela Revista Retratos da Escola, sendo o primeiro dossiê no volume 11, número 20 em 2017; o segundo dossiê no volume 16, número 34 em 2022 e o último também no volume 16, porém número 35 do mesmo ano.

O elemento comum nesses trabalhos, como mencionamos anteriormente nesta dissertação, referem-se a pouca participação da comunidade escolar (estudantes, professores, sindicatos) na elaboração dos conteúdos do NEM e a forte presença do setor empresarial em toda a implementação da reforma, visando a mercantilização da educação pública. Outro elemento comum de destaque nos artigos enfatiza a promoção ainda mais acentuada da desigualdade social no Brasil.

Assim, o NEM vai se configurando numa educação que não garante uma formação geral consistente, uma vez que retirou conteúdos importantes para a formação, como supracitamos, e não forma para o mercado de trabalho, pois oferece uma educação fragmentada, de pouca qualidade e de acesso restrito a poucos estudantes. Assim, temos uma contrarreforma a serviço do capital sob a égide do discurso neoliberal, numa precarização que se acentuou ainda mais com a pandemia COVID-19 e com os ataques frequentes à educação, às universidades, à ciência e ao trabalho dos docentes.

Esses estudos e movimentos dos pesquisadores e educadores em torno das questões políticas educacionais do Brasil resultaram na formulação de dois documentos, de suma importância para fazer frente ao desmantelamento da educação: a “Carta Aberta pela revogação da reforma do ensino médio (Lei 13.415/2017)”, que leva a assinatura de mais de 250 instituições (sindicatos, associações, fóruns, entre outros); e a “Carta de Natal – CONAPE da Esperança”, que destaca a defesa da democracia, os direitos humanos e sociais, a importância da educação de qualidade e a soberania popular.

Em meio às críticas à contrarreforma do ensino médio, às políticas curriculares e à BNCCEM, entendemos que:

> Os processos de definição e execução das políticas públicas educacionais são imbuídos de tensões inerentes ao jogo de forças que envolve a luta de amplos setores e interesses sociais, processos estes que refletem as contendas da tessitura política que configuram determinadas concepções e grupos, e que repercutem nas relações entre o Estado e as demais esferas da vida social. As políticas curriculares são permeadas de controvérsias e disputas em torno de projetos formativos, não sendo possível compreendê-las como um campo neutro, como resultado de prescrições eminentemente técnicas. (MOTTA; SILVA; BARBOSA, 2022, p. 3).

Entre essas disputas de projetos societários, encontram-se os adolescentes, dos quais boa parte está fora do sistema escolar, conforme já citamos anteriormente (BRASIL, 2020). Isso revela o quanto a realidade dos jovens está desvinculada da

educação secundária que vem sendo ofertada, como demonstra o documento da UNESCO (2017) que analisamos no início deste capítulo, enfatizando o desânimo crescente dos jovens e a falta de perspectivas para o futuro: um cenário de exclusão e desagregação social.

Em síntese, constatamos que as políticas públicas educacionais e a BNCC do Ensino médio se fundamentam numa concepção pragmática e instrumental da educação, pautada numa semiformação da juventude por competências dissociada do conteúdo, secundarizando o conhecimento de várias áreas, entre elas o conhecimento da ciência, cultura, linguagens, mídias e tecnologias, arte, entre outras.

Dessa forma, o valor passa a se localizar em um saber prático, privando a maioria dos jovens da democratização do conhecimento e da possibilidade de desenvolver um pensamento crítico. Assim, voltamos ao discurso de moldar os jovens para que se tornem futuros trabalhadores, dóceis, alienados e acríticos que atendam a lógica do setor produtivo. Assim, a BNCCEM segue uma concepção reducionista e instrumental dos conteúdos, alicerçado nos mecanismos de mercantilização da educação e nos interesses privatistas do Estado, pois:

> (...) observa-se um giro epistemológico que torna os pressupostos da BNCCEM irreconciliáveis com os princípios de uma educação pública, democrática e de qualidade. O modelo de currículo padronizado tende a ignorar as condições adversas e desiguais das escolas, conferindo ênfase a uma perspectiva que oculta o cerne de suas problemáticas, podendo agravar ainda mais as desigualdades educacionais. (MOTTA; SILVA; BARBOSA, 2022, p. 12).

O objetivo de discutir os aspectos supracitados é de questionar o discurso neoliberal, que há muito tempo vem ditando as políticas públicas educacionais e o ensino médio, bem como vem moldando a juventude. Assim, torna-se necessário repensar a política atual para o ensino médio, bem como conceber um projeto de sociedade para a juventude brasileira, escutando os jovens adolescentes em seus diversos contextos sociais, considerando o processo de subjetivação deles e o mal-estar que tal cenário vem produzindo para os nossos jovens.

Aqui retomamos as contribuições e preocupações de Theodor Adorno sobre a educação, convertendo a formação cultural em semiformação, num processo deformativo que ganhou força pela indústria cultural na modernidade e que, na supermodernidade, temos chamado de cultura digital e massas digitais. Adorno chamava a atenção para que a comunidade escolar pudesse tomar consciência desse

processo para fazer frente a ele, promovendo uma educação de valorização social, cultural, intelectual e política, voltada ao esclarecimento, à autoconsciência e à desbarbarização. O alicerce da práxis pedagógica precisaria se fundamentar na autocrítica dos professores, em sua formação continuada e de toda a comunidade escolar, incluindo-se as autoridades que elaboram as políticas educacionais.

Dessa forma, pensar um projeto de sociedade exigiria repensar a função e o espaço da escola para atuar numa transformação da realidade e não apenas num espaço de formação, muito menos de semiformação e mediocridade (ADORNO, 2000). Demandaria a busca por uma educação e um projeto que superasse o conformismo, a passividade e a indiferença (aspectos que revelam a pulsão de morte) e que buscasse a desburocratização e se colocasse à trabalho, num investimento libidinal pelo desenvolvimento de autonomia e emancipação do sujeito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Investigar e problematizar as condições das novas formas de subjetividade dos adolescentes na cultura digital, em sua complexidade clínica e educacional, impreterivelmente nos coloca diante de questões ético-políticas, numa articulação entre social e individual, analisando as novas configurações do laço social midiatizadas.

Destacando aspectos da construção social e produção de um imaginário social sobre adolescência, retomando a passagem adolescente em seu aspecto estrutural, observamos como o adolescente vai construindo novos modos de nomeação e significação de si a partir dos dispositivos ofertados pela cultura de sua época, buscando reinventar para si um novo lugar no laço social.

> Costumamos dizer que a operação psíquica da adolescência produz efeitos ético-políticos na história do sujeito e da cultura porque, justamente, trata-se de advir, por meio dessa operação, a possibilidade de o jovem ler a herança recebida polissemicamente, construindo suas próprias questões a partir da herança que recebeu. (GURSKI; PERRONE, 2021).

Agora, diante de uma nova configuração, na cultura digital, revela-se uma nova cultura adolescente, cuja arquitetura social, totalitária, homogeneizante e massificadora encontra-se sob a lógica do capital e discurso neoliberal que coloca ideais inalcançáveis para o chamado sujeito de si mesmo (DARDOT; LAVAL, 2016), contribuindo para o adoecimento mental dos adolescentes.

Esse discurso neoliberal, entrelaçado com o poder persuasivo das redes na internet e como um sistema normativo, foi adentrando em todas as esferas da vida e relações sociais, avançando também no campo da educação. Assim, buscamos aprofundar as políticas educacionais neoliberais, pensando o modo como incidem na subjetividade juvenil. Tema que se constituiu num percurso desafiador, instigante, necessário e complexo, principalmente ao trazer para a cena o mal-estar da juventude e o agravamento do sofrimento psíquico, numa dimensão sociopolítica desse sofrimento, cujas manifestações se revelam nas altas taxas de suicídio e lesões autoprovocadas, conforme dados dos últimos anos (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2021), bem como no expressivo aumento de queixas relativas ao adoecimento psíquico, como demonstramos nesta pesquisa (ANDIFES, 2022).

Ao demonstrar esse contexto, no qual esses episódios de manifestações sintomáticas também são identificados no ambiente escolar, gostaríamos de chamar a atenção para o enfrentamento dessas questões que precisam ser tratadas no âmbito institucional e coletivo, uma vez que o sujeito adolescente se situa numa estrutura discursiva, ou seja, num enlace com o campo do Outro (FREUD, [1921]2010). Assim, identificar e intervir sobre o mal-estar juvenil requer uma compreensão de como as mudanças ocorridas na sociedade brasileira influenciam os modos de subjetivação dos adolescentes forjados no laço social.

O mal-estar na sociedade, observado por Freud (1930) em seu texto “O mal-estar na civilização”, constitui-se até hoje uma importante dimensão para pensar a cultura e a vida em sociedade, uma vez que para fazer frente ao sentimento de desamparo promovidos pela pulsão e pelas forças da natureza, o sujeito necessita de um sentimento de segurança, pertencimento e reconhecimento social. Portanto, o mal-estar amplia a problemática do laço social em seu paradoxo: é fonte de mal-estar ao mesmo tempo que constitui o sujeito em meio às relações e discursos sociais, onde esse sujeito está inserido e participa (LACAN, [1969]1992).

Tratar dessas questões implica destacar que no Brasil, desde o golpe de 2016 e mais precisamente a partir das eleições de 2018, fomos presenciando um projeto político segregacionista, autoritário, perverso, negacionista e incitador da violência, ou seja, fonte de mal-estar social. Um projeto muito bem articulado que foi promovendo o desmonte do amparo do Estado do bem-estar social, cujas consequências se revelam no aumento de pessoas que passam a viver em condições de vulnerabilidade, não só de condições materiais essenciais para uma vida digna, mas também de uma fragilização e degradação simbólica e cultural que coloca em risco o pacto civilizatório, como alertava Freud (1930).

Tais aspectos destacados se agravaram e caminharam juntos com a produção de um genocídio no período em que enfrentamos a pandemia de COVID-19. Testemunhamos, assim, a ascensão de movimentos conservadores e reacionários no Brasil, numa verdadeira necropolítica (MBEMBE, 2018) ou política de morte – onde o poder político e social desse governo, por meio de suas ações e principalmente omissões, criou condições de desigualdades, exclusão e precariedade da vida que praticamente definiu quem deveria viver ou morrer, ou pior ainda: fazer morrer os que vivem em condições menos favorecidas.

Tais condições habitam um cenário de aceitabilidade por boa parte da população: eis a crise humanitária, da qual tanto se falou, enquanto as pessoas morriam, desassistidas e desamparadas sob os deboches de seu líder, calculadamente para parecer estúpido. Líder este que também foi promovendo uma polarização entre os cidadãos, no caminho da barbárie. Dessa forma, pensar sobre o processo de identificação com um líder como este e suas consequências no laço social, bem como as consequências de sua necropolítica, é um ofício onde podemos situar a Psicanálise, na interlocução com outras áreas, principalmente a Educação e a Política.

Assim, nesse contexto, trouxemos as contribuições da Teoria Crítica e da Psicanálise como um discurso crítico, sistemático e subversivo para pensar: os modos de sofrimento articulados à economia psíquica e à ordem social; as mudanças estruturais da nossa cultura na era digital, bem como as mudanças discursivas no campo da educação sob a influência da racionalidade neoliberal (DARDOT; LAVAL, 2016; MARRACH, 1996) que produzem modalidades de laço social, na supermodernidade, atravessando a vida psíquica de nossos adolescentes.

Diante dessas questões, não podemos deixar de falar do desejo de fascismo que, segundo Gurski e Perroni (2021), retomando as contribuições de Gambetti (2019), aponta para a possibilidade de estarmos diante de um novo tipo de fascismo, enquanto um fenômeno global, associado ao neoliberalismo:

> Trata-se de uma mistura de nacionalismo, xenofobia, racismo, lideranças carismáticas, identitarismo reacionário e políticas antiglobalização regressivas, que podem assumir diferentes vestes e que afrouxam naturalmente os vínculos de solidariedade e compartilhamento entre os sujeitos, produzindo efeitos nocivo para a vida em comunidade. (GURSKI; PERRONI, 2021, p. 2).

No Brasil, observamos esse movimento à medida que cresce a expansão política da extrema-direita, cujos efeitos vem produzindo um individualismo exacerbado e uma aceitação social da violência nas relações. Assim, observamos uma naturalização da violência, preconceitos, segregação e eliminação das pessoas indesejadas, ou seja, aquelas que “pensam diferentes de mim”. Nesse sentido, exclui-se e menospreza-se a reflexão crítica e o debate político que poderia produzir formas de pacificação das diferenças. Nasce aí a estupidez e a intolerância à autoridade. O desejo de fascismo, portanto, pode ser investigado a partir das fantasias

inconscientes, da construção de nosso imaginário e incitação do gozo com a eliminação do outro: “o desejo de fascismo é relativo ao gozo que se apresenta como um empuxo em direção à totalidade, um gozo que busca fazer Um do Outro, criando uma espécie de antilaço social” (GURSKI; PERRONI, 2021, p. 3).

Esse contexto cria condições prejudiciais à constituição dos jovens, uma vez que ameaça as instituições democráticas, levantando as bases de uma educação repressiva, em suas novas faces e diversas formas de controle e repressão social (SCHLESENER, 2021). Ainda, destrói a polissemia nas relações educacionais sob o esteio de regimes totalitários, submetendo o jovem adolescente a um desamparo discursivo. Tal condição pode levar o sujeito a buscar as certezas totalitárias, uma vez que estas se mostram assustadoramente sedutoras.

A referida situação se agrava ainda mais para os jovens que se encontram na extrema pobreza e vulnerabilidade social, pois estes ficam submetidos à tônica dessa política perversa que é produtora de intolerância, preconceitos, violência e morte.

Nesse sentido, trouxemos nesta pesquisa as críticas a uma educação instrumentalizada que sob o discurso neoliberal totalitário aniquila a dimensão política da vida, dificultando para o adolescente, em sua operação psíquica, a produção do novo para a cultura e para si, enquanto sujeito desejante. A educação instrumentalizada destitui o sujeito, impossibilitando que este compareça com sua voz, posição política e singularidade, promovendo o esvaziamento de sua subjetividade.

Portanto, no contexto da sociedade supermoderna, com a perda das filiações simbólicas, produção do hiper individualismo, desamparo e empobrecimento das experiências e seus modos de transmissão (BENJAMIM, [1933]1994), os sujeitos adolescentes passam a se inscrever e a se representar por si mesmos, numa condição abstrata e confusa, muitas vezes não se reconhecendo vinculados ou pertencentes à dimensão coletiva do laço social.

Nesse sentido, podemos falar de uma crise na educação, visto que com o empobrecimento dos modos de transmissão, observamos a perda de autoridade das gerações anteriores, o que também apaga as diferenças entre estudantes e professores. Há, portanto, uma horizontalização das relações que compromete a função da educação num processo civilizatório: sai de cena a transmissão e a autoridade, e entra a movimentação perversa da sedução que faz recusa à castração como condição estruturante do sujeito e da civilização.

Outro ponto que buscamos investigar ao longo desta pesquisa refere-se à operação entrelaçada entre as Tecnologias da Informação e Comunicação e a racionalidade neoliberal, pois dispositivos como as redes sociais se tornaram poderosas ferramentas políticas, influenciadoras de opinião e difusoras de informações, mesmo das *Fake News*, principalmente sob o domínio tecnocrático. Observamos como a propagação das propagandas publicitárias assumiu a função de promover a cultura do consumo e do espetáculo.

A internet trouxe a era informacional, assim como trouxe para o internauta uma nova posição: aquele que decide sobre a veracidade das informações e a propagação delas nas suas redes. Entretanto, essa decisão não é exatamente própria e natural da experiência do sujeito: ela é controlada e induzida pelos algoritmos que exercem poder sobre o sujeito, como já demonstramos nesse estudo.

A partir dos estudos de Adorno e Horkheimer, observamos como a comunicação de massa foi se ampliando durante o século XX. Assim, dos meios tradicionais de comunicação de massa, que eram o rádio, a TV e jornais impressos, cuja informação era destinada a todos os espectadores passivos, chegamos ao advento e ao dinamismo da internet. As Tecnologias da Informação e Comunicação produziram novas modalidades de conexões e de laços sociais que vem reconfigurando as subjetividades. Tal cenário exige novas pesquisas e novas abordagens conceituais para pensar o sujeito que surge da produção algorítmica e o sofrimento psíquico gerado pelas vivências nas redes, sob um refinado controle que escapa a nossa percepção.

O contexto que surge e que procuramos demonstrar é como o neoliberalismo associado às novas tecnologias se especializou em modos de produção de subjetividades, capturando o desejo (DARDOT; LAVAL, 2016) e o olhar dos indivíduos na superindústria do imaginário (BUCCI, 2021).

Para tal, retomamos a indústria cultural e a política fascista que, segundo Adorno (1969), foram se apropriando dos conceitos e conhecimentos psicanalíticos, como: o processo de identificação, libido, fenômeno de massa, a noção de desejo ou propensão espontânea ao fascismo, entre outros, entendendo a manipulação do desejo inconsciente como um aspecto primordial para potencializar essa propensão espontânea para o fascismo nas massas. Adorno firmava que o fascismo “define uma área psicológica que pode ser explorada de forma bem-sucedida pelas forças que o promovem por razões de interesse próprio” (ADORNO, [1969]2015, p. 186).

Assim, o modelo fascista de propaganda buscava uma dimensão da linguagem, em sua forma mais pragmática, instituindo formas de poder e persuasão, utilizando os conceitos da psicanálise, porém eliminando o seu potencial crítico e emancipador: “O desejo psicológico inconsciente de autoaniquilação reproduz fielmente a estrutura de um movimento político que, em última instância, transforma seus seguidores em vítimas” (ADORNO, [1969]2015, p. 152).

Lembramos que a linguagem precede e constitui o sujeito, podendo ser transformada num campo que controla e define as ações do sujeito. Nesse sentido, os modos de subjetivação dos sujeitos são efeitos dos discursos em cada época e suas técnicas que, sob o domínio do poder hegemônico, produzem a alienação dos sujeitos. O neoliberalismo foi mais adiante, se infiltrando nas estruturas da linguagem que modelam os sujeitos – o sujeito de si mesmo ou sujeito empresa – e as formas de relações sociais (DARDOT; LAVAL, 2016).

Trouxemos esse contexto, neste estudo, discutindo os ideais propagados na sociedade neoliberal e as novas formas de laços sociais, considerando o efeito das imagens imperativas midiáticas e publicitárias, da cultura digital, sobre o psiquismo dos adolescentes, na travessia adolescente, quando o jovem é convocado a se deparar com o real do corpo e da sexualidade, nessa passagem dos laços familiares para os laços sociais.

Observamos que o adolescente ainda representa o ideal social em nossa cultura e as imagens produzidas pelo mercado publicitário corroboram para aprisionar e manter o jovem nessa posição. Os efeitos disso se revelam numa perda da condição desejante, as quais podemos identificar em manifestações como: tristeza, desânimo, apatia frente a vida, ou seja, um sujeito que se recolhe diante dos embates fálicos que a vida social exige. Nesse sentido que a depressão, como sintoma social, em um mundo acelerado, revela o descompasso entre as demandas sociais e o sujeito.

Assim, pensar a condição do jovem adolescente inserido numa sociedade como a nossa se torna essencial para refletir sobre os caminhos da educação, pois esta pode promover a autonomia e emancipação ou pode conduzir à barbárie e dominação, ou à alienação da juventude e de toda uma sociedade, segundo Adorno (2000).

Esse aspecto pudemos presenciar, no Brasil, nas eleições para presidente da república, neste ano de 2022. Eleições marcadas por violência, polarização e intolerância que se agravaram logo após o resultado das eleições, ante a vitória da

frente ampla democrática, representada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Para exemplificar, citamos uma notícia que foi circulando nas redes sociais com o seguinte título: “Colégios da elite vivem surto de protestos e agressões a favor de Bolsonaro em Curitiba” (2022). A matéria traz vídeos desses jovens do Ensino Médio dentro dos colégios, relatando vandalismo, xingamentos, hostilização aos professores, bullying em relação aos colegas e seus familiares que apoiaram o candidato Lula. Em grupo de WhatsApp, o jornalista teve acesso, por meio de prints de tela, à fala: “Quem será o herói que vai matar Lula”. Segundo o conteúdo da notícia, o motim teria sido orquestrado por pais e jovens bolsonaristas, por meio de aplicativo, para hostilizar petistas (GALINDO, 2022).

A partir desse exemplo ocorrido nas escolas de elite, podemos refletir sobre a construção de identidades e sua relação com o apoio a governantes fascistas em nossa sociedade. Será que esses jovens têm consciência do que foi o período de ditadura que ocorreu no Brasil e o que significam governos fascistas? Estamos diante de uma juventude alienada? A democracia deixou de ser exercida e compreendida nos ambientes escolares, uma vez que observamos, em alguns grupos, essa tendência a ignorar processos democráticos?

Tomando o Ensino Médio para pensar essas questões, a partir dos autores que citamos no capítulo três desta dissertação, observamos como essa etapa da educação básica sempre foi fragmentada, desde as políticas educacionais a partir de 1990, como já demonstramos anteriormente, ou seja, temos um EM para a classe burguesa dominante e um EM para a classe trabalhadora. Assim como essa fragmentação se revela também nas disciplinas e conteúdos onde, cada vez mais, observamos um esvaziamento de sentido filosófico, científico, artístico, entre outros, visto que constatamos um tecnicismo e um ensino instrumentalizado esvaziado de sentido. Dessa forma, percebemos uma fragilidade e instabilidade das políticas educacionais, numa falta de projeto de um país que considere a formação econômica-social e que não seja seletiva e excludente.

A fragmentação se constitui em um instrumento político para a dominação da classe trabalhadora, servindo aos interesses das classes dominantes, inviabilizando o Ensino Médio como um percurso para a reflexão crítica e emancipação, mantendo, assim, a ideologia, hegemonia e controle estrutural da sociedade, numa desvinculação da escola com a realidade, onde as vivências dos alunos e sua compreensão de mundo é pouco considerada. Assim como a formação ético-política

de nossos jovens é mutilada, numa estrutura historicamente precarizada e ambígua da educação que separa o trabalho intelectual do manual, valorizando a cultura técnica em detrimento da cultura geral (CARVALHO, 2021).

Portanto, nesta dissertação, buscamos compreender como se dá a constituição do sujeito, analisando a função das instituições de ensino na formação da subjetividade da juventude, bem como incluindo as Tecnologias da Informação e Comunicação nesse processo, uma vez que esses aspectos, tornam-se um entrelaçamento praticamente indissociável em nosso tempo: a era digital. Conforme demonstramos, as mídias não são neutras – muito pelo contrário, são poderosas ferramentas e exercem um efeito na formação das pessoas e na direção da educação, principalmente se estiverem sob o domínio de políticas fascistas, ameaçando as bases de uma sociedade democrática.

Aproximando-nos do momento de concluir este trabalho investigativo, não podemos deixar de destacar, mais uma vez, o texto de Theodor Adorno (1969), “A educação após Auschwitz”, em que ao retomar o genocídio nazista, que havia sido arquitetado cientificamente para eliminar certas categorias de sujeitos, considerados como dejetos, a educação assume prioritariamente a função de impedir o retorno da barbárie via emancipação do sujeito. Aspecto este que, quando se instalam movimentos reacionários e conservadores no Brasil, permeados pelos discursos de ódio, demonstram o quão próximos da barbárie nos encontramos, pois a morte a que se referia Adorno era para além da morte dos corpos: a morte em vida, o apagamento do sujeito efetuado por um estado totalitário.

Nesse sentido, testemunhamos o retrocesso na educação no Brasil, lançando alguns jovens adolescentes na arena das políticas de morte, e talvez aqui possamos até dizer que a barbárie na educação já chegou. Então, como, de fato, podemos pensar os caminhos para a desbarbarização? Como pensar uma educação emancipatória no nosso tempo? Será que precisamos rever a forma como nos relacionamos com o passado para pensar a trajetória de um futuro, como nos apontou Adorno ([1971]2000) ao falar sobre a elaboração do passado? Mas como fazer isso diante de um negacionismo histórico surpreendente e da mudança na relação com a verdade, que temos presenciado e que nada contribuem para a elaboração do passado?

Uma das questões que observamos e que se constitui num desafio para a educação e suas políticas educacionais localiza-se em fortalecer e talvez até

reconstruir as bases da democracia, reposicionando a juventude numa participação ativa e consciente no cenário social político, considerando a dimensão da singularidade e subjetividade do sujeito adolescente para que ele se autorize a produzir sua própria versão, cujo ponto de partida são as marcas originais herdadas.

Outra questão pontuada nesta pesquisa se refere ao que tem deixado tão difícil para os jovens imaginar, sonhar o futuro e encontrar (ou construir) um sentido para a vida, para a própria existência. Tal dificuldade se revela nos inúmeros diagnósticos, principalmente de depressão e ansiedade, e no excesso de medicalização ante o sofrimento psíquico. Além da evasão escolar que entendemos como um sintoma do mal-estar da juventude.

Assim, o questionamento que buscamos, a partir da Teoria crítica e da Psicanálise, é como reinventar condições para que essas novas gerações não sejam compelidas a repetir ecolalicamente uma história que se apresenta morta e que, dessa forma, não fica passível de elaboração e reinvenção? Como fazer o novo, o diferente, a partir das variáveis sociais, culturais, políticas, econômicas e educacionais que temos? Questões como essas me inquietam e abrem possibilidades para novas investigações e debates.

Nesse cenário, entendemos que as práticas escolares educacionais não podem se apequenar ou recuar diante das condições que os jovens adolescentes se encontram na nossa sociedade e que fomos demonstrando ao longo desta investigação. Entendemos que se faz necessário uma escuta maior e mais refinada, para além da ordem da consciência, das dificuldades enfrentadas pela juventude brasileira, na constituição da subjetividade e de um lugar para existir enquanto sujeitos desejantes.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola**. Dicionário de filosofia**. Tradução (1. ed.): Alfredo Bosi, Revisão da tradução e tradução de novos textos: Ivone Castilho Benedetti. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007. Disponível em: https://ead2.iff.edu.br/pluginfile.php/160169/mod_resource/content/1/Dicion%C3%A1rio%20de%20Filosofia%20-%20Nicola%20Abbagnano.pdf. Acesso em: 5 maio 2022.

ADORNO, Theodor W. **Educação e Emancipação**. Tradução: Wolfgnag Leo Maar. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2020 [1971].

ADORNO, Theodor W. **Sociologia.** São Paulo: Ática, 1993.

ADORNO, Theodor W. **Indústria cultural.** Tradução: Vinicius Marques Pastorelli. São Paulo: Editora Unesp, 2020 [1972].

ADORNO, Theodor W. **Dialética do Esclarecimento: fragmentos filosóficos.** /Theodor W. Adorno, Max Horkheimer; Tradução: Guido Antônio de Almeida. Rio de Janeiro: Zahar, 1985 [1969].

ADORNO, Theodor W. **Ensaios sobre a psicologia social e psicanálise**. Tradução de Verlaine Freitas. 1ª Ed. São Paulo: Editora Unesp, 2015 [1969].

AMIGO, Silvia. **Clínica dos fracassos da fantasia**. Rio de janeiro: Companhia de Freud, 2007.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILLI, Pablo (Orgs.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23. Disponível em: http://www.unirio.br/unirio/cchs/ess/Members/giselle.souza/politica-social-ii/texto-1-balanco-do-neoliberalismo-anderson. Acesso em: 10 maio 2022.

ANDIFES. **Andifes debate saúde nas universidades federais**. 2022. Disponível em: https://www.andifes.org.br/?p=94640 Acesso em 20 de outubro de 2022.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

ARIÈS, Philippe; DUBY, G. **História da Vida Privada: Da Revolução Francesa à Primeira Guerra.** V. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1991 [1984].

AZEVEDO, Janete M. Lins de. **A Educação como Política Pública**. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2004.

BARAN, Paul A.; SWEEZY, Paul M. **Capitalismo Monopolista: ensaio sobre a ordem econômica e social americana**. Tradução: Waltensir Dutra. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

BARBOSA, Alexandre *et al*. Cidades Inteligentes no contexto da quarta revolução industrial. In: **A quarta revolução Industrial: inovações, desafios e**

oportunidades. Cadernos Adenauer XXI, Rio de Janeiro, Fundação Konrad Adenauer, v. 1, p. 9-33, 2020.

BÁRCENA, Pedro Menoyo. **Etimologia: adolescer**, 2022. Disponível em: http://etimologias.dechile.net/?adolecer. Acesso em: 10 maio 2022.

BAUDRILLARD, Jean. **A sociedade de Consumo**. Tradução: Artur Morão. Lisboa: Edições 70, LDA, 2008. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/613769/mod_resource/content/1/BAUDRILLARD_1995_A_sociedade_de_consumo.pdf Acesso em: 11 maio 2022.

BENJAMIN, Walter. Experiência e pobreza. In: BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas: magia, técnica, arte e política**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BERARDI, Franco. **Depois do futuro**. Tradução: Regina Silva. São Paulo: Ubu Editora, 2019 [2009].

BIAGI, Orivaldo Leme. Juventude e Rebeldia nos Anos 60 e 70 do Século XX-A Problemática do Conceito de Contracultura**. MOMENTUM**, v. 1, n. 11, p. 93-112, 2013.

BIRMAN, Joel. **Mal-estar na Atualidade: a psicanálise e as novas formas de subjetivação**. 13. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial [da] União**, CXXXIV, n. 248, p. 27.833-27.841, 23 dez. 1996.

BRASIL. Lei 13.415. Altera as Leis (...) e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. **Diário Oficial da União**, 17 fev. 2017, a, Seção 1, p. 1.

BRASIL. MEC/INEP. **Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação** (PNE), 2020. Brasília, DF, 2020. Disponível em: https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/acervo-linha-editorial/publicacoes-institucionais/plano-nacional-de-educacao/relatorio-do-3o-ciclo-de-monitoramento-das-metas-do-plano-nacional-de-educacao-2020 Acesso em 22 de julho de 2021.

BRASIL. Senado Federal. Comissão Mista da MP 746/2016. **Parecer 95/2016 do Senador Pedro Chaves sobre Projeto de Conversão da MP 746 em Lei**. Brasília, nov. 2016. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/11/30/comissao-mista-aprova-mp-que-reestrutura-o-ensino-medio. Acesso em: 24 de fev. de 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2015. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/. Acesso em: 24 fev. 2022.

BRASIL. **Marco legal: saúde, um direito de adolescentes**. Ministério da Saúde. Secretaria de atenção à saúde. Área de saúde do adolescente e do jovem. Brasília:

Editora do Ministério da Saúde, 2007. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/07_0400_M.pdf. Acesso em: 01 out. 2022.

BRASIL FURT FEST. **O que é Furry?** 2022. Disponível em: https://brasilfurfest.com.br/furry/. Acesso em: 9 maio 2022.

BRESSANIN, Cézar Evangelista Fernandes; ALMEIDA, Maria Zeneide Carneiro Magalhães. Reflexões e contribuições de Theodor Adorno para a educação. **Revista Cocar**, Pará, v. 14, n. 29, maio/ago. 2020, p. 623-645. Disponível em: https://doaj.org/article/e8c65a89a6b8415187eea03f9cc89fa9 Acesso em: 10 maio 2022.

BUCCI, Eugênio. **A superindústria do imaginário: como o capital transformou o olhar em trabalho e se apropriou de tudo que é invisível**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

BUCCI, Eugênio; KHEL, Maria Rita. **Videologias: ensaios sobre televisão.** São Paulo: Boitempo, 2004.

CALLIGARIS, Contardo. **A adolescência**. São Paulo: Publifolha, 2000.

CARDOSO, Irene. A geração dos anos de 1960: o peso de uma herança. **Tempo Social – Revista de sociologia da USP**, v. 17, n. 2, nov. 2005, p. 93-107. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ts/a/BSVVw9SLHbrnnYNRgGtMjJp/?format=pdf&lang=pt Acesso em: 20 abr. 2022.

CARVALHO, Marcio Bernardes de. **Educação fragmentada: o ensino médio que nos foi negado**. Tese de doutorado. Orientador Pedro Leão da Costa Neto. Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2021, p. 419. Disponível em: https://tede.utp.br/jspui/handle/tede/1847. Acesso em: 10 set. 2022.

CASSIO, Fernando; GOULART, Débora Cristina. Dossiê. A implementação do Novo Ensino Médio nos estados. **Revista Retratos da Escola.** Escola de Formação da Confederação Nacional dos trabalhadores em Educação, v 16, n. 35, maio/ago. 2022. Brasília: CNTE,2022.

CGI.br/NIC. BR. Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (CETIC.br). Indivíduos, por último acesso à internet. In: **Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios brasileiros**. TIC Domicílios, 2019. Disponível em: https://cetic.br/pt/tics/domicilios/2019/individuos/C2/. Acesso em: 10 maio 2022.

COELHO, Taysa. Soft Girl, VSCO Girl e eGirl: o que significa cada um dos estilos. **Portal APP Geek**, 2022. Disponível em: https://www.appgeek.com.br/soft-girl-vsco-girl-egirl/ Acesso em: 11 maio 2022.

CONTRERAS, Daniel; LAFFERTE, Miguel. La dimensión subjetiva de los processos de desescolarización: debate actual sobre representaciones sociales e identidad en la relación entre los jóvenes y la escuela secundaria. In: **Adolescentes y jóvenes en**

realidades cambiantes: Notas para repensar la educación secundária en América Latina. UNESCO. París, Francia, 2017. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000247578 Acesso em: 10 maio 2022.

COUTINHO, Luciana Gageiro. **Adolescência e errância: destinos do laço social no contemporâneo**. Rio de Janeiro: Nau FAPERJ, 2009.

CUNHA, Célio; SOUZA, José Vieira; SILVA, Maria Abádia. **O método dialético na pesquisa em educação**. Campinas, SP: Autores Associados/Brasília, DF: Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, UnB, 2014.

D'ALESSANDRE, Vanesa. La relación de las y los jóvenes con el sistema educativo ante el nivel medio. In: **Adolescentes y jóvenes en realidades cambiantes: Notas para repensar la educación secundária en América Latina.** UNESCO. París, Francia, 2017. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000247578. Acesso em: 10 maio 2022.

DALLAGNOL, Raquel. **Discursos e ações acerca da qualidade da educação: O Governo Fernando Henrique Cardoso e a influência internacional**. Universidade Federal da Fronteira Sul, UFFS/Brasil, 2022, p. 1-16. Disponível em: https://anpae.org.br/IBERO_AMERICANO_IV/GT6/GT6_Comunicacao/RaquelDallagnol_GT6_integral.pdf. Acesso em: 11 fev. 2022.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. Tradução: Mariana Echalar. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016 [2009].

DARDOT, Pierre *et al*. **A escolha da guerra civil: uma outra história do neoliberalismo**. Tradução de Márcia Pereira Cunha. São Paulo: Elefante, 2021.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Tradução: Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DIAS, Vanina Costa; LIMA, Nádia Laguárdia de; TEIXEIRA, Luiz Henrique de Carvalho. O contexto brasileiro de inclusão digital: posições, tendências e políticas públicas. In: LIMA, Nádia Laguárdia de; BERNI, Juliana Tassara; DIAS, Vanina Costa (Orgs.). **A escola navega na web: que onda é essa**? Belo Horizonte: Universo & Cidade, 2019.

DUARTE, Rodrigo. Apresentação à edição brasileira. In: ADORNO, Theodor W. **Indústria cultural**. Tradução: Vinicius Marques Pastorelli. São Paulo: Editora Unesp, 2020, p.15-16.

DUNKER, Christian. **A psicanálise e o neoliberalismo: entrevista com Caterina Koltai, Christian Dunker, Maria Rita Kehl, Nelson da Silva Jr., Paulo Endo e Rodrigo Camargo.** Por: Bruna Coelho; Daniela Smid e Pedro Ambra. Lavra Palavra, 19 maio 2017. Disponível em: https://lavrapalavra.com/2017/05/19/a-psicanalise-e-o-neoliberalismo-entrevista-com-caterina-koltai-christian-dunker-maria-rita-kehl-nelson-da-silva-jr-paulo-endo-e-rodrigo-camargo/. Acesso em: 1 out. 2022.

DUNKER, Christian. Prefácio. In: GOLDENBERG, Leonardo, AKIMOTO, Cláudio (orgs.) **O sujeito na era digital: ensaios sobre psicanálise, pandemia e história**. 1. ed. São Paulo: Edições 70, 2021.

DUNKER, Christian. **Sofrimento narcísico digital: quando as redes sociais mostram nosso espelho**. Blog do dunker, 2019. Disponível em: https://blogdodunker.blogosfera.uol.com.br/2019/09/13/sofrimento-narcisico-digital-quando-as-redes-sociais-mostram-nosso-espelho/. Acesso em: 4 set. 2022.

FÁVERO, Altair Alberto *et al*. O protagonismo dos estudantes na reforma do Ensino Médio: de que protagonismo estamos falando? In: KÖRBES, Cleci; FERREIRA, Eliza Bartolozzi; SILVA, Mônica Ribeiro; BARBOSA Renata Peres (Orgs.). **Ensino Médio em pesquisa**. Curitiba: CRV, 2022. p. 215-228.

FERREIRA, Gabrielle. O que é soft girl? Veja o que significa a nova moda e estilo da Internet. **TechTudo**, out. 2019. Disponível em: https://www.techtudo.com.br/noticias/2019/10/o-que-e-soft-girl-veja-o-que-significa-a-nova-moda-e-estilo-da-internet.ghtml Acesso em: 11 maio 2022.

FERRETTI, Celso João. A reforma do Ensino Médio e sua questionável concepção de qualidade da educação. **Estudos avançados**, v. 32, p. 25-42, 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ea/a/RKF694QXnBFGgJ78s8Pmp5x./ Acesso em: 02 fev. 2022.

FONSECA, Alexandre Brasil. Indústria 4.0 e desigualdades. In: **A quarta revolução Industrial: inovações, desafios e oportunidades. Cadernos Adenauer XXI**, Rio de Janeiro, Fundação Konrad Adenauer, v. 1, p. 143-163, 2020.

FREUD, Sigmund. Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. In: **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, v. 10, 1990 [1915(1905)].

FREUD, Sigmund. A Interpretação do Sonhos (II) e Sobre os Sonhos. In: STRACHEY, Lytton (Ed.). Tradução: Jayme Salomão. **Edição Standart Brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. v. 5. Rio de Janeiro: Imago, 1996 [1900].

FREUD, Sigmund. Psicologia das massas e análise do Eu. In: IANNINI, Gilson; TAVARES, Pedro Heliodoro. **Cultura, sociedade, religião: o mal-estar na cultura e outros escritos**. Tradução de Maria Rita Salzano Moraes. Obras incompletas de Sigmund Freud. Belo Horizonte: Autêntica, 2020 [1921].

FREUD, Sigmund. Psicologia de grupo e a análise do Ego. In: **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, v. XVIII, 1996 [1921].

FREUD, Sigmund. O Ego e o Id. In: **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, v. 19, 1996 [1923].

FREUD, Sigmund. O mal-estar na civilização. In: **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, v. 21, 2006 [1930].

GALINDO, Rogério. Colégios da elite vivem surto de protestos e agressões a favor de Bolsonaro em Curitiba. **Plural Curitiba**, Vizinhança, out. 2022. Disponível em: https://www.plural.jor.br/noticias/vizinhanca/agressoes-bolsonaristas-colegios-curitiba/. Acesso em: 31 out. 2022.

GENNARI, Adilson Marques. Globalização, neoliberalismo e abertura econômica no Brasil nos anos 90. **Pesquisa & Debate**, São Paulo, v. 13, n. 1-21, p. 30-40, 2001. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/277096929_Globalizacao_neoliberalismo_e_abertura_economica_no_Brasil_nos_anos_90. Acesso em: 15 mar. 2021.

GERMANO, Idilva Maria Pires; MOURA, Maria Camila Gabriele. A difusão das redes sociais digitais e as novas expressões do eu**. Revista de Psicologia**, v. 8, n. 2, jul-dez 2017. Disponível em: http://www.periodicos.ufc.br/psicologiaufc/article/view/19276 Acesso em: 12 maio 2022.

GUIMARÃES, Ana Rosa Gonçalves de Paula; PRÓCHNO, Caio César S. As principais características e atitudes do movimento Romântico. **Letras & Ideias**, João Pessoa, v. 1, n. 1, p 6-85, 2016. Disponível em: https://docslib.org/doc/7064151/as-principais-caracter%C3%ADsticas-e-atitudes-do-movimento-rom%C3%A2ntico Acesso em: 12 jul. 2021.

GUIMARÃES, Gilselene Garcia; GRINSPUN, Mirian Paura Sabrosa Zippin. Revisitando as origens do termo juventude: a diversidade que caracteriza a identidade, 31ª reunião anual da ANPED. **Anais [...].** Caxambu (MG), 2008. Disponível em: https://www.anped.org.br/sites/default/files/gt20-4136-int.pdf Acesso em: 12 maio 2022.

GURSKI, Rose. **Três ensaios sobre a juventude e a violência**. 1. ed. São Paulo: Escuta, 2012.

GURSKI, Rose. Prefácio. In: LIMA, Nádia Laguárdia; BERNI, Juliana Tassara; DIAS, Vânia Costa. **A escola navega na web: que onda é essa?** Belo Horizonte: Universo & Cidade, 2019.

GURSKI, Rose; PERRONE, Cláudia Maria. O jovem ‘Sem Qualidades’ e o Desejo de Fascismo: enlaces entre psicanálise, educação e política. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 46, n. 1, p. 1-19, 2021. Disponível em: https://www.scielo.br/j/edreal/a/K7wQDRFx74pRY9WTxs566tx/ Acesso em: 10 set. 2022.

GURSKI, Rose; STRZKALSKI, Stéphanie; PERRONE, Cláudia Maria. O despertar da adolescência, o suicídio juvenil e as atuais políticas de morte: questões para o campo da educação. **Tempo Psicanalítico**, Rio de Janeiro, v. 52, n. 2, p. 357-383, 2020,

Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0101-48382020000200017. Acesso em: 10 jul. 2022.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais**. Estatísticas da Educação Básica no Brasil** - Extraído do Relatório para a Conferência Internacional de Educação em Genebra,1996. p. 1-25. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/estatisticas_da_educacao_basica_no_brasil.pdf Acesso em 12 fev. 2022.

KANT, Immanuel. **Textos seletos**. Tradução do original alemão: Raimundo Vier. Tradução dos demais textos: Floriano de Souza Fernandes. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1985. Disponível em: https://ppgfil.propesp.ufpa.br/ARQUIVOS/Processo%20Seletivo/2019.2/KANT,%20Immanuel.%20Que%20%C3%A9%20Esclarecimento.pdf Acesso em: 10 maio 2022.

KEHL, Maria Rita. A juventude como sintoma da cultura. In: NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo (Orgs.). **Juventude e Sociedade: Trabalho, Educação, Cultura e Participação**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004, p. 89-114.

KEHL, Maria Rita. **O tempo e o cão: a atualidade das depressões**. São Paulo: Boitempo, 2015.

KÖRBES, Cleci; FERREIRA, Eliza Bartolozzi; SILVA, Mônica Ribeiro; BARBOSA Renata Peres (Orgs.). **Ensino Médio em Pesquisa**. Curitiba: CRV, 2022.

LACADÉE, Phillippe. **O despertar e o exílio: ensinamentos psicanalíticos da mais das transições, a adolescência**. Rio de Janeiro: Contracapa, 2011.

LACAN, Jacques. Seminário 2: **O Eu na Teoria de Freud e na Técnica da Psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985 [1954].

LACAN, Jacques. Seminário 11: **Os Quatro conceitos Fundamentais da Psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985 [1964].

LACAN, Jacques. Seminário 17: **O avesso da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1992 [1969-1970].

LACAN, Jacques. Prefácio a “O despertar da primavera”. Tradução: Vera Ribeiro. In: LACAN, Jacques. **Outros escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003 [1974]. p. 557-559.

LASCH, Cristopher. **A cultura do narcisismo: a vida Americana numa era de esperanças em declínio**. Tradução: Ernani Pavaneli. Rio de Janeiro: Imago, 1983 [1979].

LE BRETON, David. **Antropologia do corpo e modernidade**. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

LE BRETON, David. **Uma breve história da adolescência**. Tradução: Andréa Máris Campos Guerra *et al.* Belo Horizonte: Editora PUC, 2017.

LEBRUN, Jean-Pierre. **O mal-estar na subjetivação**. Tradução: Mario Fleig, Francisco Settineri, Cristóvão Viero. Porto Alegre: CMC, 2010.

LEMOS, André**. A tecnologia é um vírus: pandemia e cultura digital**. Porto Alegre: Sulina, 2021.

LIMA, Nádia Laguárdia; BERNI, Juliana Tassara; DIAS, Costa Vanina. **A escola Navega na web: que onda é essa?** Belo Horizonte: Universo & Cidade, 2019.

LIMA, Nádia Laguárdia *et al*. As noções construídas por adolescentes sobre feminilidade nas redes sociais. Rio de Janeiro: **Arquivos brasileiros de psicologia**, v. 68, n. 2, 2016. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672016000200004. Acesso em: 10 maio 2022.

LIMA, Nádia Laguárdia de; NOBRE, Márcio Rimet. A escuta de adolescentes como dispositivo de resistência à lógica da cultura digital. In: **Retratos da pesquisa em Psicanálise e Educação**. Coleção Psicanálise e Educação. Rinaldo Voltolini; Rose Gurski (Orgs.). São Paulo: Editora Contracorrente, 2020. p. 303-316.

MAAR, Wolfgang Leo. Prefácio. In: ADORNO, Theodor W. **Educação e emancipação**. Trad. Wolfgang Leo. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2020.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo: N-1 edições, 2018.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**, v. 1, tomo 1. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MAGALDI, Sandro; SALIBI, José Neto. **Gestão do amanhã: tudo o que você precisa saber sobre gestão, inovação e liderança para vencer na 4ª revolução industrial**. São Paulo: Editora Gente, 2018.

MARCUSE, Herbert. **Ideologia da sociedade Industrial: O homem unidimensional**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973 [1964].

MARRACH, Sônia Alem. Neoliberalismo e educação. In: **Infância, Educação e Neoliberalismo**. Celestino A. da Silva Jr, et al. São Paulo: Cortez Editora, 1996, p. 42-56.

MATHEUS, Tiago Corbisier. O discurso adolescente numa sociedade na virada do século. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 85-94, 2003. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65642003000100006. Acesso em: 09 maio 2022.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Boletim Epidemiológico**. Secretaria da Vigilância em Saúde. V. 52. N. 33. setembro, 2021. Disponível em: https://pt.scribd.com/document/558855634/boletim-epidemiologico-svs-33-final Acesso em: 10 ago. 2022.

MOTTA, Lucas Gabriel; SILVA, Mônica Ribeiro; BARBOSA, Renata Peres. A BNCC do Ensino Médio: das controvérsias no processo de elaboração ao texto aprovado. **Revista de Educação Pública**, v. 31, p. 1-19, jan/dez, 2022.

NAVARRO, Rômulo Feitosa. A Evolução dos Materiais. Parte1: da Pré-história ao Início da Era Moderna. **Revista eletrônica de materiais e processos**, v. 1, n. 1, p. 1-11, 2006. Disponível em: https://aplicweb.feevale.br/site/files/documentos/pdf/32246.pdf. Acesso em: 10 maio 2022.

NOVAES, Simone. Perfil geracional: um estudo sobre as características das gerações dos veteranos, baby Boomers, X, Y, Z e Alfa. **Anais do VII SINGEP – Simpósio Internacional de Gestão de Projetos, Inovação e Sustentabilidade**. São Paulo, 2018.

NÚCLEO DE INFORMAÇÃO E COORDENAÇÃO DO PONTO BR (NIC.BR). **Painel TIC: Pesquisa web sobre o uso da Internet no Brasil durante a pandemia do novo coronavírus**. São Paulo, 2021. Disponível em: http://www.cetic.br. Acesso em: 10 maio 2022.

NÚCLEO DE INFORMAÇÃO E COORDENAÇÃO DO PONTO BR (NIC.BR). Pesquisa web sobre o uso da Internet no Brasil durante a pandemia do novo coronavírus: **Painel TIC COVID-19** [livro eletrônico]. Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR. 1. ed. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2021.

OLIVEIRA, Eva Aparecida. A técnica, a techiné e a tecnologia**. Itinerarius reflectionis**, v. 4, n. 2, 2008. Disponível em: https://revistas.ufg.br/rir/article/view/20417/. Acesso em: 12 fev. 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura**, 7, place de Fontenoy, 75352 París, Francia. UNESCO, 2017.

PAOLA, Daniel. Adolescência Virtual. **Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre: APPOA**, Porto Alegre, n. 38, 29-38, 2010. Disponível em: https://appoa.org.br/uploads/arquivos/revistas/revista38-1.pdf. Acesso em: 12 maio 2022.

PEIXOTO, Enock da Silva. Reflexões sobre a influência da tecnologia na vida atual a partir do livro a obra de arte na era da sua reprodutividade técnica de Walter Bejamin. **Cadernos de Walter Benjamin**, n. 16, 2017. Disponível em: https://www.gewebe.com.br/pdf/cad16/texto_06_enock.pdf. Acesso em: 12 maio 2022.

PEREIRA, Marcelo Ricardo. A psicanálise que praticamos na educação e seus possíveis equívocos. In: VOLTOLINI, Rinaldo; GURSKI, Rose (Org). **Retratos da pesquisa em Psicanálise e Educação** – Coleção Psicanálise e Educação. São Paulo: Editora Contracorrente, 2020. p. 45-61.

RASSIAL, Jean Jacques**. O adolescente e o psicanalista**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2005.

REZENDE, Milka de Oliveira. Contracultura. **Brasil Escola**, 2022. Disponível em: https://brasilescola.uol.com.br/sociologia/contracultura.htm. Acesso em: 19 maio 2022.

RODRIGUES, Paulo dos Santos (Org). **A universidade e a pesquisa: o público e o privado**. Rio de Janeiro: UFRJ/ICB, 1997.

SANTAELLA, Lúcia. O corpo como sintoma da cultura**. Comunicação, Mídia e consumo**, v. 1, n. 2, p. 139-157, 2008. Disponível em: http://revistacmc.espm.br/index.php/revistacmc/article/view/17/%E2%80%A817. Acesso em: 10 maio 2022.

SANTO FILHO, Edson do Espírito; LOPES, Vânia Pereira Moraes; IORA, Jacob Alfredo. Os reformadores empresariais e o Ensino Médio no Brasil: interesses e projetos em disputa. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 11, n. 2, p. 159-170, 2019. Disponível em: www.semanticscholar.org/paper/Os-reformadores-empresariais-da-educação-e-o-ensino-Filho-Lopes/35463a8ec257a05eaf75b40bcd31ca11d90a7388. Acesso em: 10 mar. 2022.

SANTOS, Franciele Soares dos; MARTINS, Suely Aparecida. Novo ensino médio: consequências e perspectivas para a formação dos jovens. **Revista Pedagógica**, v. 23, p. 1-27, 2021. Disponível em: http://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/pedagogica/article/view/5786. Acesso em: 02 maio 2022.

SILVA, Monica Ribeiro; SCHEIBE, Leda. Reforma do ensino médio: pragmatismo e lógica mercantil. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 11, n. 20, p. 19-31, jan/jun, 2017. Disponível em: https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/769 Acesso em: 23 maio 2021.

SILVA, Monica Ribeiro. A BNCC da reforma do ensino médio: o resgate de um empoeirado discurso. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 34, 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/j/edur/a/V3cqZ8tBtT3Jvts7JdhxxZk/. Acesso em: 10 jan. 2021.

SILVA, Monica Ribeiro. Políticas de currículo, ensino médio e BNCC. Um cenário de disputas. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 9, n. 17, p. 367-379, jul./dez. 2015. Disponível em: https://sinte-sc.org.br/files/1081/Texto%203%20BNCC%20e%20Reforma%20Ensino%20Medio%202018.pdf. Acesso em: 10 jan. 2021.

SCHLESENER, Anita Helena**. Educação repressiva: as várias faces da repressão na formação da sociedade**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2019.

SCHLESENER, Anita Helena**. Mosaicos, colagens, desvios, passagens: a educação a partir de Walter Benjamin**. Curitiba: UTP, 2019. Disponível em: https://utp.br/wp-content/uploads/2019/06/Mosaicos-colagens-desvios-passagens-a-

educa%C3%A7%C3%A3o-a-partir-de-Walter-Benjamin-1.pdf Acesso em: 16 abr. 2021.

SCHLESENER, Anita Helena. Educação repressiva e educação emancipadora: notas acerca da personalidade autoritária e seus desdobramentos na educação. **Revista Katál**, Florianópolis, v. 24, n. 2, p. 417-426, mai/ago, 2021. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rk/a/wFpGNGWdXKx78zHx69v38qD/. Acesso em: 05 out. 2021.

STEVENS, Andre. Adolescência, sintoma da puberdade. **Revista Curinga**, Belo Horizonte, Escola Brasileira de Psicanálise, Seção Minas Gerais, n. 20, p. 27-39, 2004 [1998]. Disponível em: https://pt.scribd.com/document/526539357/Adolescencia-Sintoma-Da-Puberdade-Stevens Acesso em: 17 abr. 2021.

SCHWAB, Klaus. **The fourth industrial revolution**. New York: Crown Business, 2017.

TEPERMAN, Daniela. A passagem à adolescência: entre pelos e pelúcias. In: **Gênero e sexualidade na infância e adolescência: reflexões psicanalíticas**. Rosa Maria Mariotto (Org.). Salvador: Ágama, 2018. p. 256-276.

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura. **Declaración de Incheon Educación 2030: Hacia uma educación inclusiva y equitativa de calidad y um aprendizaje a lo largo de la vida para todos**. 2015. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000245656_spa. Acesso em: 10 maio 2022.

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura. **Adolescentes y jóvenes em realidades cambiantes: Notas para repensar la educación secundária em América Latina.** 7, place de Fontenoy, 75352, París 07 SP, Francia, 2017. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000247578. Acesso em: 10 maio 2022.

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura. **Documento de política 42: medidas urgentes: como atenuar el impacto de la covid-19 em el gasto necessário para lograr el ODS 4**. Set/2020. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000374163. Acesso em: 14 ago. 2021.

VIANA, M. A., SARSUR, A. M., GOULART, I., SANT'ANNA, A. S. Grupos geracionais e comprometimento: discussões e descobertas em uma Universidade Pública Federal**. GPR ANPAD – IV Encontro de Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho**. Brasília, DF, 2013. Disponível em: https://www.fdc.org.br/conhecimento/publicacoes/artigo-28944 Acesso em: 19 ago. 2022.

WELLER, Wivian. A atualidade do conceito de gerações de Karl Mannheim. Revista **Sociedade e Estado**, v. 25, n. 2, maio/ago, 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/j/se/a/pYGppjZyvTjJH9P89rMKHMv/. Acesso em: 10 jul. 2022.